

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (DCSA)
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

RICARDO DE JESUS SANTOS

**NÍVEL DE CONHECIMENTO DA NBC TG 1000 (R1) DE EGRESSOS DO CURSO
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA
BAHIA DOS ANOS 2010 A 2020**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA,

2021

RICARDO DE JESUS SANTOS

**NÍVEL DE CONHECIMENTO DA NBC TG 1000 (R1) DE EGRESSOS DO CURSO
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA
BAHIA DOS ANOS 2010 A 2020**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Contabilidade Geral

Orientador: Prof. Me. Jorge Luiz Santos Fernandes

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA,

2021

S238n

Santos, Ricardo de Jesus.

Nível de conhecimento da NBC TG 1000 (R1) de egressos do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia dos anos 2010 a 2020. / Ricardo de Jesus Santos, 2021.

94f.

Orientador (a): Me. Jorge Luiz Santos Fernandes.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021.

Inclui referências. F. 80 - 83.

1. Contabilidade. 2. NBC TG 1000. 3. CPC PME. I. Fernandes, Jorge Luiz Santos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T.

CDD. 657

RICARDO DE JESUS SANTOS

**NÍVEL DE CONHECIMENTO DA NBC TG 1000 (R1) DE EGRESSOS DO CURSO
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA
BAHIA DOS ANOS 2010 A 2020**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Contabilidade Geral

Orientador: Prof. Me. Jorge Luiz Santos Fernandes

Vitória da Conquista, 18/11/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Jorge Luiz Santos Fernandes
Mestre em Contabilidade pela FVC
Orientador

Prof. Me. Carlos Alberto Góes de Carvalho
Mestre em Contabilidade pela FVC

Prof. Me. Kleber da Silva Cajaiba
Mestre em Ciências Contábeis pela FUCAPE

RESUMO

A NBC 1000 (R1) é uma norma contábil simplificada direcionada às pequenas e médias empresas (PMEs), cuja adoção pelos profissionais da contabilidade é obrigatória desde o ano de 2010. Essa norma surgiu pela necessidade de harmonizar as práticas contábeis nacionais das PMEs às Normas Internacionais de Contabilidade, facilitando a comparabilidade e análise das demonstrações contábeis produzidas por essas entidades e reduzindo os custos de implementação da norma e de treinamento dos profissionais que a utilizam. Assim, tendo em vista o expressivo número de PMEs no ambiente empresarial brasileiro e a importância e obrigatoriedade da correta aplicação da NBC TG 1000 (R1), esta pesquisa teve como objetivo geral avaliar o nível de conhecimento para aplicação da NBC TG 1000 (R1) de egressos do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) dos anos 2010 a 2020. Como objetivos específicos buscou-se verificar a importância a ela atribuída, conhecer seu nível de utilização e identificar se houve dificuldades para sua aplicação por egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB dos anos 2010 a 2020 que participaram da pesquisa. Para que tais objetivos fossem alcançados fez-se uma pesquisa descritiva, com método indutivo e abordagem quantitativa. Os procedimentos de pesquisa utilizados foram o bibliográfico e o de levantamento. Para obtenção dos dados utilizou-se como procedimento metodológico a aplicação de questionário estruturado, elaborado na plataforma digital Formulários *Google* e enviado à população objeto da pesquisa via correio eletrônico. Os dados coletados foram tabulados no programa *Microsoft Office Excel* e apresentados e analisados com auxílio de tabelas e gráficos. A hipótese de pesquisa formulada partiu do pressuposto de que os egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB participantes da pesquisa que trabalham com Contabilidade do setor privado conhecem satisfatoriamente a NBC TG 1000 (R1) e aplicam-na plenamente. Já os egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB participantes da pesquisa que não trabalham com Contabilidade do setor privado também conhecem satisfatoriamente a NBC TG 1000 (R1), contudo, não a aplicam. Diante dos resultados da pesquisa, essa hipótese foi relativamente confirmada, pois, os egressos que trabalham com Contabilidade do setor privado conhecem satisfatoriamente a NBC TG 1000 (R1), mas aplicam-na parcialmente. E os egressos que não trabalham com Contabilidade do setor privado conhecem satisfatoriamente a NBC TG 1000 (R1) e não a aplicam.

Palavras-chave: Contabilidade. NBC TG 1000. CPC PME.

ABSTRACT

NBC 1000 (R1) is a simplified accounting standard aimed at small and medium-sized companies (SMEs), whose adoption by accounting professionals has been mandatory since 2010. This standard arose from the need to harmonize the national accounting practices of SMEs with the Standards International Accounting, facilitating the comparability and analysis of the financial statements produced by these entities and reducing the costs of implementing the standard and training the professionals who use it. Thus, in view of the significant number of SMEs in the Brazilian business environment and the importance and mandatory application of the NBC TG 1000 (R1), this research aimed to assess the level of knowledge for the application of the NBC TG 1000 (R1) of graduates of the Accounting Sciences Course at the State University of Southwest Bahia (UESB) from 2010 to 2020. As specific objectives, we sought to verify the importance attributed to it, to know its level of use and to identify if there were difficulties in its application by graduates of the Accounting Course at UESB from 2010 to 2020 who participated in the survey. In order to achieve these objectives, a descriptive research was carried out, with an inductive method and a quantitative approach. The research procedures used were bibliographic and survey. To obtain the data, the application of a structured questionnaire was used as a methodological procedure, elaborated on the Google Forms digital platform and sent to the research population via email. The collected data were tabulated in Microsoft Office Excel program and presented and analyzed using tables and graphs. The research hypothesis formulated was based on the assumption that the graduates of the Accounting Sciences Course at UESB participating in the research who work with Accounting in the private sector know the NBC TG 1000 (R1) satisfactorily and apply it fully. On the other hand, the graduates of the Accounting Sciences Course at UESB participating in the research who do not work with Accounting in the private sector also know satisfactorily the NBC TG 1000 (R1), however, they do not apply it. In view of the research results, this hypothesis was relatively confirmed, since graduates who work with Accounting in the private sector are well acquainted with the NBC TG 1000 (R1), but partially apply it. And graduates who do not work with private sector accounting know the NBC TG 1000 (R1) satisfactorily and do not apply it.

Keywords: Accounting. NBC TG 1000. CPC SME.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Composição dos Grupos A e B	51
Gráfico 2 – Grupo A: Conhecimento, utilização e importância atribuída à NBC TG 1000 (R1)	55
Gráfico 3 – Grupo A: Dificuldades na aplicação da NBC TG 1000 (R1).....	56
Gráfico 4 – Grupo A: O que respeitar na escrituração de um elemento patrimonial?.....	57
Gráfico 5 – Grupo A: Pode-se escriturar bens em regime de arrendamento no ativo imobilizado?	58
Gráfico 6 – Grupo A: Qual a vida útil para o ativo imobilizado utilizar?	59
Gráfico 7 – Grupo A: Balanço Patrimonial, DRE, DFC; DMPL e DRA ou DLPA; e Notas Explicativas são demonstrações contábeis obrigatórias na NBC TG 1000 (R1)?.....	60
Gráfico 8 – Grupo A: Como mensurar estoques para venda?	61
Gráfico 9 – Grupo A: Como divulgar transações com partes relacionadas: com ou sem destaque?	62
Gráfico 10 – Grupo A: Comparação das respostas corretas, incorretas e sem opinião formada	63
Gráfico 11 – Grupo B: Conhecimento, utilização e importância da NBC TG 1000 (R1).....	65
Gráfico 12 – Grupo B: Dificuldades na aplicação da NBC TG 1000 (R1).....	67
Gráfico 13 – Grupo B: O que respeitar na escrituração de um elemento patrimonial?.....	68
Gráfico 14 – Grupo B: Pode-se escriturar bens em regime de arrendamento no ativo imobilizado?	68
Gráfico 15 – Grupo B: Qual a vida útil para o ativo imobilizado utilizar?	69
Gráfico 16 – Grupo B: Balanço Patrimonial, DRE, DFC; DMPL e DRA ou DLPA; e Notas Explicativas são demonstrações contábeis obrigatórias na NBC TG 1000 (R1)?.....	70
Gráfico 17 – Grupo B: Como mensurar estoques para venda?	71
Gráfico 18 – Grupo B: Como divulgar transações com partes relacionadas: com ou sem destaque?	72
Gráfico 19 – Grupo B: Comparação das respostas corretas, incorretas e sem opinião formada	73
Gráfico 20 – Grupos A e B: Conhecimento, utilização e importância da NBC TG 1000 (R1)	74
Gráfico 21 – Grupos A e B: Dificuldades na aplicação da NBC TG 1000 (R1).....	75

Gráfico 22 – Grupos A e B: Comparação das respostas corretas, incorretas e sem opinião formada.....76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estado da Arte	22
Quadro 2 – Períodos Históricos da Contabilidade segundo Melis.....	24
Quadro 3 – Períodos Históricos da Contabilidade segundo Sá.....	24
Quadro 4 – Adoção das NBC TG por tipo de empresa.....	31
Quadro 5 – Sumário da NBC TG 1000 (R1).....	32
Quadro 6 – Características qualitativas da NBC TG 1000 (R1)	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Grupo A: Identificação pessoal dos integrantes	52
Tabela 2 – Grupo A: Identificação profissional dos integrantes	53
Tabela 3 – Grupo B: Identificação pessoal dos integrantes.....	64

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas
APIMEC	Associação Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimento em Mercado de Capitais
BACEN	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BP	Balanço Patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CTG	Comunicado Técnico Geral
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração dos Fluxos de caixa
DLPA	Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DRA	Demonstração do Resultado do Abrangente
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Standards Committee</i>
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICAEW	<i>Institute of Chartered Accountants in England and Wales</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IFRS for SMEs	<i>International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities</i>
ITG	Interpretação Técnica Geral
MEI	Microempreendedor Individual
NBC TG	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral

OTG	Orientação Técnica Geral
PME	Pequena e Média Empresa
RFB	Receita Federal do Brasil
ROB	Receita Bruta Operacional
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

SUMÁRIO

<u>1. INTRODUÇÃO.....</u>	<u>13</u>
1.1. Tema	14
1.2. Objetivos	15
1.2.1. Objetivo geral	15
1.2.2. Objetivos específicos	15
1.3. Problematização	15
1.3.1. Questão problema	16
1.3.2. Questões secundárias	17
1.4. Hipótese de Pesquisa	17
1.5. Justificativa	17
1.6. Resumo Metodológico	18
1.7. Visão Geral	19
<u>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</u>	<u>20</u>
2.1. Marco Conceitual	20
2.2. Estado da Arte	21
2.3. Marco Teórico	23
2.3.1. Contexto Histórico da Contabilidade	23
2.3.2. Convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade	26
2.3.3. Normas Brasileiras de Contabilidade	28
2.3.4. Normas Simplificadas de Contabilidade para PME	30
2.3.5. NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas	32
2.3.5.1. Aspectos Gerais da NBC TG 1000 (R1).....	34
2.3.5.2. Demonstrações Contábeis da NBC TG 1000 (R1)	36
<u>3. METODOLOGIA</u>	<u>45</u>
<u>4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</u>	<u>49</u>
4.1. Caracterização do ambiente da pesquisa	49
4.2. Caracterização dos respondentes da pesquisa.....	50
4.2.1. Apresentação e análise dos dados do Grupo A	51
4.2.2. Apresentação e análise dos dados do Grupo B	64
4.2.3. Apresentação e análise dos dados conjunta: Grupo A e Grupo B	74
<u>5. CONCLUSÃO</u>	<u>78</u>

REFERÊNCIAS	80
APÊNDICES	84

1. INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, frente à complexidade das negociações comerciais do mundo globalizado, a existência das entidades empresariais tornou-se indispensável. No Brasil, utilizando o critério da receita operacional bruta (ROB) adotado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), uma entidade empresarial pode ser classificada, quanto ao porte, como: micro, pequena, média ou grande empresa. A ROB é um critério comumente adotado por alguns dispositivos legais e infralegais da legislação brasileira que tratam de assuntos pertinentes às questões econômicas das entidades empresariais, como exemplos têm-se a Lei 123/2006, a Lei 11.638/2007 e a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) 1000. Esse critério classifica como microempresa¹ aquela cuja ROB anual seja de até 360 mil reais; como pequena empresa aquela cuja ROB anual seja acima de 360 mil até 4,8 milhões de reais; como média empresa aquela cuja ROB anual seja acima de 4,8 milhões até 300 milhões de reais e como grande empresa aquela cuja ROB anual seja superior a 300 milhões de reais (BNDES, 2021).

No tocante às micro, pequenas e médias empresas, cabe salientar sua relevância na economia nacional, pois elas representavam 99,7% do total de empresas existentes no país no ano de 2012, contudo, nesse mesmo ano, a taxa de mortalidade de empresas com até dois anos de existência representava 23,4% (SEBRAE, 2013). Nesse sentido, Riva e Salotti (2015) apontam que uma das principais dificuldades de pequenas e médias empresas (PMEs) é a restrição ao crédito, e entre as causas da mortalidade dessas empresas está a falta de negociação de prazos com fornecedores e a falta de obtenção de empréstimos junto às instituições financeiras.

Nesse cenário, a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, denominadas *International Financial Reporting Standards* (IFRS), pelas PMEs, podem trazer enormes benefícios a essas, pois, dada a inserção dessas entidades na economia nacional e internacional, elas têm como principais usuários externos de suas demonstrações contábeis instituições financeiras de crédito e fornecedores que utilizam as demonstrações contábeis para tomar decisões sobre crédito e preço (RIVA e SALOTTI, 2015, p. 307). Desse modo, primordialmente, “a elaboração das IFRS para PME visa nortear as práticas das empresas de capital fechado e, assim, reduzir os problemas relativos ao acesso de financiamento externo,

¹ O Microempreendedor Individual (MEI), cuja ROB anual é de até 81 mil reais, é uma modalidade de microempresa, conforme o art. 18-D, § 3º, da Lei 123/2006 (BRASIL, 2006).

em razão da confiabilidade agregada às suas informações” (SANTOS, 2010, *apud* VASCONCELOS, 2017, p. 143).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no intuito de facilitar a inserção das PMEs brasileiras no contexto de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, emitiu o Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, em 04 de dezembro de 2009, baseado na norma internacional, correlata, *International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities* (IFRS for SMEs), que em tradução livre significa Padrão Internacional de Relatórios Financeiros para Entidades de Pequeno e Médio Porte, emanada pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou tal pronunciamento por meio da Resolução 1.255, de 10 de dezembro de 2009, denominando-o NBC TG 1000 – Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas, com adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2010. Nesse ínterim, a Norma passou por sua primeira revisão em 1º de novembro de 2016 e por alterações em 21 de novembro de 2019.

A NBC TG 1000 (R1) define PME como toda aquela empresa que não tem obrigação pública de prestação de contas, que elabora demonstrações contábeis de fins gerais para usuários externos e que não esteja enquadrada pela Lei 11.638/07 como sociedade de grande porte (CFC, 2016a, p. 5). Então, a NBC TG 1000 (R1) é uma norma simplificada direcionada às PMEs, que, entre outros, objetiva: harmonizar as práticas contábeis nacionais das PMEs às IFRS; viabilizar a comparabilidade e facilitar a análise das demonstrações contábeis produzidas pelas PMEs; e reduzir os custos de implementação da Norma e de treinamento dos profissionais que a utilizam (RIVA e SALOTTI, 2015, p. 305).

Dado o expressivo número de PMEs no ambiente empresarial brasileiro e a importância e obrigatoriedade da correta aplicação da NBC TG 1000 (R1), esta pesquisa teve como objetivo geral avaliar o nível de conhecimento para aplicação da NBC TG 1000 (R1) de egressos do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Para isso, foi enviado a 245 egressos do curso, cuja formação se deu entre os anos 2010 e 2020, um questionário estruturado fechado via correio eletrônico contendo perguntas a respeito da referida norma, obtendo o retorno de 37 questionários devidamente respondidos.

1.1. TEMA

Nível de conhecimento para aplicação da NBC TG 1000 (R1) por egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB.

1.2. OBJETIVOS

O objetivo de uma pesquisa científica se configura no motivo pelo qual a pesquisa está sendo feita, isto é, o que a pesquisa busca responder, quais os resultados que se busca alcançar e qual a contribuição disso para a ciência (SILVA e MENEZES, 2001, p. 31).

Os objetivos de pesquisa se desdobram em objetivo geral e objetivos específicos. O objetivo geral é a síntese do que se pretende alcançar e os objetivos específicos explicitam os detalhes da pesquisa e são um desdobramento do objetivo geral (SILVA e MENEZES, 2001, p. 31).

1.2.1. Objetivo geral

- Avaliar o nível de conhecimento para aplicação da NBC TG 1000 (R1) de egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB dos anos 2010 a 2020.

1.2.2. Objetivos específicos

- Verificar a importância atribuída a NBC TG 1000 (R1) por egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB participantes da pesquisa;
- Conhecer o nível de utilização da NBC TG 1000 (R1) na elaboração das demonstrações contábeis por egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB participantes da pesquisa;
- Identificar se houve dificuldades para aplicação da NBC TG 1000 (R1) por egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB participantes da pesquisa.

1.3. PROBLEMATIZAÇÃO

Uma pesquisa científica nasce do desejo de um pesquisador em encontrar respostas para um problema que lhe desperte interesse, que lhe seja necessário resolver e/ou que tenha utilidade para a sociedade. Em toda pesquisa científica existem perguntas oriundas de um problema detectado que precisam de respostas. Assim, um problema de pesquisa se configura em fato ou fenômeno objeto de discussão e cuja solução ainda não foi encontrada (OLIVEIRA, 1999, p. 106-107). Desse modo, pesquisar é desenvolver um trabalho de investigação,

sistematizando o conhecimento já existente a respeito do tema objeto da pesquisa para produzir novo conhecimento a partir dos resultados obtidos na investigação (RAMPAZZO, 2011, p. 14).

Na Ciência Contábil, a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade emanadas pelo IASB tende a ser um campo fértil de pesquisas, em função, dentre outros, do nível de aderência dos profissionais da contabilidade a essas normas, que no Brasil reverte-se em duas: normas completas, aplicadas às empresas de capital aberto, às empresas de grande porte e às empresas obrigadas a adotá-las por força de órgãos regulamentadores, e normas simplificadas, aplicadas às pequenas e médias empresas (CFC, 2021).

Esta pesquisa busca, especificamente, avaliar o nível de conhecimento de egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB para aplicação da norma simplificada NBC TG 1000 (R1). Tal avaliação se faz importante, pois, tem-se que a convergência das normas contábeis traz vários benefícios à sociedade e às empresas, entre esses pode-se citar o aumento da transparência das demonstrações contábeis e a redução de cláusulas restritivas em contratos de financiamento junto a bancos e demais instituições financeiras (RIVA e SALOTTI, 2015). Contudo, como possível dificuldade, tem-se a mudança das práticas contábeis que, antes da aprovação da NBC TG 1000 (R1), eram essencialmente legalistas, com forte apelo tributário, tendo regras e procedimentos a serem seguidos e agora têm-se princípios gerais que podem ou devem ser aplicados, segundo o caso e o julgamento do profissional contábil, baseado na essência do fato contábil, ainda que o fato tenha outra classificação jurídica (CFC, 2019).

Assim, aos profissionais da contabilidade, e conseqüentemente, aos egressos dos cursos de Ciências Contábeis, foi exposta uma nova forma do fazer contábil por meio da convergência das Normas Contábeis nacionais às Normas Contábeis internacionais, contudo, pesquisas como as de Figueiredo, Martins e Rodrigues (2016), Faria e Silva (2014) e Amorim (2013), apontam que a aderência a essas normas convergidas são modestas, sendo os principais motivos a falta de conhecimento das normas por parte dos profissionais da contabilidade e o uso essencialmente fiscal das demonstrações contábeis por parte das empresas.

1.3.1. Questão problema

- Qual o nível de conhecimento para aplicação da NBC TG 1000 (R1) de egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB dos anos 2010 a 2020?

1.3.2. Questões secundárias

- Qual a importância atribuída à NBC TG 1000 (R1) por egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB participantes da pesquisa?
- Qual o grau de utilização da NBC TG 1000 (R1) na elaboração das demonstrações contábeis por egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB participantes da pesquisa?
- Houve dificuldades para aplicação da NBC TG 1000 (R1) por egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB participantes da pesquisa?

1.4. HIPÓTESE DE PESQUISA

A hipótese de pesquisa, segundo (SILVA e MENEZES, 2001, p. 82), é uma ou mais suposições colocadas como respostas provisórias a um problema do qual busca-se solução, essas podem ser confirmadas ou refutadas no decorrer da pesquisa. Para (GIL, 2002, p. 31), hipótese de pesquisa é uma proposição factível, suscetível de confirmação ou negação, sugerida pelo pesquisador ao problema pesquisado.

Nesse sentido, esta pesquisa partiu do pressuposto de que os egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB participantes da pesquisa que trabalham com Contabilidade do setor privado conhecem satisfatoriamente a NBC TG 1000 (R1) e aplicam-na plenamente. Já os egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB participantes da pesquisa que não trabalham com Contabilidade do setor privado também conhecem satisfatoriamente a NBC TG 1000 (R1), contudo, não a aplicam.

1.5. JUSTIFICATIVA

A justificativa de pesquisa visa demonstrar as razões de ordem teórica e os motivos de ordem prática que levaram o pesquisador a desenvolver a pesquisa e o que a torna importante (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 219). Aqui deve-se responder o porquê da escolha do tema, os motivos que o justificam nos planos teórico e prático, sua relação com o contexto social e qual a sua contribuição para sua área de estudo (GONSALVES, 2001, p. 58-59).

Nesse contexto, esta pesquisa se justifica considerando quatro aspectos: pessoal, profissional, acadêmico e social.

Para o pesquisador, conhecer e entender a NBC TG 1000 (R1) é requisito básico para que se possa exercer satisfatoriamente a profissão contábil junto às micro, pequenas e médias empresas, assim, a execução desta pesquisa possibilitará aprofundar o estudo sobre o tema. Além disso, a pesquisa de campo fornecerá informações pertinentes sobre o nível de conhecimento para aplicação da NBC TG 1000 (R1) por egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB.

Para a profissão, esta pesquisa tende a mostrar o grau de aderência por parte de profissionais da contabilidade aos normativos vigentes, em especial a NBC TG 1000 (R1), já que toda alteração de norma requer um tempo de adaptabilidade que pode variar de acordo com o conhecimento que se obtém, o que faz com que se exija maior tempo para estudos que podem ser mitigados com uso dos resultados da presente pesquisa.

Para a academia, esta pesquisa contribuirá com a produção científica do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, ficando disponível como fonte de consulta à comunidade acadêmica, podendo fomentar novas pesquisas sobre o assunto.

Para a sociedade, a correta aplicação da NBC TG 1000 (R1) é uma condição desejável para que a entidade possa fornecer informações alinhadas às Normas Internacionais de Contabilidade, o que possibilita uma melhor comparação de sua situação patrimonial, financeira, econômica e de desempenho com outras entidades do mesmo setor, permitindo que os usuários de tais informações tomem decisões assertivas, fomentando o desenvolvimento econômico.

1.6. RESUMO METODOLÓGICO

Este trabalho científico teve como objetivo geral avaliar o nível de conhecimento para aplicação da NBC TG 1000 (R1) de egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB dos anos 2010 a 2020, para tanto, fez-se uma pesquisa descritiva, com método indutivo e abordagem quantitativa. Os procedimentos de pesquisa utilizados foram o bibliográfico e o de levantamento. Para obtenção dos dados utilizou-se como procedimento metodológico a aplicação de questionário estruturado, elaborado na plataforma digital Formulários *Google* e enviado à população objeto da pesquisa via correio eletrônico. Os dados coletados foram tabulados no programa *Microsoft Office Excel* e apresentados e analisados com auxílio de tabelas e gráficos.

1.7. VISÃO GERAL

Este trabalho de conclusão de curso é constituído por cinco capítulos. O capítulo 1 é constituído pela introdução, subdividida em: tema, objetivo geral e objetivos específicos, problema de pesquisa, hipótese de pesquisa, justificativa, resumo metodológico e visão geral. O capítulo 2 é constituído pelo referencial teórico, subdividido em: marco conceitual, estado da arte e marco teórico. O capítulo 3 é constituído pela metodologia. O capítulo 4 é constituído pela apresentação e análise dos dados e o capítulo 5 é constituído pela conclusão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Por mais inovadora que seja uma pesquisa científica, é pouco provável que nenhuma pessoa ou grupo tenha escrito algo sobre o tema objeto dela. Nesse sentido surge o referencial teórico, com o propósito de agregar valor informacional ao trabalho, pois, por meio dele é possível analisar as obras científicas que tratam do assunto e que podem contribuir para o embasamento teórico e metodológico da pesquisa (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 131).

Nesta pesquisa o referencial teórico é composto pelo marco conceitual, onde tratou-se das definições dos principais termos nela utilizados; pelo estado da arte, onde elencou-se algumas obras científicas que tratam do assunto desta pesquisa; e pelo marco teórico, onde resgatou-se de obras científicas e de textos normativos, as principais ideias e as bases legais e infralegais a respeito do tema proposto.

2.1. MARCO CONCEITUAL

O Marco Conceitual tem o propósito de trazer os conceitos dos principais termos utilizados na pesquisa, delimitando seu significado, dado que um mesmo termo pode ter diferentes interpretações a depender da área de conhecimento onde é empregado (RIBEIRO *et al.*, 2013, p. 39). Assim, buscando uma melhor compreensão sobre a temática desta pesquisa, este tópico se propõe a conceituar o que é Contabilidade sob a visão de alguns autores, o que é uma norma e o que são as Normas Brasileiras de Contabilidade.

A Contabilidade é uma Ciência Social Aplicada que tem como principais atribuições “captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente” (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 1). Para Marion (2004, p. 26), a Contabilidade “é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”. Sá (2005, p. 86), diz que a Contabilidade é a “Ciência que estuda os fenômenos patrimoniais sob o aspecto do fim aziendal²; é a ciência que tem por objetivo estudar o sistema da riqueza administrativa a fim de observar se ela atinge os fins propostos pelo sujeito aziendal”.

Já o termo *norma*, conforme o conceito da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), “é o documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido, que fornece regras, diretrizes ou características mínimas para atividades ou para seus resultados,

² Aziendas: “Sistemas organizados que visam atingir um fim qualquer” (SÁ, 2005, p. 32).

visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto”. Ainda de acordo com a ABNT, entende-se que normatização é a “atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem em um dado contexto” (ABNT, 2014).

Assim, Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) são normas profissionais e técnicas que indicam um meio para se atingir um certo fim, ou seja, elas estabelecem regras de conduta profissional e procedimentos técnicos a serem obrigatoriamente observados pelos profissionais de contabilidade quando da realização dos trabalhos previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade e em outras resoluções editadas e/ou aprovadas pelo CFC. Nesse contexto, até o presente momento o CFC editou 142 normas contábeis, sendo, 14 normas profissionais e 128 normas técnicas (CFC, 2021).

2.2. ESTADO DA ARTE

Para execução de uma pesquisa é necessário que o pesquisador faça um levantamento de fontes teóricas com o objetivo de identificar e selecionar as obras científicas que servirão no embasamento teórico e contextualização da pesquisa, tais obras constituem o Estado da Arte, ou seja, o que já se tem publicado sobre o tema (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 131).

No **Quadro 1** encontram-se algumas obras científicas que serviram de consulta para a elaboração do referencial teórico e contextualização desta pesquisa.

Quadro 1 – Estado da Arte

TIPO	TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO	INSTITUIÇÃO	IDEIA PRINCIPAL	LINK/LUGAR	DATA
Artigo	Adoção do Padrão Contábil Internacional nas Pequenas e Médias Empresas e seus Efeitos na Concessão de Crédito.	Enrico Dalla Riva e Bruno Meirelles Salotti	2015	Universidade de São Paulo – USP	Este artigo examina a relação entre a adoção do padrão contábil internacional pelas pequenas e médias empresas no Brasil e o custo de crédito concedido pelas instituições financeiras.	https://www.scielo.br/j/rcf/a/MTZBVVQg3x4t8knXYcRDPPd/?format=pdf&lang=pt	08/06/2021
Artigo	A evolução do IASC para o IASB e os desafios enfrentados	Stephen Addam Zeff	2014	Universidade de São Paulo – USP	Este artigo apresenta uma revisão dos principais desenvolvimentos e marcos na evolução do IASC, seguida pela evolução do IASB.	http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/98018/96824	03/06/2021
Livro	Contabilidade Internacional	Jorge Katsumi Niyama	2010	Editores Atlas	Este livro analisa as principais causas das diferenças internacionais na estrutura de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, os obstáculos à harmonização contábil internacional e as principais divergências nos critérios de reconhecimento e mensuração das contas contábeis.		
Livro	História Geral e das Doutrinas da Contabilidade	Antônio Lopes de Sá	1997	Editores Atlas	Este livro apresenta a evolução histórica da contabilidade e as principais teorias doutrinárias criadas tendo como fundamento a Contabilidade.		

Fonte: Elaboração própria (2021).

2.3. MARCO TEÓRICO

O Marco Teórico deste trabalho foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica, que, de forma sucinta, resgatou a evolução histórica da Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e seu processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade emanadas pelo IASB. E, de forma mais aprofundada, tratou alguns aspectos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

2.3.1. Contexto Histórico da Contabilidade

A História da Contabilidade confunde-se com a da própria evolução humana, pois, ainda que de forma rudimentar, a necessidade do homem primitivo de mensurar quantitativamente os bens que possuía o levou a desenvolver métodos próprios de gravação, inicialmente em forma de figuras pictográficas, posteriormente com marcações em forma de sulcos em objetos como ossos de animais e peças de argila. Então, a Contabilidade surgiu de maneira essencialmente escritural, como método de controle dos bens que o homem primitivo começou a acumular (COSENZA, 2002).

No decorrer da evolução humana, com a crescente complexidade das relações sociais e o desenvolvimento do comércio, fez-se necessário o controle cada vez maior dos elementos patrimoniais de bens, direitos e obrigações envolvidos nas transações comerciais e isso contribuiu para que a Contabilidade acompanhasse tal evolução, surgindo a profissão contábil. Dessa maneira, é possível dizer que quanto maior o grau de evolução econômica de uma sociedade, maior o grau de desenvolvimento da Contabilidade ali existente (SÁ, 1997).

A Contabilidade, desde seu primórdio, tem intervalos de intenso desenvolvimento contrastando com intervalos de pouco ou nenhum desenvolvimento. Assim, diversos estudiosos tentam em dividir a História da Contabilidade em períodos com acontecimentos relevantes que os distinguem. Esta pesquisa trouxe as divisões históricas propostas pelos estudiosos Frederigo Melis (1914 - 1973) e Antônio Lopes de Sá (1927 - 2010), conforme segue.

Para Melis (1950 *apud* SILVA e MARTINS, 2011, p. 37-38), em sua obra *Storia Della Regioneria*, a História da Contabilidade pode ser dividida em quatro períodos, conforme **Quadro 2**.

Quadro 2 – Períodos Históricos da Contabilidade segundo Melis

PERÍODO	ACONTECIMENTOS
1º Período – História Antiga ou da Contabilidade empírica	De aproximadamente 8000 anos atrás até 1202 da era cristã. Neste período, registravam-se os fatos contábeis na Suméria, Egito, e em outros países, terminando esse período quando do aparecimento do Liber Abaci, de Leonardo Fibonacci, o Pisano;
2º Período – História Média ou da sistematização da Contabilidade	De 1202 a 1494. Nesse período da evolução da Contabilidade, os registros contábeis assumiram atitudes sistemáticas já no ano de 1494, quando se difundiu o método das partidas dobradas, tendo como marco a publicação da obra de Luca Pacioli, na cidade de Veneza (Itália), o seu famoso tratado intitulado: Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita, iniciando uma nova era para a Contabilidade Científica. Com a invenção da prensa por Gutemberg, foram esta obra e a Bíblia Sagrada as primeiras obras impressas publicadas em todo o mundo;
3º Período – História Moderna ou da Literatura da Contabilidade	De 1494 a 1840. Segue a fase da literatura com centenas de obras em todo o mundo, todas de teor prático, terminando quando Francesco Villa, em 1840, publicou a sua magistral obra que abriu o período científico. Obra editada em Milão, sob o título: La contabilità applicata alle amministrazioni private e pubbliche, recebendo um prêmio do Imperador da Áustria;
4º Período – História Contemporânea ou Científica da Contabilidade	De 1840 até aos nossos dias. Esta época de reconhecimento oficial da Contabilidade como Ciência pela Academia de Ciências da França apresenta-nos outra faceta e de grande interesse, na História da Contabilidade a fase da História das Doutrinas Contábeis, em seu surgimento e em evolução.

Fonte: Adaptado de Silva e Martins (2011, p. 37-38).

Já para Sá (1997, p.16), em sua obra História Geral e das Doutrinas da Contabilidade, a História da Contabilidade pode ser dividida em sete períodos, conforme **Quadro 3**.

Quadro 3 – Períodos Históricos da Contabilidade segundo Sá

(continua)

PERÍODO	ACONTECIMENTOS
1) Período Intuitivo Primitivo	Calcula-se que o Período Intuitivo Primitivo tenha iniciado há cerca de 20.000 anos e perdurando até cerca de 4.000 anos. Foi marcado por manifestações rudimentares de arte e pré-escrita, dedicado à simples memória rudimentar da riqueza.
2) Período Racional-Mnemônico	De aproximadamente 4.000 anos à metade do século XI, esse período foi marcado pela disciplina dos registros, com o estabelecimento de métodos de organização da informação.
3) Período Lógico Racional	Iniciado na metade do século XI até meados do século XV, foi marcado pela preocupação em evidenciar as causas e os efeitos dos fenômenos organizados em sistemas primários. Também nesse período deu-se origem à Partida Dobrada.
4) Período da Literatura	Definido a partir do século XV até o fim do século XVI, foi marcado pela produção escrita de livros que visavam ensinar como deveriam ser registrados e demonstrados os fatos contábeis. Esse período foi impulsionado pelo aperfeiçoamento da imprensa, que permitiu produzir livros em escala e marcado pela obra do Frei Luca Pacioli.
5) Período Pré-Científico	O Período Pré-Científico é identificado entre o fim do século XVI e início do século XIX. Ele foi marcado pela intensa busca de raciocínios, definições e conceitos em matéria de registros, fatos e ocorrências relacionadas à riqueza que ensejou a disciplina das contas.

(conclusão)

PERÍODO	ACONTECIMENTOS
6) Período Científico	Vivido entre as primeiras décadas do século XIX até metade do século XX. Nele surgiram as primeiras obras científicas e estabeleceu-se as bases das escolas de pensamento contábil.
7) Período Filosófico-Normativo	Este período teve início na segunda metade do século XX e perdura na atualidade. É marcado pela preocupação em normatizar as informações contábeis e em penetrar na interpretação conceitual, na busca de uma informação disciplinada e no entendimento profundo e holístico dos fenômenos patrimoniais.

Fonte: Adaptado de Sá (1997, p. 16).

Diante do exposto, observa-se que Sá aponta mais acontecimentos históricos dignos de marcar o início de um novo período da História Contábil do que Melis, contudo, ambos confluem e dignificam os acontecimentos ocorridos no século XI, marcado pela sistematização do pensamento contábil; no século XV, marcado pela grande produção e difusão da literatura contábil e no século XIX, marcado pelo reconhecimento da Contabilidade como Ciência, fazendo de tais acontecimentos o marco para novos períodos da História da Contabilidade.

A partir da classificação histórica da Contabilidade proposta pelos autores supracitados, pode-se dizer que, inicialmente, “o principal objetivo da contabilidade era produzir informação para o proprietário [...]. As contas eram mantidas em sigilo e não havia pressão externa, como hoje, no sentido da exatidão ou da adoção de padrões uniformes de divulgação” (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p. 40). Contudo “os efeitos normativos sobre registros e demonstrações contábeis cresceram à medida que se ampliou a utilização da Contabilidade como veículo de informação de investimentos e transações comerciais” (SÁ, 1997, p. 175), isso trouxe grande importância à Contabilidade e a atuação do profissional contábil dentro da empresa, passando este de um guarda livros, nome pela qual a profissão era conhecida, a um profissional do qual se exige grande conhecimento da Ciência Contábil e das normas contábeis utilizadas na atualidade, além de contínuo estudo, visto tais normas sofrerem constantes atualizações.

A mudança do enfoque da Contabilidade, primeiramente voltada ao controle patrimonial pelo proprietário e no decorrer do tempo tornada um instrumento empresarial de prestação de informações para decisão de diversos usuários, pode ser explicada por diversos fatores, entre eles: o aparecimento de grandes corporações; o desenvolvimento do mercado de ações; a criação de leis referentes a impostos sobre o lucro e o fortalecimento do sistema de crédito bancário (NIYAMA e SILVA, 2011, p. 62). Concernente à informação contábil, o contexto de comércio global, conforme Zeff (2014, p. 301), aguçou o desejo de comparar as demonstrações contábeis elaboradas em diferentes países, contudo, cada país tinha seus próprios Princípios

Contábeis e, por conseguinte, sua própria prática contábil, o que dificultava a comparação das demonstrações contábeis produzidas em países distintos, como exemplo: uma empresa matriz com subsidiárias em diversos países poderia demonstrar resultados diferentes se aplicado diferentes normas. Tal fato motivou a promoção de harmonização internacional das normas contábeis, no intuito de diminuir as diferenças nas práticas contábeis entre os países.

2.3.2. Convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade

A Contabilidade, sendo uma Ciência Social Aplicada, tende a adaptar-se ao meio onde é praticada, o que faz surgir diferentes práticas contábeis a depender do contexto histórico, cultural, econômico e social do país que a elabora. Nesse contexto, tal como mencionado, estas diferentes práticas contábeis podem dificultar a comparabilidade das demonstrações contábeis produzidas, importando isso em custos adicionais para conversão de tais demonstrações a uma base comum (CARLIN e HOOG, 2021, p. 29). Assim, em 29 de julho de 1973, foi criado o *International Standards Committee* (IASC), primeiro órgão independente a propor uma harmonização das normas contábeis em nível mundial, com a motivação de que tal harmonização internacional diminuiria as diferenças nas práticas contábeis entre os países (ZEFF, 2014).

O IASC foi idealizado pelo Sir Henry Benson, na ocasião, presidente do Instituto de Contadores Públicos da Inglaterra e do País de Gales (ICAEW – *Institute of Chartered Accountants in England and Wales*), e contava com entidades da classe contábil de nove países convidados: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, França, Japão, México, Países Baixos e Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte. O IASC tinha como principal objetivo emitir normas básicas, denominadas *International Accounting Standards* (IAS) que, esperava-se, pudessem levar a uma harmonização das normas contábeis ao redor do mundo (ZEFF, 2014).

Em 2001, o IASC passou por uma reestruturação, passando a chamar-se *International Accounting Standards Board* (IASB), e as IAS passaram a ser denominadas de *International Financial Reporting Standards* (IFRS). O IASB, conforme Niyama (2010, p. 40), tem os seguintes objetivos:

- a) desenvolver, no interesse público, um único conjunto de normas contábeis globais de alta qualidade, inteligíveis, exequíveis, que exijam informações de alta qualidade, transparentes e comparáveis nas demonstrações contábeis e em outros relatórios

- financeiros, para ajudar os participantes do mercado de capital e outros usuários em todo o mundo a tomar decisões econômicas;
- b) promover o uso e a aplicação rigorosa dessas normas; e
- c) promover a convergência entre as normas contábeis locais e as Normas Internacionais de Contabilidade de alta qualidade.

No Brasil, para que fosse viabilizada a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB, foi criado, em 07 de outubro de 2005, por meio da Resolução 1.055/2005 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O CPC tem como membros permanentes dois representantes de cada uma das seguintes entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Associação Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimento em Mercado de Capitais (Apimec Nacional), B3 Brasil Bolsa e Balcão, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e Entidades representativas de investidores do mercado de capitais. Além desses, desde que aprovados por 3/4 dos membros permanentes, poderão participar como convidados outras entidades ou instituições vinculadas a contadores, auditores, analistas de investimentos ou de demonstrações contábeis e representantes de universidades (CFC, 2005).

De acordo com o artigo 3º da Resolução CFC 1.055/2005, o CPC tem como objetivo

o estudo, o preparo e a emissão de documentos técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e à uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade brasileira aos padrões internacionais (CFC, 2005).

Assim, a produção das Normas Brasileiras de Contabilidade inicia-se no CPC, que estuda e prepara a redação de documentos técnicos contábeis em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade. Após esse processo, tais documentos são submetidos a audiência pública, momento em que os interessados nos assuntos dos aludidos documentos podem opinar e sugerir alterações nos textos. Em seguida, os documentos são submetidos à votação no CPC, sendo aprovados caso obtenham no mínimo 2/3 de votos favoráveis dos membros do órgão presentes na reunião, atribuindo-se aos documentos o nome de Pronunciamento Técnico CPC e sua respectiva numeração. Contudo, para ter valor normativo, ainda se faz necessária a recepção dos Pronunciamentos Técnicos CPC pelo Conselho Federal de Contabilidade, que os emite como Normas Brasileiras de Contabilidade (CFC, 2005).

As Normas Brasileiras de Contabilidade, conforme a Resolução CFC 1.328/2011, deve ser identificada pela sigla NBC, seguida das letras que identificam sua classificação (PG: Profissional Geral; TG: Técnica Geral; etc.), numeração específica (00 a 999: normas completas; 1000 a 1999: normas simplificadas; 2000 a 2999: normas específicas) e denominação. Caso uma determinada NBC sofra alteração total no seu texto, deverá ser mantida a sigla e identificada a nova redação pela letra “R”, seguida do número sequencial (Ex.: NBC TG 1000 **(RI)** – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas). Se houve apenas alterações parciais na norma, como alteração, exclusão ou inclusão de item(ns), deverá ser editado documento denominado “Revisão NBC” seguido da numeração inicial 01 e seguintes (Ex.: Revisão NBC 01, Revisão NBC 02, etc.). Nesse caso, o trecho da norma que sofrer a alteração parcial deve ser mantido tachado, acrescentando o novo texto com indicação da Revisão NBC correspondente, sem qualquer alteração no nome, sigla ou número de revisão da norma alterada (CFC, 2011).

2.3.3. Normas Brasileiras de Contabilidade

Dando seguimento para conhecimento sobre as NBCs emitidas, reforça-se que o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC 1.328/2011, regulamentou a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade, sendo essas classificadas em Profissionais e em Técnicas. As Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais têm o objetivo de estabelecer preceitos de conduta profissional e as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas têm o objetivo de estabelecer padrões e procedimentos técnicos necessários para o adequado exercício profissional. Tais Normas devem seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais (CFC, 2011).

Conforme a Resolução supracitada, as Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais estão estruturadas da seguinte forma:

- I – Geral – NBC PG – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas indistintamente a todos os profissionais de Contabilidade;
- II – do Auditor Independente – NBC PA – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas, especificamente, aos contadores que atuam como auditores independentes;
- III – do Auditor Interno – NBC PI – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas especificamente aos contadores que atuam como auditores internos.
- IV – do Perito – NBC PP – são as Normas de Brasileiras de Contabilidade aplicadas especificamente aos contadores que atuam como peritos contábeis.

Já as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas, conforme a mesma Resolução, estão estruturadas da seguinte forma:

I – Geral – NBC TG – são as Normas Brasileiras de Contabilidade convergentes com as normas internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais;

II – do Setor Público – NBC TSP – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, emitidas pela International Federation of Accountants (IFAC); e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais;

III – de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica – NBC TA – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Auditoria convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Independente emitidas pela IFAC;

IV – de Revisão de Informação Contábil Histórica – NBC TR – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Revisão convergentes com as Normas Internacionais de Revisão emitidas pela IFAC.

V – de Asseguração de Informação Não Histórica – NBC TO – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Asseguração convergentes com as Normas Internacionais de Asseguração emitidas pela IFAC.

VI – de Serviço Correlato – NBC TSC – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas aos Serviços Correlatos convergentes com as Normas Internacionais para Serviços Correlatos emitidas pela IFAC.

VII – de Auditoria Interna – NBC TI – são Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis aos trabalhos de Auditoria Interna;

VIII – de Perícia – NBC TP – são Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis aos trabalhos de Perícia;

IX – de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público – NBC TASP – são as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicadas à Auditoria do Setor Público convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria emitidas pela International Federation of Accountants (Ifac) e recepcionadas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

Além das Normas Brasileiras de Contabilidade, o CFC emite Interpretações Técnicas (ITs), que têm por objetivo esclarecer a aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade, definindo regras e procedimentos a serem aplicados em situações, transações ou atividades específicas, sem alterar a substância das normas e Comunicados Técnicos (CTs) que têm por objetivo esclarecer assuntos de natureza contábil, com a definição de procedimentos a serem observados, considerando os interesses da profissão e as demandas da sociedade (CFC, 2011).

Restringindo-se às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais (NBC TG), estas, dividem-se em: Normas completas, normas específicas e normas simplificadas. As **normas completas** compreendem normas editadas pelo CFC a partir dos documentos emitidos pelo CPC que estão convergentes com as normas do IASB, destinadas às empresas de capital aberto, empresas de grande porte e outras empresas obrigadas por órgãos regulamentadores a utilizá-las. As **normas específicas** compreendem as ITs e os CTs editados pelo CFC, destinadas às entidades fechadas de previdência complementar, entidades sem fins lucrativos, entidades desportivas e entidades cooperativas. Já as **normas simplificadas** compreendem a norma para

PME editada pelo CFC a partir do documento emitido pelo CPC, bem como as ITs e os CTs editados pelo CFC sobre o assunto, destinadas às pequenas e médias empresas.

2.3.4. Normas Simplificadas de Contabilidade para PME

As normas simplificadas de contabilidade, como o próprio nome sugere, trata-se de normas baseadas nas normas completas de contabilidade, contudo, com reduzidas exigências e diminuta complexidade, visando facilitar sua adoção pelas pequenas e médias empresas, assim como, reduzir os custos de implantação da norma e de treinamento dos profissionais que com ela trabalham.

No Brasil, as normas simplificadas de contabilidade são compostas pelos seguintes documentos: NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte; CTG 1000 – Adoção Plena da NBC TG 1000; e, Orientação Técnica Geral (OTG) 1000 – Modelo contábil para microempresa e empresa de pequeno porte.

A NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas Empresas, tratada mais detalhadamente no item 2.3.5 deste capítulo, é uma norma que determina procedimentos simplificados a serem adotados pelas pequenas e médias empresas, quanto à elaboração e divulgação de suas demonstrações contábeis.

A ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, aprovada pela Resolução CFC 1.418/2012, é uma interpretação técnica geral que estabelece critérios e procedimentos contábeis ainda mais simplificados, direcionada a entidades definidas e abrangidas pela NBC TG 1000 (R1) e que se enquadrem no art. 3º da Lei Complementar 123/2006, quais sejam: microempresas³ e empresas de pequeno porte que tenham auferido em cada ano calendário, respectivamente, até 360 mil reais e superior a 360 mil reais até 4,8 milhões de reais.

Assim, no Brasil, as empresas podem adotar as Normas Técnicas Gerais de Contabilidade, conforme **Quadro 4**.

³ O microempreendedor individual (MEI), que auferir anualmente uma receita bruta de até 81 mil reais, é uma modalidade de microempresa, conforme o art. 18-D, § 3º, da Lei 123/2006 (BRASIL, 2006). A esse é dispensado manter escrituração contábil, conforme os art. 970 e 1.179 da Lei 10.406/2002 (BRASIL, 2002).

Quadro 4 – Adoção das NBC TG por tipo de empresa

NORMA	TIPO DE EMPRESA
ITG 1000 – Modelo Contábil Simplificado para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	Microempresas que auferiram no ano calendário até 360 mil reais e empresas de pequeno porte que auferiram acima de 360 mil reais até 4,8 milhões de reais conforme o art. 3º da Lei Complementar 123/2006.
NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas	Toda empresa definida pela NBC TG 1000 (R1) como PME, qual seja: aquela que não tem obrigação pública de prestação de contas, que elabora demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos, que não esteja enquadrada pela Lei 11.638/2007 como sociedade de grande porte e que não esteja obrigada a adotar a normas contábeis completas por força de órgão regulador.
Normas Completas de Contabilidade	Empresas de capital aberto, empresas enquadradas pela Lei 11.638/2007 como de grande porte e outras empresas obrigadas por força de órgãos reguladores a adotá-la.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Ressalta-se que apesar de cada norma ser direcionada a um segmento de empresa, nada impede que uma empresa de determinado segmento adote uma norma direcionada a empresa de segmento superior. Dessa maneira, uma microempresa ou empresa de pequeno porte pode adotar a NBC TG 1000 (R1) ou ainda as Normas Completas de Contabilidade, assim como, as pequenas e médias empresas podem adotar as Normas Completas de Contabilidade, desde que adotem a norma escolhida plenamente (CFC, 2012).

A CTG 1000 – Adoção Plena da NBC TG 1000, editada pelo CFC em 30 de agosto de 2013, teve como único intuito estender o prazo para que as entidades que ainda não tinham atendido plenamente a todos os requisitos da NBC TG 1000, pudessem adotá-la plenamente a partir de 1º de janeiro de 2013, sendo que o prazo anterior era 1º de janeiro de 2010 (CFC, 2013).

Já a OTG 1000 – Modelo contábil para microempresa e empresa de pequeno porte, de 21 de outubro de 2015, foi editada pelo CFC para sanar dúvidas quanto aos critérios e procedimentos contábeis simplificados que devem ser adotados pelas microempresas e empresas de pequeno porte para aplicação da ITG 1000. Os principais pontos abordados nesta Orientação Técnica Geral são: (a) obrigatoriedade de manutenção de escrituração contábil; (b) regime de competência versus regime de caixa; (c) mensuração e critérios de avaliação de estoques; (d) perda por desvalorização de ativo (*impairment*); (e) reconhecimento proporcional das receitas de serviços; (f) demonstrações contábeis comparadas; (g) notas explicativas; e (h) carta de responsabilidade da administração (CFC, 2015).

2.3.5. NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas

A NBC TG 1000 (R1) é uma norma contábil simplificada direcionada às PMEs. As PMEs são definidas como entidades que não têm obrigação pública de prestação de contas, que elabora demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos, que não esteja enquadrada pela Lei 11.638/2007 como sociedade de grande porte e que não estejam proibidas por órgãos regulamentadores à adotarem (CFC, 2016a). A norma objetiva, entre outros: harmonizar as práticas contábeis nacionais das PMEs às IFRS; viabilizar a comparabilidade das demonstrações contábeis produzidas por essas entidades; facilitar a análise dessas demonstrações contábeis por seus usuários externos; e, reduzir os custos de implementação da norma e de treinamento dos profissionais que a utilizam (RIVA e SALOTTI, 2015, p. 305).

Tal norma foi inicialmente emitida pelo CPC como Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, em 04 de dezembro 2009, baseado na norma internacional correlata *International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities* (IFRS for SMEs), que em tradução livre significa *Padrão Internacional de Relatórios Financeiros para Entidades de Pequeno e Médio Porte*, emanada pelo IASB. Posteriormente, o CFC aprovou tal pronunciamento por meio da Resolução 1.255/2009, denominando-o NBC TG 1000 – Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas, com vigor a partir de 1º de janeiro de 2010. Desde a sua aprovação, a norma passou por uma alteração total em 1º de novembro de 2016 e por alterações parciais em 21 de novembro de 2019.

A NBC TG 1000 (R1) está estruturada em forma de tópicos, distribuídos em 35 seções. Cada seção trata de um assunto, conforme **Quadro 5**.

Quadro 5 – Sumário da NBC TG 1000 (R1)

Seção	Sumário
	INTRODUÇÃO
Seção 1	PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
Seção 2	CONCEITOS E PRINCÍPIOS GERAIS
Seção 3	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Seção 4	BALANÇO PATRIMONIAL
Seção 5	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Seção 6	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS
Seção 7	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(continua)

(conclusão)

Seção	Sumário
Seção 8	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Seção 9	DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS E SEPARADAS
Seção 10	POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO
Seção 11	INSTRUMENTOS FINANCEIROS BÁSICOS
Seção 12	OUTROS TÓPICOS SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Seção 13	ESTOQUES
Seção 14	INVESTIMENTO EM CONTROLADA E EM COLIGADA
Seção 15	INVESTIMENTO EM EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO (<i>JOINT VENTURE</i>)
Seção 16	PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
Seção 17	ATIVO IMOBILIZADO
Seção 18	ATIVO INTANGÍVEL EXCETO ÁGIO POR EXPECTATIVA DE RENTABILIDADE FUTURA (<i>GOODWILL</i>)
Seção 19	COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS E ÁGIO POR EXPECTATIVA DE RENTABILIDADE FUTURA (<i>GOODWILL</i>)
Seção 20	OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO
Seção 21	PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES
Apêndice	Guia sobre reconhecimento e mensuração de provisão
Seção 22	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Apêndice	Exemplos de tratamento contábil para o emissor de instrumento de dívida conversível
Seção 23	RECEITAS
Apêndice	Exemplos de reconhecimento de receita
Seção 24	SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL
Seção 25	CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS
Seção 26	PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES
Seção 27	REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS
Seção 28	BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
Seção 29	TRIBUTOS SOBRE O LUCRO
Seção 30	EFEITOS DAS MUDANÇAS NAS TAXAS DE CÂMBIO E CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Seção 31	HIPERINFLAÇÃO
Seção 32	EVENTO SUBSEQUENTE
Seção 33	DIVULGAÇÃO SOBRE PARTES RELACIONADAS
Seção 34	ATIVIDADES ESPECIALIZADAS
Seção 35	ADOÇÃO INICIAL DESTA NORMA
	GLOSSÁRIO DE TERMOS

Fonte: NBC TG 1000 (R1) (CFC, 2016a, p. 1-2).

Por se tratar de uma norma técnica geral, todas as seções da NBC TG 1000 (R1) trazem orientações de como proceder na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis das entidades por ela abrangida. Assim sendo, os subcapítulos seguintes deste trabalho reservam-

se a expor os aspectos gerais da norma supracitada e das demonstrações contábeis por ela exigida.

2.3.5.1. Aspectos Gerais da NBC TG 1000 (R1)

A NBC TG 1000 (R1) foi elaborada para ser aplicada às demonstrações contábeis para fins gerais e outros relatórios financeiros de pequenas e médias empresas, portanto, são dirigidas às necessidades comuns dos usuários externos que, por tal posição, não têm condições de exigir demonstrações contábeis e relatórios financeiros sob medida. Podem figurar como usuários externos, entre outros: sócios, acionistas, credores, empregados, etc. Dessa forma, os principais objetivos das demonstrações contábeis para fins gerais são: fornecer informações sobre a posição financeira e patrimonial e os fluxos de caixa da entidade úteis aos usuários de interesse, para que esses tomem decisões econômicas a respeito da entidade, e mostrar os resultados da diligência da administração, isso é, a responsabilidade da administração pelos recursos confiados a ela (CFC, 2016a, p. 3 e 6).

Para que tais objetivos sejam alcançados é primordial a utilização de procedimentos técnicos que possibilitem a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis de maneira consistente e lógica, tornando-as úteis, assim, a NBC TG 1000 (R1) traz em seu bojo características qualitativas que devem ser observadas, para que as demonstrações contábeis alcancem sua finalidade. O rol de características qualitativas apresentadas na norma são as elencadas no **Quadro 6**.

Quadro 6 – Características qualitativas da NBC TG 1000 (R1)

(continua)

Característica Qualitativa	Conceito
Compreensibilidade	A informação das demonstrações contábeis deve ser apresentada de modo a torná-la compreensível por usuários que têm conhecimento razoável de negócios e de atividades econômicas e de contabilidade, e a disposição de estudar a informação com razoável diligência. Entretanto, a necessidade por compreensibilidade não permite que informações relevantes sejam omitidas com a justificativa que possam ser de entendimento difícil demais para alguns usuários.
Relevância	A informação fornecida em demonstrações contábeis deve ser relevante para as necessidades de decisão dos usuários. A informação tem a qualidade da relevância quando é capaz de influenciar as decisões econômicas de usuários, ajudando-os a avaliar acontecimentos passados, presentes e futuros ou confirmando, ou corrigindo, suas avaliações passadas.

(conclusão)

Característica Qualitativa	Conceito
Materialidade	A informação é material – e, portanto, tem relevância – se sua omissão ou erro puder influenciar as decisões econômicas de usuários, tomadas com base nas demonstrações contábeis. A materialidade depende do tamanho do item ou imprecisão julgada nas circunstâncias de sua omissão ou erro. Entretanto, é inapropriado fazer, ou deixar sem corrigir, desvios insignificantes das práticas contábeis para se atingir determinada apresentação da posição patrimonial e financeira (balanço patrimonial) da entidade, seu desempenho (resultado e resultado abrangente) ou fluxos de caixa.
Confiabilidade	A informação fornecida nas demonstrações contábeis deve ser confiável. A informação é confiável quando está livre de desvio substancial e viés, e representa adequadamente aquilo que tem a pretensão de representar ou seria razoável de se esperar que representasse. Demonstrações contábeis não estão livres de viés (ou seja, não são neutras) se, por meio da seleção ou apresentação da informação, elas são destinadas a influenciar uma decisão ou julgamento para alcançar um resultado ou desfecho predeterminado.
Primazia da essência sobre a forma	Transações e outros eventos e condições devem ser contabilizados e apresentados de acordo com sua essência e não meramente sob sua forma legal. Isso aumenta a confiabilidade das demonstrações contábeis.
Prudência	As incertezas que inevitavelmente cercam muitos eventos e circunstâncias são reconhecidas pela divulgação de sua natureza e extensão e pelo exercício da prudência na elaboração das demonstrações contábeis. Prudência é a inclusão de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas exigidas de acordo com as condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados. Entretanto, o exercício da prudência não permite subvalorizar deliberadamente ativos ou receitas, ou a superavaliação deliberada de passivos ou despesas. Ou seja, a prudência não permite viés.
Integridade	Para ser confiável, a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa, dentro dos limites da materialidade e custo. Uma omissão pode tornar a informação falsa ou torná-la enganosa e, portanto, não confiável e deficiente em termos de sua relevância.
Comparabilidade	Os usuários devem ser capazes de comparar as demonstrações contábeis da entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências em sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho. Os usuários devem, também, ser capazes de comparar as demonstrações contábeis de diferentes entidades para avaliar suas posições patrimoniais e financeiras, desempenhos e fluxos de caixa relativos. Assim, a mensuração e a apresentação dos efeitos financeiros de transações semelhantes e outros eventos e condições devem ser feitas de modo consistente pela entidade, ao longo dos diversos períodos, e também por entidades diferentes. Adicionalmente, os usuários devem ser informados das políticas contábeis empregadas na elaboração das demonstrações contábeis, e de quaisquer mudanças nessas políticas e dos efeitos dessas mudanças.
Tempestividade	Para ser relevante, a informação contábil deve ser capaz de influenciar as decisões econômicas dos usuários. A Tempestividade envolve oferecer a informação dentro do tempo de execução da decisão. Se houver atraso injustificado na divulgação da informação, ela pode perder sua relevância. A administração precisa ponderar a necessidade da elaboração dos relatórios em época oportuna, com a necessidade de oferecer informações confiáveis. Ao atingir-se um equilíbrio entre relevância e confiabilidade, a principal consideração será como melhor satisfazer as necessidades dos usuários ao tomar decisões econômicas.
Equilíbrio entre custo e benefício	Os benefícios derivados da informação devem exceder o custo de produzi-la. A avaliação dos custos e benefícios é, em essência, um processo de julgamento. Além disso, os custos não recaem necessariamente sobre aqueles usuários que usufruem dos benefícios e, frequentemente, os benefícios da informação são usufruídos por vasta gama de usuários externos.

Fonte: Adaptado da NBC TG 1000 (R1) (CFC, 2016a, p. 6 e seg.).

A observância às características qualitativas da informação contábil na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis é imprescindível para assegurar que as demonstrações são razoavelmente relevantes, confiáveis e úteis à tomada de decisão dos usuários que as utilizam.

2.3.5.2. Demonstrações Contábeis da NBC TG 1000 (R1)

A NBC TG 1000 (R1) traz em seu texto, essencialmente, orientações de como as PMEs devem elaborar e divulgar as demonstrações contábeis por ela exigida, ressaltado que as “demonstrações contábeis devem representar apropriadamente a posição patrimonial e financeira (balanço patrimonial), o desempenho (demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente) e os fluxos de caixa da entidade” (CFC, 2016a, p. 15). Assim, é necessário que a entidade declare explicitamente e sem reservas em notas explicativas a adoção de todos os requisitos da norma e, caso deixe de adotar algum requisito, o justifique (CFC, 2016a, p.15).

O conjunto completo das demonstrações contábeis exigidas pela NBC TG 1000 (R1) são: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Notas Explicativas. Essas demonstrações contábeis devem ser apresentadas ao menos anualmente, de maneira uniforme entre os períodos, com as informações comparativas do período anterior, considerando a continuidade da entidade e o regime de competência. Em situações específicas, a DRA e a DMPL podem ser substituídas pela Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), conforme explicado mais à frente (CFC, 2016a).

Dada a importância atribuída às demonstrações contábeis pela NBC TG 1000 (R1), faz-se necessário discorrer sobre os aspectos gerais de cada demonstração.

2.3.5.2.1. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil responsável por apresentar de forma sintética o patrimônio de uma entidade em um dado momento, assim, traz em sua estrutura as informações qualitativas e quantitativas do ativo, do passivo e do patrimônio líquido de maneira ordenada, compreendendo um intervalo de tempo previamente definido pela entidade. Segundo Marion (2009, p. 56), essa é a mais importante demonstração contábil gerada pela

Contabilidade, pois, por meio dela, é possível identificar a saúde financeira e econômica da entidade.

A NBC TG 1000 (R1) não estabelece a forma como o balanço patrimonial deve ser apresentado, nem a ordem das contas, somente indica que ele deve ser dividido em ativo, passivo e patrimônio líquido, sendo o ativo e o passivo subdivididos em circulante e não circulante. Contudo, no Brasil, é convencionalmente adotado que o balanço patrimonial seja apresentado em um quadro ou tabela com duas colunas, sendo na coluna da esquerda apresentadas as contas do ativo, por ordem decrescente de grau de liquidez, e na coluna da direita apresentadas as contas do passivo e do patrimônio líquido, por ordem decrescente de grau de exigibilidade. Caso a entidade apresente uma situação líquida negativa, o patrimônio líquido deve ser apresentado na coluna da esquerda, de tal maneira que sempre haja a equivalência quantitativa das colunas, respeitando o equilíbrio patrimonial do balanço (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Isto posto, percebe-se que os elementos representativos do patrimônio de uma entidade estão contidos em três grupos: ativo, passivo e patrimônio líquido, e para a correta classificação de tais elementos em seus respectivos grupos é essencial conhecer as características desses grupos.

Ativo

O ativo é a parte positiva do patrimônio de uma entidade, composto por bens e direitos que atendam a certos requisitos. A NBC TG Estrutura Conceitual, itens 4.3 e 4.4, define ativo como “um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados”, onde “recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir futuros benefícios econômicos” (CFC, 2019). Portanto, para que um bem ou direito seja classificado como ativo, ele precisa atender a estes três requisitos: ser um recurso econômico presente; ser controlado pela entidade; e, ser resultado de eventos passados.

O recurso econômico presente com potencial de produzir futuros benefícios econômicos é caracterizado com um bem ou direito da entidade que possa contribuir positivamente, direto ou indiretamente, para o aumento do fluxo de caixa ou equivalentes de caixa, aumentando-os ou evitando a sua redução. Quanto ao controle, basta que a entidade exerça o direito de uso do recurso e obtenha as vantagens econômicas fruto desse, ainda que não detenha a sua propriedade. Por fim, é necessário que o recurso seja resultado de eventos passados, não admitindo que prováveis recursos de eventos futuros, mesmo que venham a integrar o

patrimônio da entidade, sejam assim classificados antecipadamente (NIYAMA e SILVA, 2011, p. 115 e seg.).

Em atendimento a NBC TG 1000 (R1), item 4.4, o ativo deve ser dividido em ativo circulante e ativo não circulante. Classifica-se no ativo circulante os recursos que atendam aos seguintes critérios:

- (a) espera realizar o ativo, ou pretender vendê-lo ou consumi-lo durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (b) o ativo for mantido essencialmente com a finalidade de negociação;
- (c) espera realizar o ativo no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou
- (d) o ativo for caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo seja restrita durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis. (CFC, 2016a, p. 19).

Classifica-se como ativo não circulante todos os ativos que não atendam aos requisitos acima, presumindo que o ciclo operacional, quando não claramente identificável, seja de doze meses (CPC, 2016a, p. 20).

Passivo

O passivo é a parte negativa do patrimônio de uma entidade, composto pelas obrigações que essa tem perante terceiros. A NBC TG Estrutura Conceitual, item 4.26, define passivo como “uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados” (CFC, 2019). Portanto, para que uma obrigação seja classificada como passivo, ela precisa atender a estes três requisitos: ser uma obrigação presente; sua liquidação resulte em transferência de recurso econômico; e, ser resultado de eventos passados.

Naturalmente, o fato de uma obrigação já ter sido liquidada implica em não mais ser necessário reconhecê-la como passivo, tampouco, uma improvável obrigação futura também não é passível de reconhecimento como tal, portanto, só se constitui passivo a obrigação presente resultante de eventos passados. Ainda, é necessário que na ocasião da liquidação de tal obrigação a entidade transfira um recurso econômico ao credor, seja recursos de caixa e equivalentes de caixa ou qualquer bem ou direito que sirva como quitação da obrigação ora assumida (NIYAMA e SILVA, 2011, p. 159-160).

Em atendimento a NBC TG 1000 (R1), item 4.4, o passivo deve ser dividido em passivo circulante e passivo não circulante. Classifica-se no passivo circulante as obrigações que atendam aos seguintes critérios:

- (a) espera liquidar o passivo durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (b) o passivo for mantido essencialmente para a finalidade de negociação;
- (c) o passivo for exigível no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou
- (d) a entidade não tiver direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data de divulgação. (CFC, 2016a, p. 20).

Classifica-se como passivo não circulante todos os outros ativos que não atenderem aos requisitos acima, presumindo que o ciclo operacional, quando não claramente identificável, seja de doze meses (CPC, 2016a, p. 20).

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é a parte residual do patrimônio de uma entidade pertencente aos sócios ou acionistas após subtraída todas as obrigações. A NBC TG Estrutura Conceitual, item 4.63, define patrimônio líquido como “a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos” (CFC, 2019). Tal conceito, conforme Sande e Neiva (2021, p. 331), dispõe que o patrimônio líquido representa o saldo remanescente da diferença entre o valor dos ativos e dos passivos, formando o capital próprio da entidade.

O patrimônio líquido também é conhecido como obrigação não exigível, visto esse valor residual pertencer subsidiariamente aos sócios ou acionistas, mas, pelo princípio da continuidade da entidade, eles não poderão exigir a quitação de tal obrigação, a não ser que se decidam por dissolver a entidade (MARION, 2009, p. 59).

2.3.5.2.2. Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), conforme Martins *et al.* (2013, p. 560), “é a apresentação, em forma resumida, das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período, incluindo o que se denomina de receitas e despesas realizadas”. Ainda, Marion (2004, p. 87), destaca que, “as contas contábeis [...] só podem ser classificadas em duas demonstrações: ou balanço patrimonial (BP) ou demonstração do resultado do exercício (DRE). Se uma conta não for classificada no balanço, será na demonstração do resultado ou vice-versa”. Assim, tem-se a DRE como uma indispensável demonstração contábil, pois, além de informar o resultado das atividades da entidade em um determinado período, é, em conjunto com o balanço patrimonial, a base para elaboração das outras demonstrações contábeis.

A DRE apresenta os fluxos de receitas e despesas e ganhos e perdas da entidade, e a diferença desses fluxos dinâmicos resulta em aumento ou redução do patrimônio líquido ao fim do período operacional definido pela entidade. A receita “é um aumento de patrimônio líquido que se origina no curso das atividades normais da entidade e é designada por uma variedade de nomes, tais como vendas, honorários, juros, dividendos, lucros distribuídos, [...]” (CFC, 2016a, p. 10), enquanto, o ganho é uma variação dinâmica esporádica que também contribui para o aumento do patrimônio líquido, contudo, não está relacionado diretamente às atividades normais da entidade. A despesa “é uma redução do patrimônio líquido que surge no curso das atividades normais da entidade [...]. Ela geralmente toma a forma de desembolso ou redução de ativos como caixa e equivalentes de caixa, estoques, ou bens do ativo imobilizado” (CFC, 2016a, p. 10). Por conseguinte, a perda também contribui para a redução do patrimônio líquido, contudo, se origina de eventos esporádicos e não relacionados à atividade principal da entidade.

No Brasil é convencionalmente adotado que a DRE seja estruturada de forma vertical e dedutiva, iniciando-se pela receita bruta da entidade seguido dos itens que podem ser deduzidos desta, de onde se obtém a receita líquida. Da receita líquida é deduzido o custo, levando ao lucro bruto. Deste, subtrai-se as despesas, inclui-se o resultado financeiro, composto pelas receitas e despesas financeiras, e os outros resultados operacionais, composto pelas outras receitas e despesas operacionais, chegando-se ao resultado antes dos tributos sobre o lucro. Após a subtração destes tributos, tem-se o resultado do exercício da entidade (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 177).

2.3.5.2.3. Demonstração do Resultado Abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) evidencia os itens que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da entidade, desde que não envolvam operações com os sócios. De acordo com Almeida (2014, p. 136),

diversas transações são registradas transitoriamente em contas específicas do patrimônio líquido e depois transferidas para o resultado do exercício quando da ocorrência de certos eventos. O objetivo da DRA é relatar qual seria o resultado do exercício se essas transações, que não são com os sócios na qualidade de proprietários, fossem computadas de imediato no resultado, ou seja, se não fossem registradas transitoriamente em contas do patrimônio líquido.

A DRA é estruturada de forma vertical e tem como saldo inicial o resultado líquido do exercício evidenciado na DRE. A partir do saldo inicial, faz-se os ajustes oriundos das transações ocorridas diretamente no patrimônio líquido que não estejam relacionadas com os

sócios, tais como: variações na reserva de reavaliação; ganhos e perdas atuariais em planos de pensão; ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior; etc., cujo resultado denomina-se resultado abrangente total (SANDE e NEIVA, 2021, p. 449).

A DRA é dispensada caso a entidade não tenha nenhuma transação que se configure como outros resultados abrangentes nos períodos correspondentes, ou substituída pela Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), caso as únicas alterações no patrimônio líquido durante os períodos para os quais as demonstrações contábeis são apresentadas derivarem do resultado, de distribuição de lucro, de correção de erros de períodos anteriores e de mudanças de políticas contábeis (CFC, 2016a, p. 17-18).

2.3.5.2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia as transações que ocorreram nas contas do patrimônio líquido em dado momento. Segundo Martins (2013, p. 639), isso é de muita utilidade, pois, “faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no Patrimônio Líquido durante o exercício.” Torna-se, portanto, um importante complemento às informações evidenciadas no balanço patrimonial e na DRE.

A DMPL, conforme a NBC TG 1000 (R1), item 6.3, deve incluir as seguintes informações:

- (a) o resultado e os outros resultados abrangentes do período, demonstrando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e a participação dos não controladores;
- (b) para cada componente do patrimônio líquido, os efeitos da aplicação retrospectiva ou correção retrospectiva reconhecida de acordo com a Seção 10 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- (c) para cada componente do patrimônio líquido, a conciliação entre o saldo no início e no final do período, evidenciando separadamente as alterações decorrentes:
 - (i) do resultado do período;
 - (ii) de outros resultados abrangentes;
 - (iii) dos valores de investimentos realizados pelos sócios e dividendos e outras distribuições para eles na sua capacidade de sócios, demonstrando separadamente ações ou quotas emitidas de transações com ações ou quotas em tesouraria; de dividendos e outras distribuições aos sócios; e de alterações nas participações em controladas que não resultem em perda de controle. (CFC, 2016a, p. 24).

A DMPL pode ser substituída pela DLPA caso as únicas alterações no patrimônio líquido durante os períodos para os quais as demonstrações contábeis são apresentadas

derivarem do resultado, de distribuição de lucro, de correção de erros de períodos anteriores e de mudanças de políticas contábeis (CFC, 2016a, p. 17-18).

2.3.5.2.5. Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados

A Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA) evidencia a distribuição do lucro ou prejuízo apurado em dado momento pela entidade. Nessa demonstração é possível identificar todas as variações ocorridas na conta lucros e prejuízos acumulados, assim como, a destinação do lucro ou a compensação do prejuízo, possibilitando o controle desses resultados pela entidade. Conforme Cruz *et al.* (2010, p. 46), “o objetivo dessa demonstração, portanto, é mostrar, além da movimentação ocorrida no saldo da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, o resultado (lucro ou prejuízo do período) e sua distribuição”

A DLPA, conforme a NBC TG 1000 (R1), item 6.5, deve apresentar os seguintes itens:

- (a) lucros ou prejuízos acumulados no início do período contábil;
- (b) dividendos ou outras formas de lucro declarados e pagos ou a pagar durante o período;
- (c) ajustes nos lucros ou prejuízos acumulados em razão de correção de erros de períodos anteriores;
- (d) ajustes nos lucros ou prejuízos acumulados em razão de mudanças de práticas contábeis;
- (e) lucros ou prejuízos acumulados no fim do período contábil. (CFC, 2016a, p. 25).

A DLPA pode substituir a DRA e a DMPL caso as únicas alterações no patrimônio líquido durante os períodos para os quais as demonstrações contábeis são apresentadas derivarem do resultado, de distribuição de lucro, de correção de erros de períodos anteriores e de mudanças de políticas contábeis (CFC, 2016a, p. 17-18).

2.3.5.2.6. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) evidencia a movimentação de entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa da entidade em determinado período utilizando-se do regime de caixa, ou seja, evidencia os recebimentos e pagamentos feitos pela entidade no momento em que eles efetivamente ocorrem. Isso, conforme Martins *et al.* (2013, p. 651), auxilia “os usuários das demonstrações contábeis na análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades para utilizar fluxos de caixa”.

A DFC, na evidenciação dos fluxos de caixa da entidade, de acordo com NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 10, classifica-os em três grupos de atividades,

quais sejam: atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento. Essa forma de classificação permite aos usuários da demonstração dos fluxos de caixa conhecer a influência dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento de forma isolada nas disponibilidades da entidade e a inter-relação dos fluxos de caixa dessas atividades (CFC, 2016b).

As atividades operacionais comportam os fluxos de caixa que estão diretamente relacionados à atividade principal da entidade. Segundo Sande e Neiva (2021, p. 460),

o montante dos fluxos de caixa advindos das atividades operacionais é um indicador-chave da extensão pela qual as operações da entidade têm gerado suficientes fluxos de caixa para amortizar empréstimos, manter a capacidade operacional da entidade, pagar dividendos e juros sobre o capital próprio e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento.

Em suma, nas atividades operacionais estão as principais fontes de recursos para a entidade e as transações abrangidas nesse grupo geralmente também estão inclusas na DRE (CFC, 2016a, p. 26).

As atividades de investimento comportam os fluxos de caixa relacionados ao aumento ou diminuição dos ativos de longo prazo da entidade. Conforme a NBC TG 03 (R3), item 16, “A divulgação em separado dos fluxos de caixa advindos das atividades de investimento é importante em função de tais fluxos de caixa representarem a extensão em que os dispêndios de recursos são feitos pela entidade com a finalidade de gerar lucros e fluxos de caixa” (CFC, 2016b).

As atividades de financiamento comportam os fluxos de caixa oriundos de recursos externos captados pela entidade para financiar as atividades operacionais e de investimento. Conforme a NBC TG 03 (R3), item 17, “a divulgação separada dos fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento é importante por ser útil na predição de exigências de fluxos futuros de caixa por parte de fornecedores de capital à entidade” (CFC, 2016b).

No tocante à apresentação da DFC, essa pode ser elaborada utilizando dois métodos: método direto e método indireto. De acordo com Martins *et al.* (2013, p. 659), o método direto consiste em explicitar as entradas e saídas de recursos dos principais componentes das atividades operacionais, tais como recebimento pelas vendas de produtos ou serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados, enquanto o método indireto, de forma não explícita, faz conciliações de saldos entre o resultado líquido do exercício e o caixa gerado pelas operações.

2.3.5.2.7. Notas Explicativas

As notas explicativas são uma parte integrante das demonstrações contábeis e trazem informações complementares, esclarecendo questões constantes nas demonstrações contábeis ou adicionando outras informações que permitam uma melhor compreensão sobre as demonstrações contábeis evidenciadas. Coadunando com tal explanação, Sande e Neiva (2021, p. 499) dizem que o objetivo das notas explicativas é “complementar e esclarecer elementos das demonstrações contábeis. Não apresentam fatos que alteram o patrimônio, mas sim atos administrativos que esclarecem ao usuário da contabilidade sobre fatos relevantes ocorridos”.

A NBC TG 1000 (R1), item 8.2, orienta que as notas explicativas devem:

- a) apresentar informações acerca das bases de elaboração das demonstrações contábeis e das práticas contábeis específicas utilizadas [...];
- (b) divulgar as informações exigidas por esta Norma (NBC TG 1000 (R1)) que não tenham sido apresentadas em outras partes das demonstrações contábeis; e
- (c) prover informações que não tenham sido apresentadas em outras partes das demonstrações contábeis, mas que sejam relevantes para compreendê-las. (CFC, 2016a, p. 29).

Pelo exposto, vê-se que as notas explicativas prestam um importante papel na evidenciação das demonstrações contábeis, pois, por meio delas, é possível trazer informações relevantes acerca de itens do patrimônio da entidade ou de transações feitas pela entidade usando texto descritivo, quadros analíticos ou ainda outras demonstrações contábeis não obrigatórias, tais como: Demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR), Balanço Social, entre outras (MARTINS *et al.*, 2013, p. 677).

3. METODOLOGIA

Metodologia é o estudo dos caminhos a serem seguidos pelo pesquisador para se fazer ciência, assim, seu objeto de estudo é a própria ciência. Então, cabe à metodologia indicar a melhor maneira de tratar um problema de pesquisa, para que se consiga produzir um conhecimento que possa ser chamado de científico (OLIVEIRA, 2011, p. 19). Nesse contexto, salienta Gerhardt e Silveira (2009, p. 13), a metodologia se interessa por validar o caminho escolhido pelo pesquisador para resolver o problema de pesquisa proposto, não se confundindo com o conteúdo (teoria) nem com os procedimentos (métodos e técnicas).

Esta pesquisa buscou responder a indagação de qual o nível de conhecimento para aplicação da NBC TG 1000 (R1) de egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB dos anos 2010 a 2020. Para isso, metodologicamente, usou-se o método científico indutivo, que consiste em a partir da observação de alguns fatos concluir que a relação identificada se aplica a todos os fatos da mesma espécie, mesmo àqueles não observados, ou seja, é um processo de generalização pelo qual o pesquisador passa do particular para o universal (SEVERINO, 2007, p. 104). Aqui, partiu-se dos dados particulares obtidos junto aos egressos do curso, para uma generalização de qual o nível de conhecimento desses egressos para aplicação da NBC TG 1000 (R1).

Quanto à abordagem científica, Gerhardt e Silveira (2009, p. 33) diz que as pesquisas quantitativas têm resultados que podem ser quantificados, centrando-se na objetividade e apoiando-se em métodos estatísticos para comprovar ou refutar as hipóteses levantadas, assim, esta pesquisa se caracterizou como quantitativa, pois, buscou-se quantificar matematicamente os resultados obtidos, o que possibilitou compará-los e inter-relacioná-los.

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa classifica-se como descritiva, visto que se restringiu a descrever os resultados obtidos de alguns elementos da população objeto da pesquisa – egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB dos anos 2010 a 2020 – avaliando o nível de conhecimento desses egressos para aplicação da NBC TG 1000 (R1). Como fundamento, a pesquisa descritiva visa observar, registrar, analisar e ordenar os dados obtidos em uma pesquisa, sem que o pesquisador interfira ou faça parte de tais dados (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 52). Coadunando com tal entendimento, Gil (2002, p. 42) diz que “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Quanto aos procedimentos de pesquisa, este trabalho se utilizou da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de levantamento. A pesquisa bibliográfica consiste em utilizar dados

já processados e disponibilizados para consulta relacionados ao tema de estudo, tais como livros, artigos científicos, etc. Isso permite ao pesquisador ter contato com o que já foi produzido a respeito do tema objeto da pesquisa, embasando-a ou oferecendo meios para o desenvolvimento de novas pesquisas que preencham as lacunas existentes (GIL, 2002, p. 44; LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 183). Já a pesquisa de levantamento, segundo Gil (2002, p. 50), consiste em solicitar informações diretamente à população cujo comportamento se deseja conhecer, de maneira que se possa chegar a conclusões sobre o problema de pesquisa a partir dos dados coletados. Assim, esta pesquisa foi subsidiada por livros, artigos científicos, leis e resoluções publicados em meios físico e digital, que tratam do tema em questão, e por um questionário aplicado aos egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB, onde buscou-se saber o nível de conhecimento deles acerca do tema proposto.

Quanto aos procedimentos metodológicos, eles têm a serventia de enumerar os passos que levou o pesquisador a chegar aos objetivos pretendidos. Nesse sentido, esta pesquisa foi construída em cinco etapas: (1) levantamento do referencial teórico; (2) confecção do questionário de pesquisa; (3) coleta de dados; (4) tabulação dos dados coletados; e (5) apresentação e análise dos dados coletados. A seguir faz-se necessário uma breve explanação sobre como se deu cada etapa:

Levantamento do referencial teórico: O levantamento do referencial teórico deste trabalho iniciou-se com a busca, em sítios eletrônicos de publicações científicas, de artigos, monografias, dissertações e teses que tivessem as palavras-chave: NBC TG 1000 e CPC PME. Tal procedimento possibilitou ao pesquisador ter uma visão mais ampla sobre a forma como o tema objeto da presente pesquisa vem sendo tratado por outros pesquisadores e qual a bibliografia que tais pesquisadores comumente utilizam como fonte de consulta. Nesse ínterim, foi definido a estrutura do trabalho e feito um levantamento de livros físicos que tratassem de temas pertinentes à História da Contabilidade, Contabilidade Internacional, Normas de Contabilidade e Metodologia de Pesquisas Científicas, disponíveis na Biblioteca Professor Antônio de Moura Pereira, localizada no Campus da UESB de Vitória da Conquista – BA. Também foi consultado os sítios eletrônicos do CFC, do CPC e da Legislação do Planalto, a fim de se conhecer os dispositivos legais e infralegais que tratam de assuntos pertinentes às PMEs. A partir dos levantamentos, consultas e leituras realizadas foi possível embasar esta pesquisa em outros trabalhos científicos e produzir o presente trabalho.

Confecção do questionário de pesquisa: A Confecção do questionário da presente pesquisa buscou objetivamente inquirir os respondentes acerca de seus níveis de conhecimento para aplicação da NBC TG 1000 (R1). Para tanto, optou-se por utilizar um questionário

estruturado fechado produzido na plataforma digital Formulários *Google*⁴, contendo 44 perguntas distribuídas em quatro seções, conforme o **Apêndice A**.

A seção um do questionário, constituída por cinco perguntas, identificou os respondentes quanto a: ano em que concluíram o Curso de Ciências Contábeis na UESB, sexo, idade, se possuem registro ativo em Conselho Regional de Contabilidade e se trabalham com Contabilidade privada ou não.

As seções dois e três, constituídas por 15 e 14 perguntas, respectivamente, foram direcionadas aos respondentes que indicaram trabalhar com Contabilidade do setor privado, sendo a seção dois para quem trabalha em escritório de contabilidade ou como autônomo e a seção três para quem trabalha em empresa privada, exceto escritório de contabilidade. As perguntas das duas seções são as mesmas, excetuando-se a primeira pergunta que questiona a quantidade de empresas para as quais o respondente presta serviços, existindo a separação em duas seções apenas para melhor ajuste vocabular das perguntas ao perfil dos respondentes. Assim, aos respondentes das seções dois e três foi questionado em três perguntas características das empresas para as quais prestam serviços ou trabalham. Em cinco outras perguntas foi questionado aspectos profissionais dos respondentes e a percepção deles a respeito da NBC TG 1000 (R1) e, por fim, em mais seis perguntas foi questionado assuntos relativos a NBC TG 1000 (R1), com o intuito de avaliar o conhecimento deles a respeito do tema proposto.

A seção quatro do questionário, constituída por 10 perguntas, foi direcionada aos respondentes que indicaram não trabalhar com Contabilidade do setor privado. Nessa seção, em quatro perguntas foi questionado a percepção dos respondentes a respeito da NBC TG 1000 (R1) e nas outras seis perguntas foi questionado assuntos relativos a NBC TG 1000 (R1), com o intuito de avaliar o conhecimento deles a respeito do tema proposto.

Coleta de dados: Para a coleta de dados da presente pesquisa, inicialmente foram identificados, junto ao Colegiado do Curso de Ciências Contábeis da UESB, 260 egressos que concluíram o referido curso entre os anos de 2010 e 2020, dos quais obteve-se os endereços de correio eletrônico válidos de 241 egressos, que constituíram a população da pesquisa. Assim, foi enviada para o correio eletrônico de toda essa população a solicitação para responder ao questionário da pesquisa entre os dias 08 de setembro de 2021 e 07 de outubro de 2021. Findo o prazo estipulado, obteve-se o retorno de 37 questionários devidamente respondidos.

Tabulação dos dados coletados: Uma vez obtido o retorno dos questionários devidamente respondidos, esses foram tabulados no programa *Microsoft Office Excel*,

⁴ Formulários *Google*: Aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pela empresa *Google* onde é possível criar questionários, enviá-los e coletar as respostas dos respondentes de forma inteiramente digital.

originando 3 tabelas e 22 gráficos que subsidiaram a produção do capítulo quatro desta pesquisa, possibilitando uma análise das respostas coletadas de forma quantitativa, comparativa e inter-relacional.

Apresentação e análise dos dados coletados: De posse das tabelas e dos gráficos produzidos, procedeu-se à apresentação e a análise dos dados no capítulo quatro deste trabalho, propondo responder ao objetivo geral e aos objetivos específicos da pesquisa.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A apresentação e análise dos dados de uma pesquisa, conforme Babbie (2003, p. 433), tem três funções básicas: comunicar a uma audiência um corpo de dados e ideias específicas, contribuir ao conhecimento científico em geral e estimular e orientar futuros inquiridos. Assim, este capítulo buscou expor e explicar de maneira estruturada os dados colhidos na aplicação do questionário aos egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB, convertendo tais dados em informações úteis a responder ao objetivo geral e aos objetivos específicos ora propostos.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) é uma instituição pública de Ensino Superior localizada na Região Sudoeste do Estado da Bahia e conta com três campi localizados nos municípios de Itapetinga – BA, Jequié – BA e Vitória da Conquista – BA. Ela foi criada pela Lei Delegada nº 12, de 30 de dezembro de 1980, a partir da unificação de diversas faculdades autônomas existentes na época. Atualmente a UESB possui 47 cursos de Graduação, 33 cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* e 20 cursos de Pós-Graduação *lato sensu*. Dentre os cursos de Graduação encontra-se o Curso de Ciências Contábeis (UESB, 2021).

O Curso de Ciências Contábeis da UESB obteve autorização de funcionamento pelo Conselho Estadual de Educação em 26 de março de 1990, por meio do Parecer CEE 042/90, posteriormente referendado pelo Decreto Federal s/n de 20 de abril de 1992. O Curso iniciou suas atividades em 1993, com a missão de

formar profissionais aptos a compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização; a apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas e revelar capacidade crítico analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação (UESB, 2007, p. 7-8).

Nesse aspecto, o Curso de Ciências Contábeis da UESB busca primordialmente contribuir para o desenvolvimento regional, formando profissionais que detenham conhecimentos amplos na área de finanças e gestão, o que possibilita aos egressos do curso atuarem em uma vasta gama de entidades públicas e privadas.

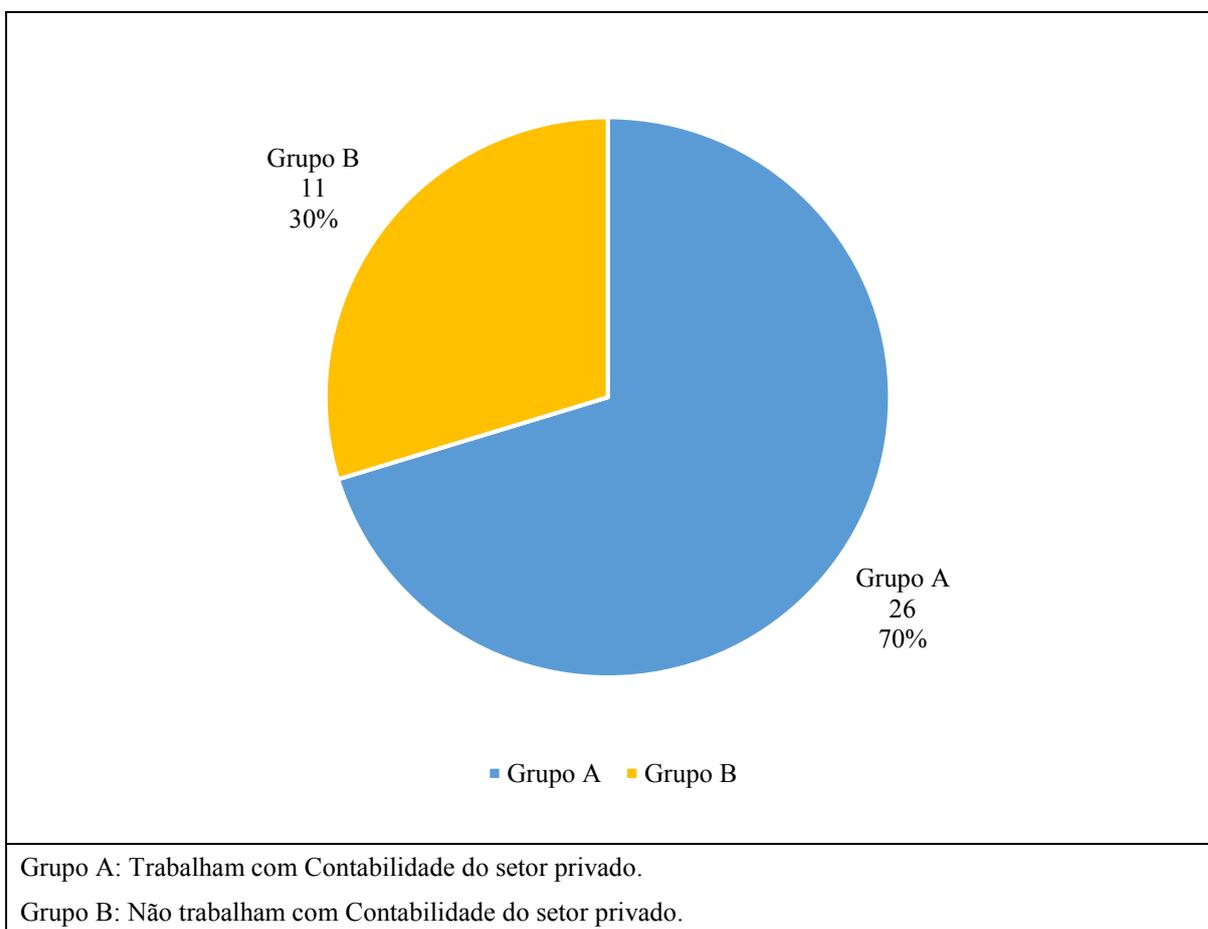
4.2. CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES DA PESQUISA

Esta pesquisa teve como público alvo os egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB dos anos 2010 a 2020, assim, solicitou-se ao Colegiado do Curso de Ciências Contábeis da UESB a relação de endereços de correio eletrônico de egressos desse período. Foi informado que no período de 2010 a 2020 houve 260 egressos, contudo, havia informação de endereço de correio eletrônico de 241 egressos, os quais formaram a população pesquisada. Nessa população há egressos que atuam profissionalmente na área de Contabilidade do setor privado como também há egressos que não atuam nessa área, assim, para uma melhor apresentação e análise dos dados obtidos, os respondentes do questionário foram divididos em dois grupos: **Grupo A**, constituído por respondentes que trabalham na área de Contabilidade do setor privado, seja escritório de contabilidade, contabilidade interna de empresa privada ou trabalhador autônomo, e **Grupo B**, constituído por respondentes que não trabalham na área de Contabilidade do setor privado.

Tal separação se deu pelo fato de a NBC TG 1000 (R1) ser uma norma direcionada às pequenas e médias empresas do setor privado, logo, espera-se que o Grupo A tenha um maior domínio de conteúdo sobre a norma, e uma análise em separado permitiu observar se esse aspecto se confirmou. Além disso, o Grupo A contribuiu para a pesquisa respondendo questionamentos acerca de características das empresas nas quais trabalha ou presta serviços e de impressões sobre a norma no que diz respeito a conhecimento, importância, utilização e dificuldades enfrentadas para aplicação dela. Também foi proposto ao Grupo A a resolução de seis questões de múltipla escolha sobre assuntos tratados na NBC TG 1000 (R1), a fim de avaliar o nível de conhecimento desse grupo sobre os assuntos questionados.

Quanto ao Grupo B, por não trabalhar especificamente com Contabilidade do setor privado, não foi oportuno questionar sobre o seu ambiente de trabalho. Assim, questionou-se a esse grupo apenas as impressões sobre a norma no que diz respeito a conhecimento, importância, utilização e dificuldades enfrentadas para aplicação dela. Também foi proposto ao Grupo B a resolução de seis questões de múltipla escolha sobre assuntos tratados na NBC TG 1000 (R1), a fim de medir o nível de conhecimento desse grupo sobre os assuntos questionados.

A composição dos Grupos A e B se dão conforme o **Gráfico 1**:

Gráfico 1 – Composição dos Grupos A e B

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Conforme o **Gráfico 1**, verifica-se que 37 pessoas participaram da pesquisa, sendo 26 pessoas pertencentes ao Grupo A e 11 pessoas pertencentes ao Grupo B. Em termos percentuais o Grupo A representa 70% dos respondentes da pesquisa e o Grupo B representa 30% dos respondentes da pesquisa. Por ter características distintas para a pesquisa – trabalhar ou não com Contabilidade do setor privado –, os dados coletados dos Grupos A e B serão apresentados e analisados em subcapítulos distintos.

4.2.1. Apresentação e análise dos dados do Grupo A

Na execução desta pesquisa, perguntou-se aos integrantes do Grupo A, formado por 26 pessoas que trabalham com Contabilidade do setor privado, as suas características pessoais, visando identificá-los e conhecê-los quanto a: ano de formação no Curso de Ciências Contábeis

da UESB, sexo, idade e se possuem registro ativo em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). As respostas coletadas foram tabuladas e apresentadas na **Tabela 1**.

Tabela 1 – Grupo A: Identificação pessoal dos integrantes

Variável	Nº respondentes	% respondentes	
Número de respondentes	26	100%	
Ano de formação	Até 2009	0	0%
	2010 a 2013	7	27%
	2014 a 2017	8	31%
	2018 a 2020	11	42%
Sexo	Feminino	14	54%
	Masculino	12	46%
	Prefere não dizer	0	0%
Idade	25 anos ou menos	0	0%
	26 a 35 anos	21	81%
	36 a 45 anos	5	19%
	46 anos ou mais	0	0%
	Prefere não dizer	0	0%
Possui registro ativo no CRC	Sim	26	100%
	Não	0	0%

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Conforme a **Tabela 1**, é possível observar que o Grupo A é composto por 26 respondentes, sendo que 27% dos respondentes concluíram o Curso de Ciências Contábeis da UESB entre os anos 2010 e 2013, 31% concluíram o curso entre os anos 2014 e 2017 e 42% concluíram o curso entre os anos 2018 e 2020. Observa-se também que o grupo é composto por 54% de respondentes do sexo feminino e 46% de respondentes do sexo masculino. Os respondentes com faixa etária entre 26 e 35 anos representam 81% do Grupo A e os respondentes com faixa etária entre 36 e 45 anos representam 19%. Ainda, a pesquisa indica que todos os respondentes que trabalham com Contabilidade do setor privado possuem registro ativo no CRC.

Uma vez identificado e conhecido o perfil pessoal dos respondentes do Grupo A, faz-se importante identificar e conhecer as características do ambiente profissional deles, assim procedeu-se em questioná-los sobre o número de empresas que atendem ou trabalham, o

segmento empresarial e faturamento anual dessas empresas e a finalidade que essas empresas dão às demonstrações contábeis. Também foi questionado quais atividades contábeis os respondentes desenvolvem no ambiente profissional.

As respostas coletadas nessa parte do questionário foram tabuladas e apresentadas na **Tabela 2**.

Tabela 2 – Grupo A: Identificação profissional dos integrantes

Variável	Nº respostas	% respostas ⁵	
Atende quantas empresas?	25 empresas ou menos	5	19%
	26 a 50 empresas	3	12%
	51 a 100 empresas	15	57%
	101 empresas ou mais	3	12%
Atende majoritariamente que segmento empresarial?	Comércio	15	57%
	Indústria	4	16%
	Prestação de Serviços	7	27%
	Outro	0	0%
Atende majoritariamente empresas com qual faturamento anual?	Até 360 mil	0	0%
	Entre 360 mil e 4,8 milhões	18	69%
	Entre 4,8 milhões e 300 milhões	8	31%
	Acima de 300 milhões	0	0%
Qual finalidade majoritária dada às demonstrações contábeis pelas empresas atendidas?	Atender ao FISCO	26	100%
	Atender aos fornecedores	0	0%
	Atender aos clientes	0	0%
	Atender aos bancos	0	0%
	Atender ao proprietário e/ou aos sócios	0	0%
	Outra	0	0%
Realiza majoritariamente quais atividades na área contábil?	Escrituração Contábil	9	35%
	Elaboração de Demonstrações Contábeis	7	27%
	Análise de Demonstrações Contábeis	0	0%
	Auditoria Contábil	1	3%
	Perícia Contábil	0	0%
	Assessoria Contábil	9	35%
	Outra	0	0%

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

⁵ Números percentuais arredondados.

Conforme a **Tabela 2**, observa-se que 19% dos respondentes do Grupo A atendem até 25 empresas; 12% atendem de 26 a 50 empresas, 57% atendem de 51 a 100 empresas e 12% atendem mais de 100 empresas na atuação como profissional da contabilidade. A maioria dos respondentes atuam majoritariamente em empresas do segmento empresarial de comércio, representando 57% das respostas, o segmento de prestação de serviços é majoritariamente atendido por 27% dos respondentes e o segmento industrial é majoritariamente atendido por 15% dos respondentes. Quanto ao faturamento das empresas atendidas, 69% dos respondentes atendem majoritariamente pequenas empresas, isto é, com faturamento anual acima de 360 mil até 4,8 milhões de reais e 31% dos respondentes atendem majoritariamente médias empresas, cujo faturamento anual situa-se acima de 4,8 milhões até 300 milhões de reais.

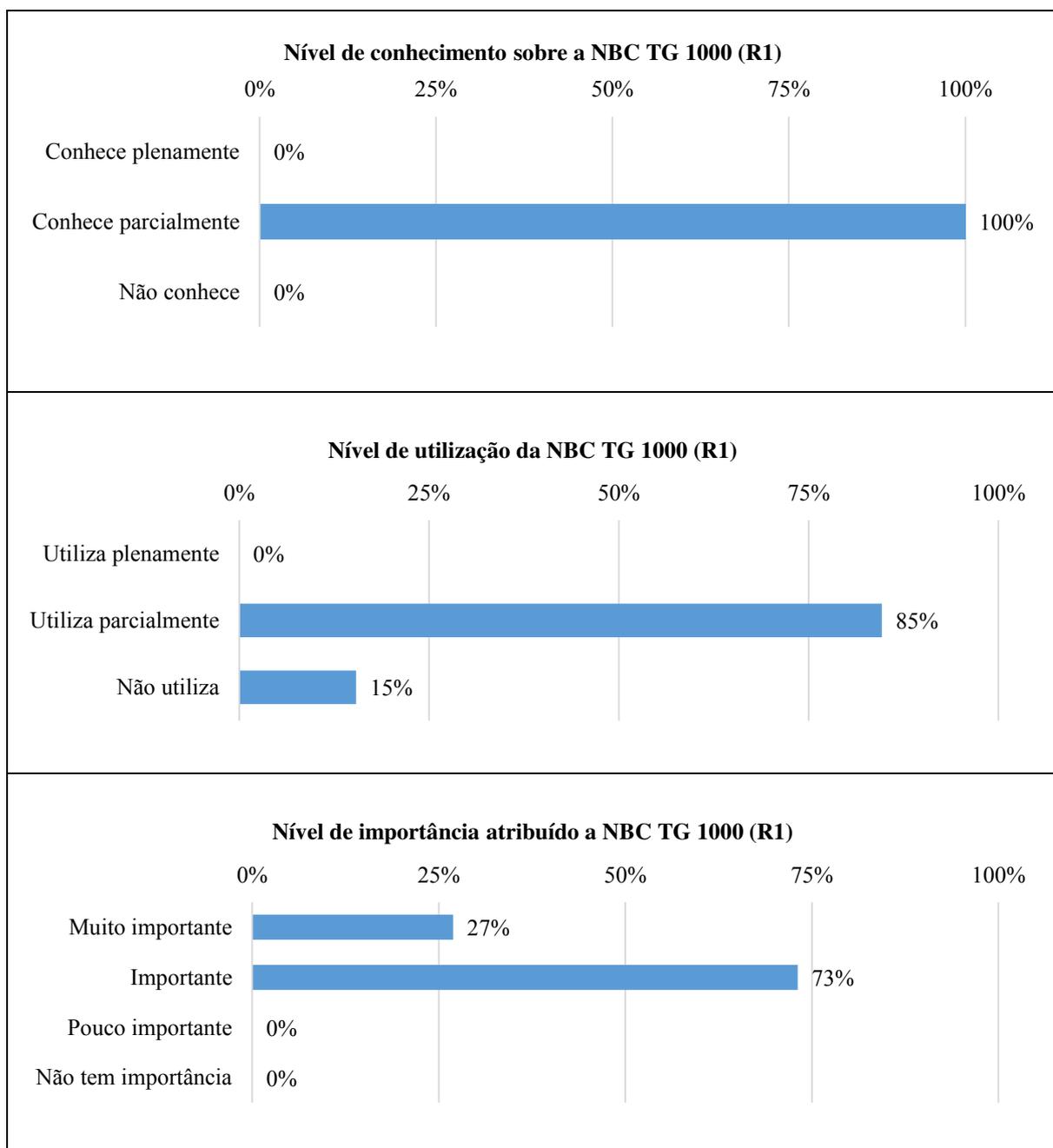
No que diz respeito a finalidade dada às demonstrações contábeis pelas empresas atendidas pelos respondentes do Grupo A, verifica-se que é preponderante a figura do FISCO, indicando que todas as empresas elaboram demonstrações contábeis na perspectiva majoritária de atender aos órgãos de fiscalização.

Outro questionamento feito aos respondentes do Grupo A foi concernente às atividades contábeis desenvolvidas no ambiente de trabalho. Nesse quesito foi indicado predominantemente como atividade laboral a escrituração contábil e a assessoria contábil, com incidência de 35% cada entre as respostas dadas. A elaboração das demonstrações contábeis é apontada como principal atividade laboral por 27% dos respondentes e a auditoria contábil é apontada como principal atividade laboral por 3% dos respondentes.

A segunda parte do questionário aplicado ao Grupo A buscou responder ao objetivo geral e aos objetivos específicos desta pesquisa, assim, procedeu-se nas seguintes perguntas:

- 1) Você conhece a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas?
- 2) Você utiliza a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas no seu trabalho?
- 3) Você atribui que grau de importância a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas na atuação do profissional contábil?

A partir das respostas obtidas com as três perguntas acima foi elaborado o **Gráfico 2**.

Gráfico 2 – Grupo A: Conhecimento, utilização e importância atribuída à NBC TG 1000 (R1)

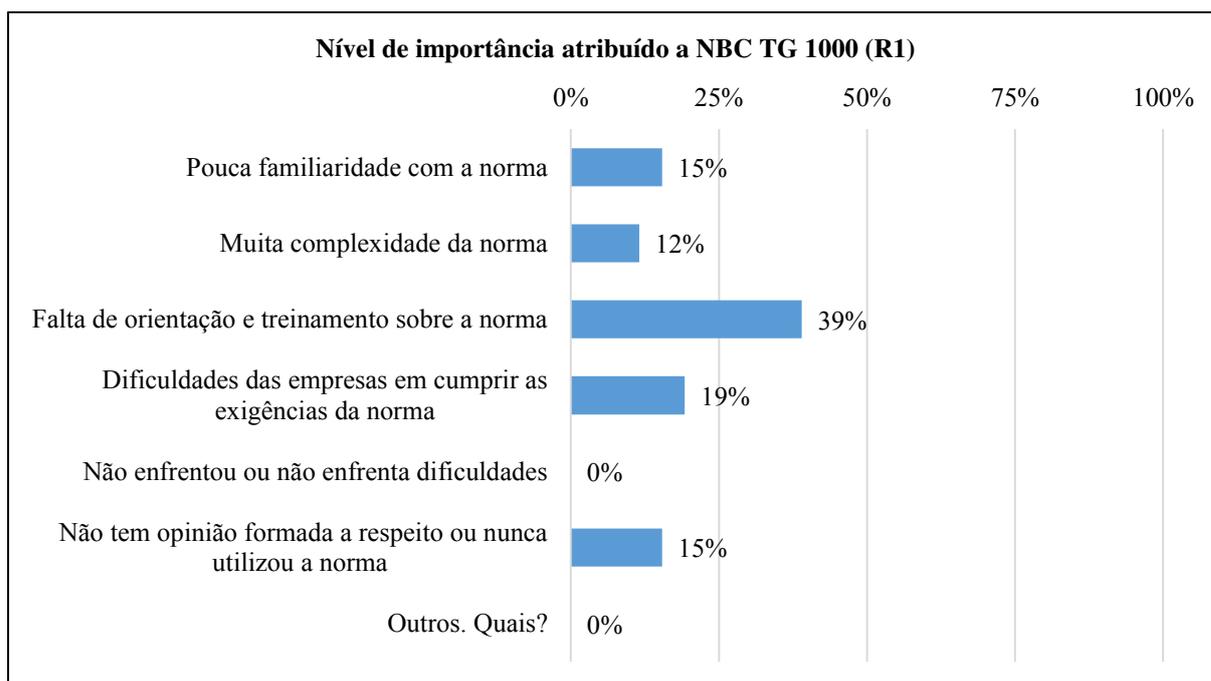
Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

De acordo com o **Gráfico 2**, todos os respondentes afirmaram conhecer parcialmente a NBC TG 1000 (R1). Quanto ao nível de utilização da NBC 1000 (R1), 85% dos respondentes afirmaram utilizá-la, enquanto 15% afirmaram não utilizar a referida norma. Quando questionados sobre o nível de importância da NBC TG 1000 (R1) para a atuação do profissional contábil, 27% dos respondentes afirmaram que a NBC TG 1000 (R1) é muito importante e 73% dos respondentes afirmaram que a norma é importante.

Esta pesquisa também buscou identificar se houve dificuldades na aplicação da NBC TG 1000 (R1) pelos respondentes, assim foi feita a seguinte pergunta:

- 1) Você enfrentou ou enfrenta alguma dificuldade na aplicação da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas? Se sim, qual a mais significativa?
A partir da resposta obtida com essa pergunta foi elaborado o **Gráfico 3**.

Gráfico 3 – Grupo A: Dificuldades na aplicação da NBC TG 1000 (R1)



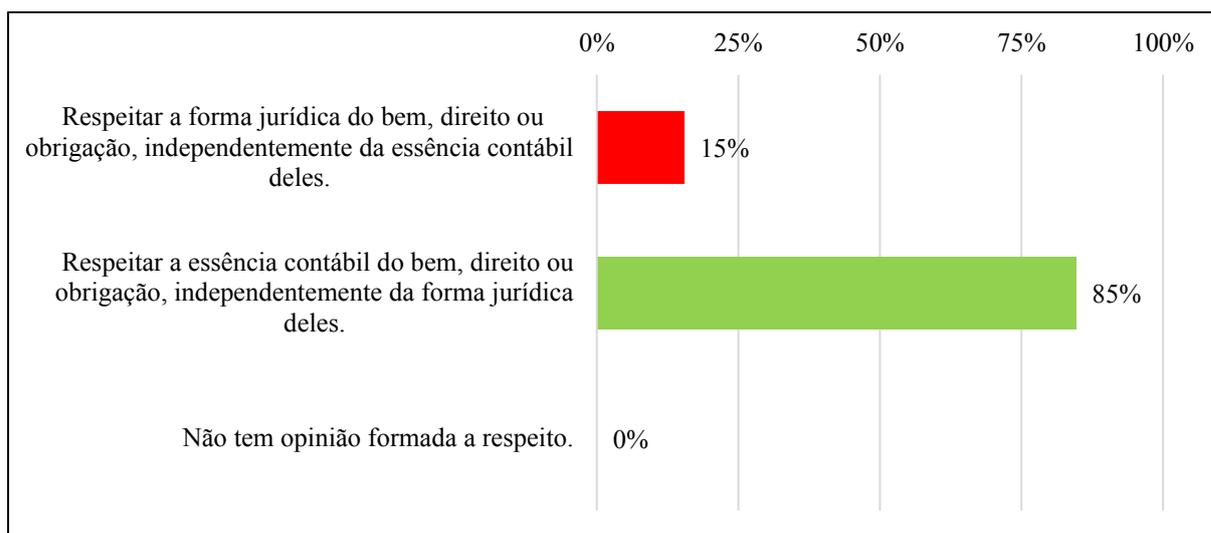
Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Conforme o **Gráfico 3**, infere-se que todos os respondentes que utilizam a NBC TG 1000 (R1) enfrentaram ou enfrentam alguma dificuldade na sua aplicação. A falta de orientação e treinamento sobre a norma foi apontado como dificuldade por 39% dos respondentes; Já dificuldades das empresas para quem prestam serviços ou trabalham em cumprir as exigências da norma foi apontado como empecilho por 19% dos respondentes; Pouca familiaridade com a norma foi apontado como dificuldade por 15% dos respondentes e muita complexidade da norma foi apontado como dificuldade por 12% dos respondentes. Observa-se também a correspondência percentual de 15% dos respondentes que não têm opinião formada sobre a existência de dificuldades ou não utilizar a norma dos Gráficos 2 e 3, reforçando a dado.

Por fim, almejando avaliar o nível de conhecimento dos respondentes do Grupo A acerca de alguns assuntos tratados na NBC TG 1000 (R1), foram-lhes feitas seis perguntas de múltipla escolha, que serão apresentadas a seguir com as respectivas respostas.

A primeira pergunta aborda a característica qualitativa fundamental da informação contábil primazia da essência sobre a forma. Assim, foi questionado como a/o profissional da contabilidade deve proceder na elaboração das demonstrações contábeis: respeitar a forma jurídica ou a essência contábil do bem, direito ou obrigação. Com as respostas obtidas, foi elaborado o **Gráfico 4**.

Gráfico 4 – Grupo A: O que respeitar na escrituração de um elemento patrimonial?



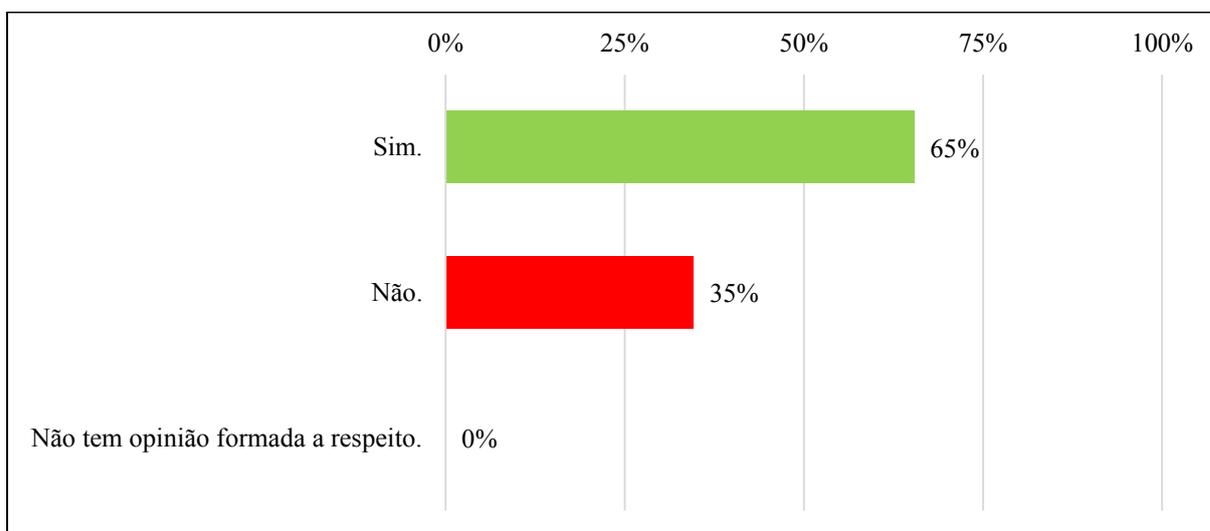
Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

A primazia da essência sobre a forma é uma característica da informação contábil que confere uma representação fidedigna ao fenômeno patrimonial que a/o profissional da contabilidade busca retratar, assim, as “transações e outros eventos e condições devem ser contabilizados e apresentados de acordo com sua essência e não meramente sob sua forma legal” (CFC, 2016a, p. 7). A adoção dessa norma não significa que a/o profissional da contabilidade infringirá as exigências da legislação, pois deve constar-se em notas explicativas esclarecimentos quando a essência contábil dos fenômenos patrimoniais não guardarem correspondência com a forma jurídica desses, e as eventuais divergências entre a norma contábil e a legislação fiscal deverão ser registradas em livros ou registros auxiliares, como exemplo, o Livro de Apuração do Lucro Real, onde registra-se os ajustes de diferença entre o lucro contábil e o lucro tributável (BRASIL, 1976). Dessa forma, observando o **Gráfico 4**, verifica-se que 85% dos respondentes conhecem o conceito da primazia da essência sobre a forma, ao passo que 15% desconhecem tal característica da informação contábil.

A segunda pergunta aborda o reconhecimento de itens no ativo de uma empresa. Assim, foi questionado aos respondentes se uma empresa pode escriturar no seu ativo imobilizado um

bem que ela tenha alugado de outra empresa, quando esse bem gerar benefícios econômicos. Com as respostas obtidas, foi elaborado o **Gráfico 5**.

Gráfico 5 – Grupo A: Pode-se escriturar bens em regime de arrendamento no ativo imobilizado?



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

O Ativo, conforme definição do item 2.15 da NBC TG 1000 (R1), “é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade”, ainda, é normatizado que o direito de propriedade não é essencial para determinação de um ativo (CFC, 2016a, p. 9). Em consonância com a norma contábil, a Lei 6.404/1976, artigo 179, inciso IV, indica que devem ser classificados como ativo imobilizado

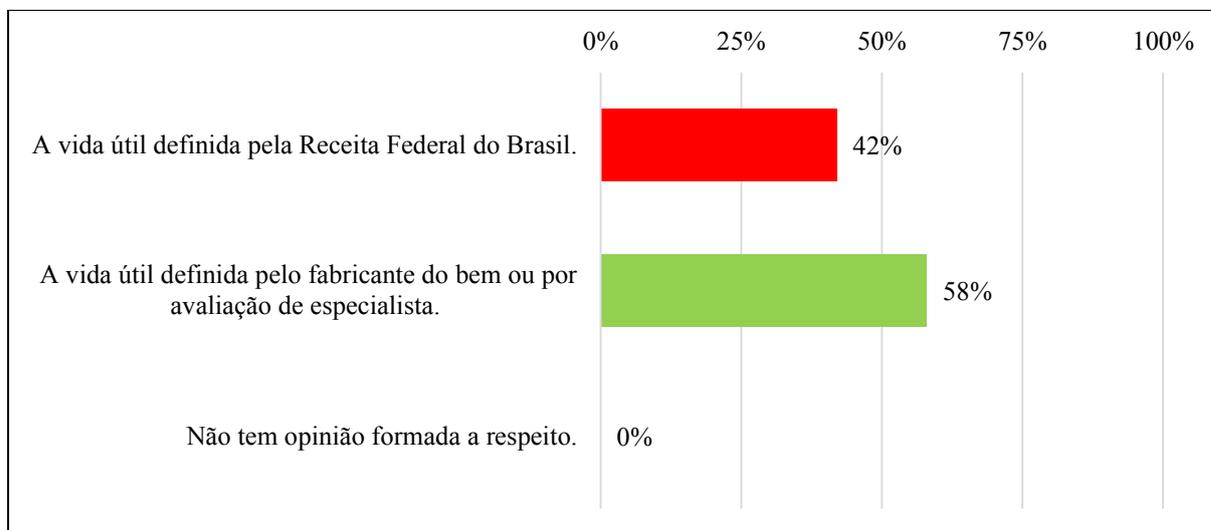
os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. (BRASIL, 1976).

Dessa forma, observando o **Gráfico 5**, verifica-se que 65% dos respondentes conhecem a forma correta de escriturar transações de arrendamento mercantil, ao passo que 35% desconhecem tal forma de contabilização da referida transação.

A terceira pergunta aborda o critério para definição da vida útil de um ativo imobilizado. Assim, foi questionado se para depreciação de um bem do ativo imobilizado a/o profissional da contabilidade deve considerar a vida útil definida pela Receita Federal do Brasil ou a vida útil

definida pelo fabricante do bem ou avaliação de especialista. Com as respostas obtidas, foi elaborado o **Gráfico 6**.

Gráfico 6 – Grupo A: Qual a vida útil para o ativo imobilizado utilizar?



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

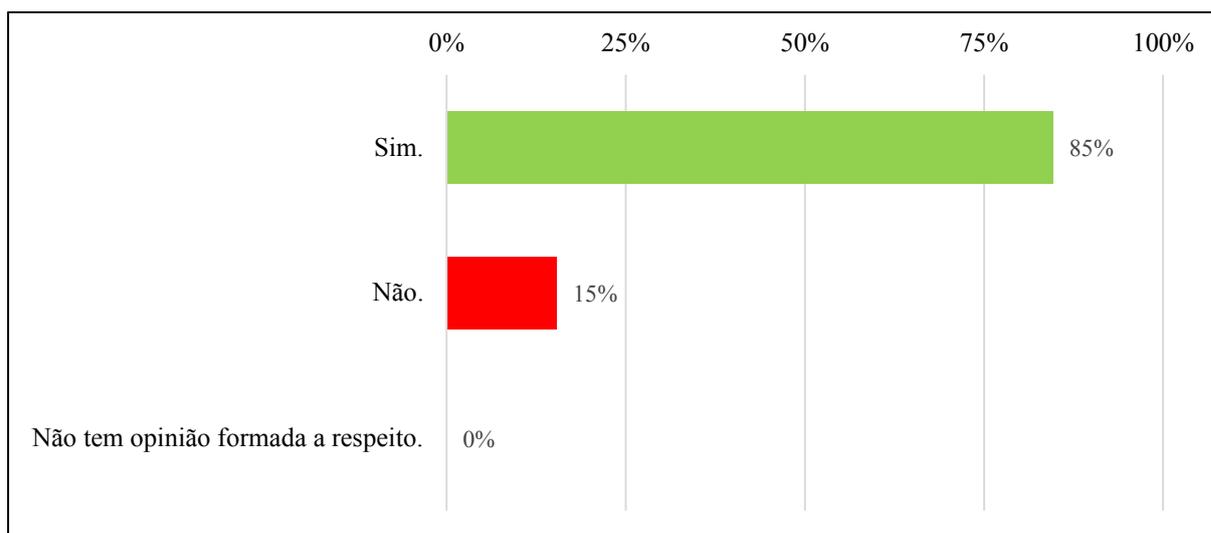
A vida útil de um ativo imobilizado pode ser definida como o período de tempo em que o ativo pode gerar fluxos de caixa para a empresa. Para determinação da vida útil econômica do ativo, a empresa deve considerar fatores como: o uso esperado do ativo, o desgaste e a quebra física esperada, a obsolescência técnica ou comercial e os limites legais ou semelhantes no uso do ativo. Nesse aspecto, a empresa deve regularmente reavaliar a vida útil do ativo, e caso este sofra alguma alteração, proceder os ajustes necessários para refletir a realidade da empresa (CFC, 2016a, p. 76-77). Percebe-se que é inviável usar parâmetros fixos de vida útil definidos pela Receita Federal do Brasil para determinar a vida útil de ativos imobilizados de uma enormidade de empresas com diferentes atividades econômicas, finalidades de uso dos ativos, capacidade de produção, etc. Nesse sentido, Martins *et al.* (2013, p. 302) orienta que

para fins contábeis, [...] não se deve simplesmente aceitar e adotar as taxas de depreciação fixadas como máximas pela legislação fiscal, ou seja, deve-se fazer uma análise criteriosa dos bens da empresa que formam seu Imobilizado e estimar sua vida útil econômica e seu valor residual, considerando suas características técnicas, condições gerais de uso e outros fatores que podem influenciar em sua vida útil.

Dessa forma, observando o **Gráfico 6**, verifica-se que 58% dos respondentes apontam corretamente que a empresa tem autonomia na escolha da melhor forma de definir a vida útil para depreciar seu ativo imobilizado, enquanto 42% dos respondentes atribuem à legislação fiscal tal prerrogativa.

A quarta pergunta aborda as demonstrações contábeis obrigatórias da NBC TG 1000 (R1). Assim, foi questionado se as PMEs que não têm obrigação pública de prestação de contas devem obrigatoriamente elaborar: Balanço Patrimonial, DRE, DFC; DMPL e DRA ou DLPA; e Notas Explicativas. Com as respostas obtidas, foi elaborado o **Gráfico 7**.

Gráfico 7 – Grupo A: Balanço Patrimonial, DRE, DFC; DMPL e DRA ou DLPA; e Notas Explicativas são demonstrações contábeis obrigatórias na NBC TG 1000 (R1)?



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Conforme a NBC TG 1000 (R1), item 3.17, o conjunto completo de demonstrações contábeis das PMEs que não tem obrigação pública de prestação de contas são:

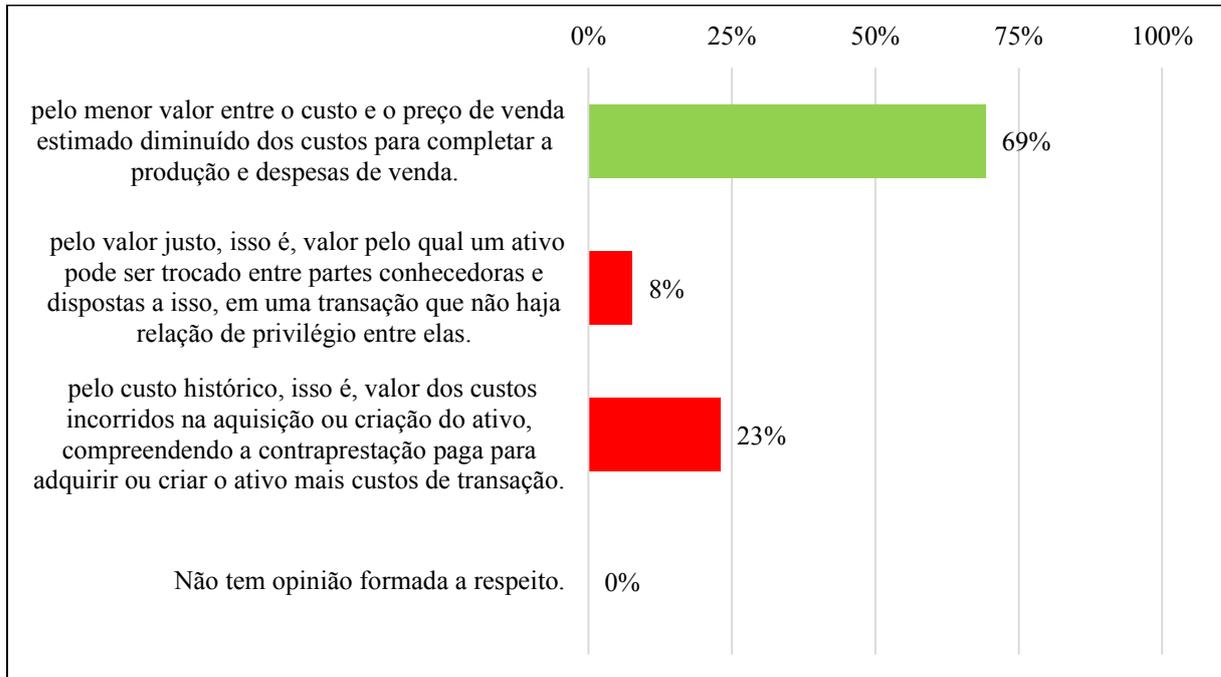
- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b) demonstração do resultado do período de divulgação;
- (c) demonstração do resultado abrangente do período de divulgação. A demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido. A demonstração do resultado abrangente, quando apresentada separadamente, começa com o resultado do período e se completa com os itens dos outros resultados abrangentes;
- (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação;
- (e) demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação;
- (f) notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias. (CFC, 2016a, p. 17).

Logo, observa-se no **Gráfico 7**, que 85% dos respondentes conhecem quais demonstrações contábeis devem elaborar quando se tratar de PMEs que não têm obrigação pública de prestação de contas, ao passo que 15% dos respondentes desconhecem qual é o conjunto completo de demonstrações contábeis das PMEs abrangidas pela NBC TG 1000 (R1).

A quinta pergunta aborda a mensuração de estoques para venda. Assim, foi questionado como a/o profissional da contabilidade deve mensurar os estoques para venda de uma empresa

comercial: menor valor entre o custo e o preço de venda estimado diminuído dos custos para completar a produção e despesas de venda, valor justo ou custo histórico. Com as respostas obtidas, foi elaborado o **Gráfico 8**.

Gráfico 8 – Grupo A: Como mensurar estoques para venda?

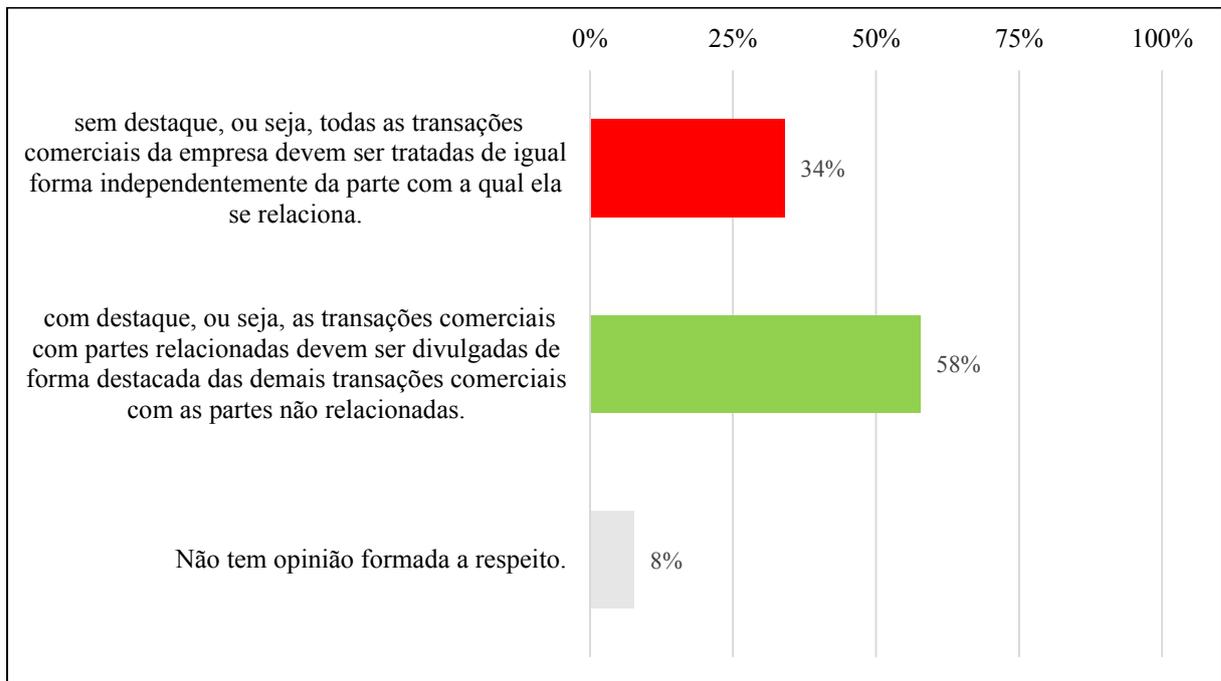


Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

A mensuração de estoques para venda de uma empresa comercial, conforme a NBC TG 1000 (R1), item 13.4, se dá pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado diminuído dos custos para completar a produção e despesas de venda, denominado valor realizável líquido (CFC, 2016a, p. 61). Assim, conforme o **Gráfico 8**, 69% dos respondentes conhecem a forma de mensuração de estoques para venda de empresas comerciais, enquanto 31% dos respondentes desconhecem tal forma.

A sexta pergunta aborda a divulgação sobre partes relacionadas. Assim, foi questionado como uma empresa que não tem obrigação de prestação pública de contas deve tratar as transações comerciais que ela realiza com partes relacionadas: com destaque nas demonstrações contábeis ou sem destaque, tratando-a como qualquer outra transação. Com as respostas obtidas, foi elaborado o **Gráfico 9**.

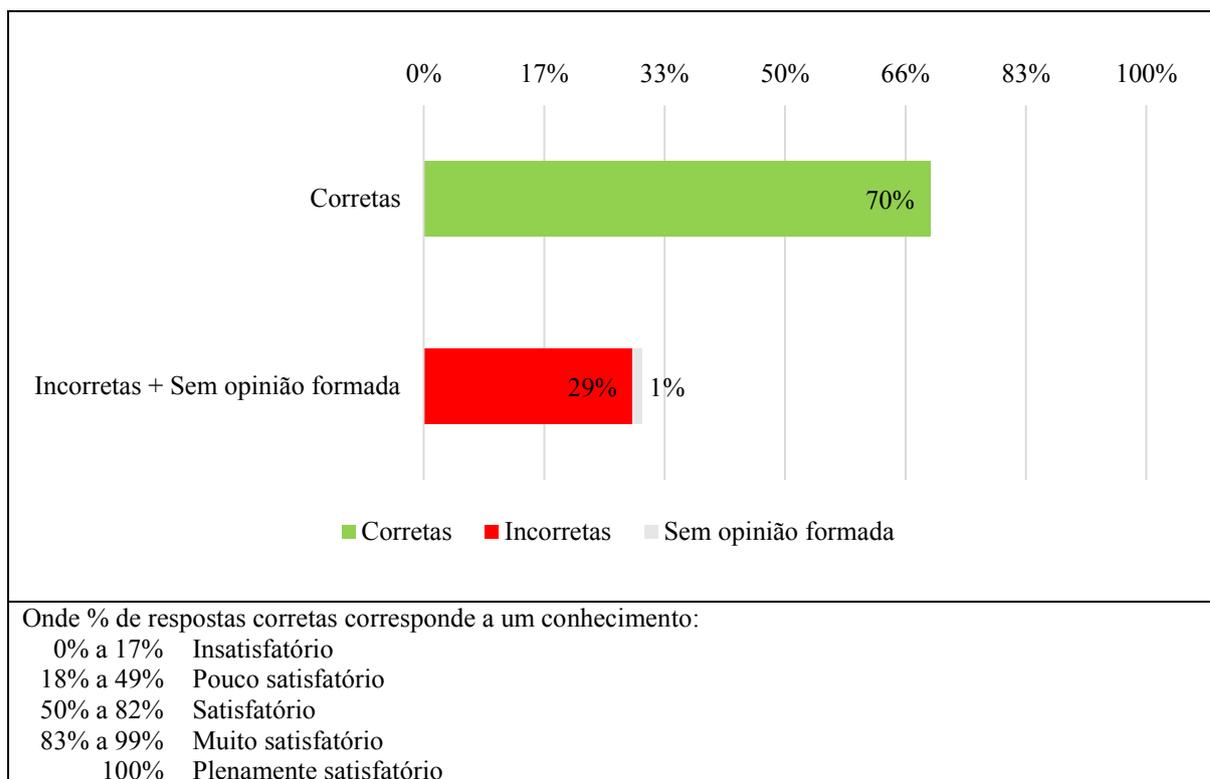
Gráfico 9 – Grupo A: Como divulgar transações com partes relacionadas: com ou sem destaque?



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Concernente à divulgação sobre partes relacionadas, onde parte relacionada é a pessoa ou empresa que tenha algum tipo de influência sobre a empresa que fornece o bem ou serviço e com essa realize transações comerciais, a empresas fornecedora “deve divulgar a natureza do relacionamento com as partes relacionadas, assim como as informações sobre as transações, saldos existentes e compromissos que sejam necessários para a compreensão do efeito potencial desse relacionamento nas demonstrações contábeis” (CFC, 2016a, p. 165). Dessa maneira, de acordo com o **Gráfico 9**, 58% dos respondentes conhecem a forma correta de divulgação sobre partes relacionadas, enquanto 34% dos respondentes desconhecem a forma de escrituração desse tipo de transação. Nesse quesito, 8% dos respondentes não têm opinião formada sobre o assunto.

Após a análise individual das respostas às perguntas de controle sobre conhecimentos gerais da NBC TG 1000 (R1), fez-se a comparação percentual entre o número de respostas apontadas como corretas, incorretas e sem opinião formada, cujo resultado é apresentado no **Gráfico 10**.

Gráfico 10 – Grupo A: Comparação das respostas corretas, incorretas e sem opinião formada

Fonte: Elaboração Própria (2021).

No **Gráfico 10**, foi construída uma escala, baseada na escala Likert⁶, onde dividiu-se uma reta de 0% a 100% em 6 partes de aproximadamente 17% cada. Para determinar o índice de conhecimento sobre as seis perguntas a respeito de assuntos da NBC TG 1000 (R1) utilizou-se o percentual de respostas certas indicadas pelos respondentes. Assim, para um percentual de acerto entre 0% e 17%, atribuir-se-ia um índice insatisfatório de conhecimento; entre 18% e 49%, sendo 2/6 da reta, índice pouco satisfatório; entre 50% e 82%, sendo 2/6 da reta, índice satisfatório; entre 83% e 99%, índice muito satisfatório; 100%, índice plenamente satisfatório.

Após o cálculo percentual de todas as respostas dadas às perguntas de controle pelo Grupo A, o **Gráfico 10** demonstra que ocorreu 70% de respostas corretas, 29% de respostas incorretas e 1% sem opinião formada, de tal forma que conforme a escala construída, atribuiu-se um índice satisfatório de conhecimento acerca das perguntas de controle propostas no questionário. Tal resultado vai ao encontro do nível de conhecimento indicado como parcial por todos os respondentes no **Gráfico 2**.

⁶ A escala de Likert apresenta uma série de cinco proposições, das quais o respondente deve selecionar uma, podendo estas ser: concorda totalmente, concorda, sem opinião, discorda, discorda totalmente.

4.2.2. Apresentação e análise dos dados do Grupo B

Neste tópico tratar-se-á da apresentação e análise dos dados do Grupo B, composto por 11 respondentes que não trabalham com Contabilidade do setor privado. Tal apresentação e análise dos dados em separado se fez importante tendo em vista que a pesquisa se refere a NBC TG 1000 (R1) e tal norma é utilizada por pequenas e médias empresas do setor privado. Logo, não se espera que profissionais da contabilidade que atuem em outras áreas, tais como Contabilidade Pública, Contabilidade do Terceiro Setor, etc., ou não trabalham na área contábil, tenham elevado conhecimento a respeito de aspectos específicos da NBC TG 1000 (R1). Contudo, espera-se que tenham algum conhecimento sobre aspectos comuns da ciência contábil que são tratados na norma.

Então, na execução desta pesquisa, perguntou-se inicialmente aos integrantes do Grupo B, formado por pessoas que não trabalham com Contabilidade do setor privado, as suas características pessoais, visando identificá-los e conhecê-los quanto a: ano de formação no Curso de Ciências Contábeis da UESB, sexo, idade e se possuem registro ativo em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). As respostas coletadas foram tabuladas e apresentadas na **Tabela 3**.

Tabela 3 – Grupo B: Identificação pessoal dos integrantes

Variável	Nº respondentes	% respondentes	
Número de respondentes	11	100%	
Ano de formação	Até 2009	0	0%
	2010 a 2013	1	9%
	2014 a 2017	4	36%
	2018 a 2020	6	55%
Sexo	Feminino	7	64%
	Masculino	4	36%
	Prefere não dizer	0	0%
Idade	25 anos ou menos	0	0%
	26 a 35 anos	10	91%
	36 a 45 anos	1	9%
	46 anos ou mais	0	0%
	Prefiro não dizer	0	0%
Possui registro no CRC	Sim	5	45%
	Não	6	55%

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Conforme a **Tabela 3**, é possível observar que o Grupo B é composto por 11 respondentes, sendo que 9% dos respondentes concluíram o Curso de Ciências Contábeis da UESB entre os anos 2010 e 2013, 36% concluíram o curso entre os anos 2014 e 2017 e 55% concluíram o curso entre os anos 2018 e 2020. Observa-se também que o Grupo B é composto por 64% de respondentes do sexo feminino e 36% de respondentes do sexo masculino. Os respondentes com faixa etária entre 26 e 35 anos representam 91% do Grupo B e os respondentes com faixa etária entre 36 e 45 anos representam 9%. Ainda, a pesquisa indica que 45% dos respondentes que não trabalham com Contabilidade do setor privado possuem registro ativo no CRC e 55% não possuem registro no CRC.

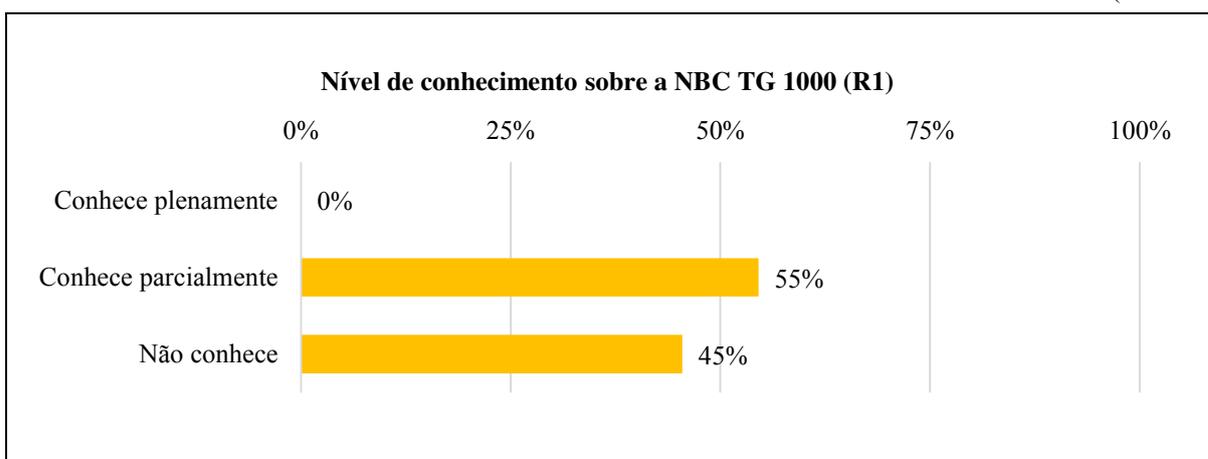
A segunda parte do questionário aplicado ao Grupo B buscou responder ao objetivo geral e aos objetivos específicos desta pesquisa, assim, procedeu-se nas seguintes perguntas:

- 1) Você conhece a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas?
- 2) Você utiliza a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas de alguma forma na sua profissão?
- 3) Você atribui que grau de importância a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas na atuação do profissional da contabilidade?

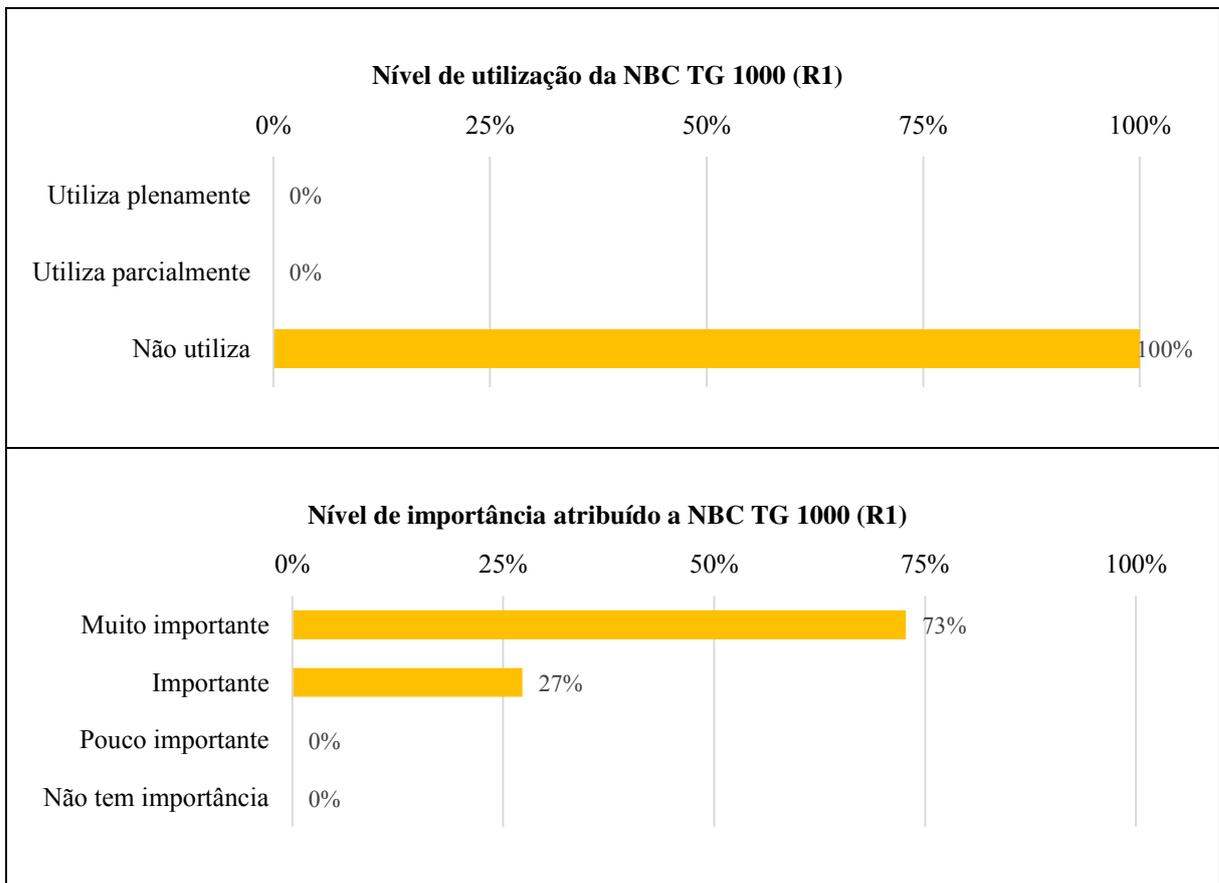
A partir das respostas obtidas com as três perguntas acima foi elaborado o **Gráfico 11**.

Gráfico 11 – Grupo B: Conhecimento, utilização e importância da NBC TG 1000 (R1)

(continua)



(conclusão)



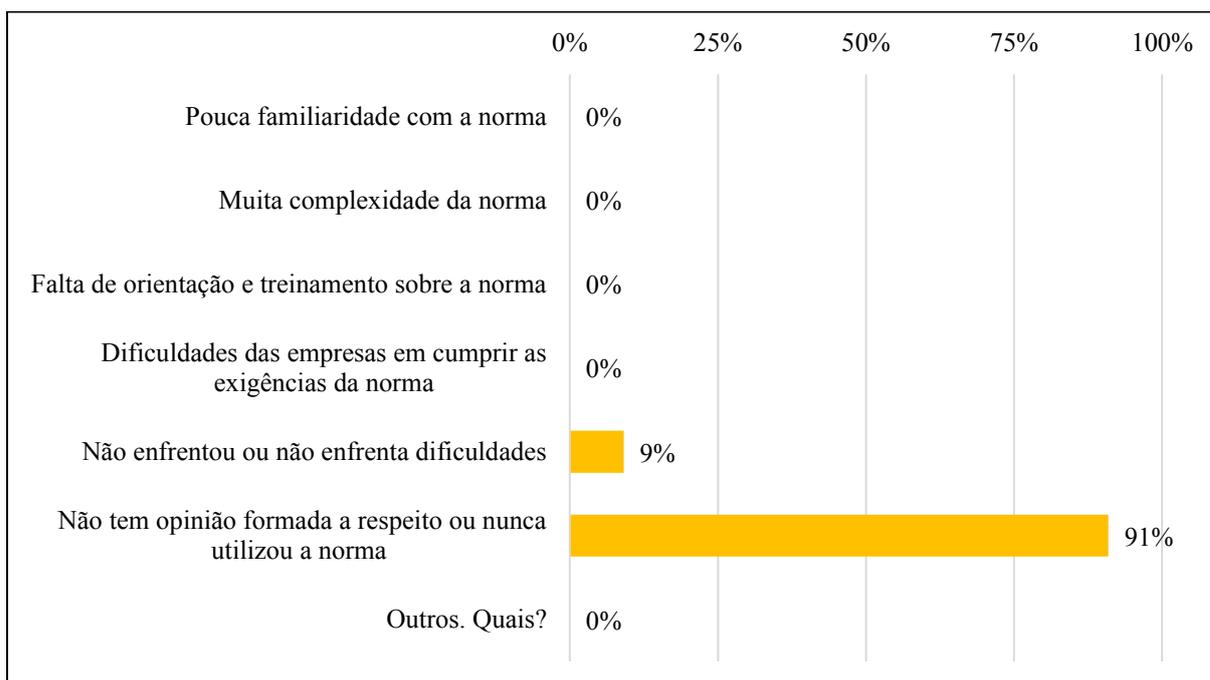
Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

De acordo com o **Gráfico 11**, 55% dos respondentes afirmaram conhecer parcialmente a NBC TG 1000 (R1), enquanto 45% dos respondentes afirmaram não conhecer a referida norma. Quanto ao nível de utilização da NBC 1000 (R1), todos os respondentes afirmaram não a utilizar. Referindo-se ao nível de importância da NBC TG 1000 (R1), 73% dos respondentes indicam que a norma é muito importante para a atuação do profissional da contabilidade e 27% dos respondentes indicam que a norma é importante. Tais resultados são esperados, dado que os respondentes não atuam na área de Contabilidade do Setor Privado.

Esta pesquisa também buscou identificar se houve dificuldades na aplicação da NBC TG 1000 (R1) pelos respondentes que a utilizam de alguma forma, assim foi feita a seguinte pergunta:

1) Você enfrentou ou enfrenta alguma dificuldade na aplicação da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas? Se sim, qual a mais significativa?

A partir da resposta obtida com essa pergunta foi elaborado o **Gráfico 12**.

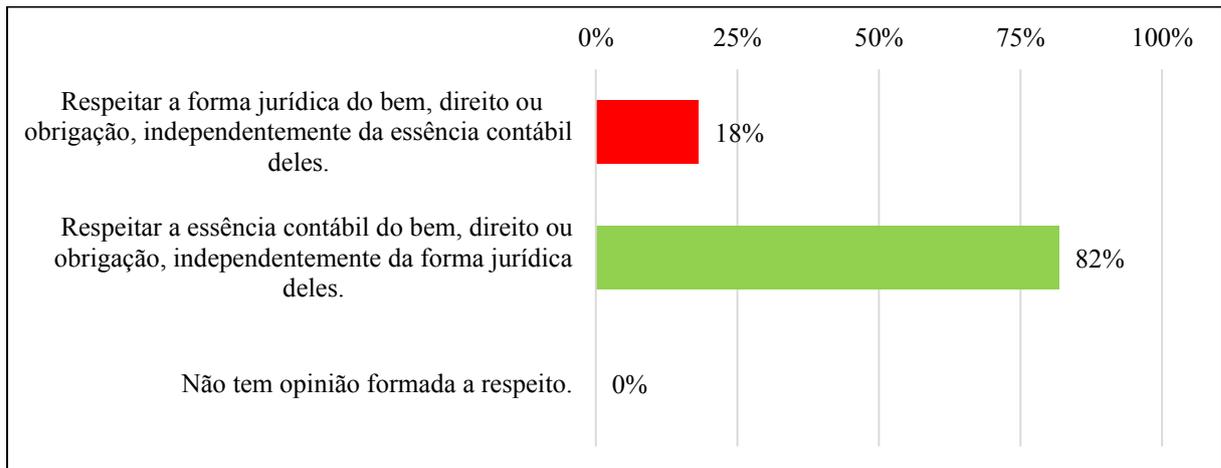
Gráfico 12 – Grupo B: Dificuldades na aplicação da NBC TG 1000 (R1)

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Conforme o **Gráfico 12**, 91% dos respondentes indicaram que não têm opinião formada a respeito de dificuldades na aplicação da NBC TG 1000 (R1) ou nunca utilizaram a norma e 9% dos respondentes indicaram não enfrentar ou ter enfrentado dificuldades. Isso provavelmente se dá pelo fato de o Grupo B não trabalhar com Contabilidade do setor privado.

Por fim, almejando avaliar o nível de conhecimento dos respondentes acerca de alguns assuntos tratados na NBC TG 1000 (R1), foram-lhes feitas seis perguntas de múltipla escolha, que serão apresentadas a seguir juntamente com as respectivas respostas.

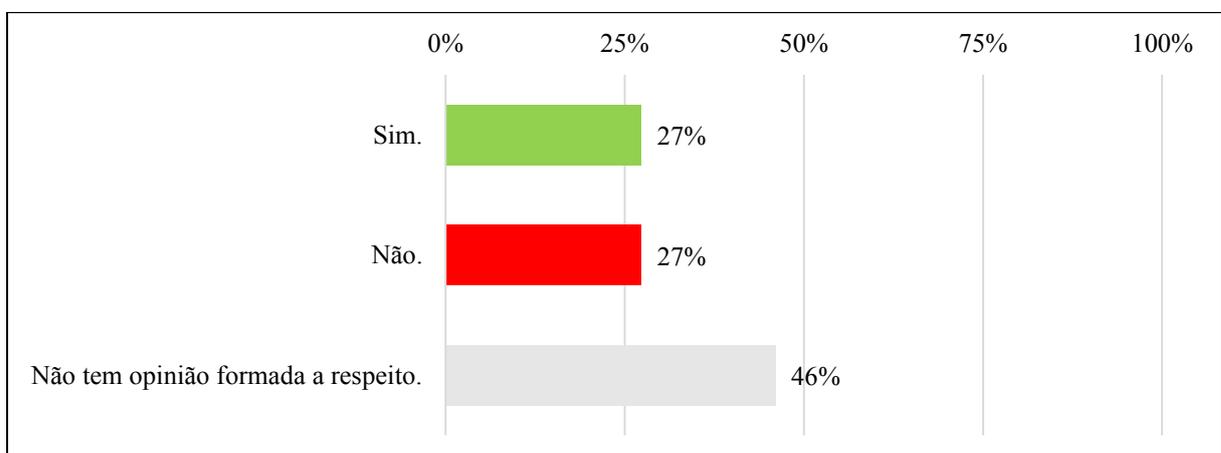
A primeira pergunta aborda a característica qualitativa fundamental da informação contábil primazia da essência sobre a forma. Assim, foi questionado como a/o profissional da contabilidade deve proceder na elaboração das demonstrações contábeis: respeitar a forma jurídica ou a essência contábil do bem, direito ou obrigação. Com as respostas obtidas, foi elaborado o **Gráfico 13**.

Gráfico 13 – Grupo B: O que respeitar na escrituração de um elemento patrimonial?

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

A primazia da essência sobre a forma⁷ é uma característica da informação contábil que confere uma representação fidedigna ao fenômeno patrimonial que a/o profissional busca retratar, assim, tal característica deve sempre ser observada. Dessa forma, observando o **Gráfico 13**, verifica-se que 82% dos respondentes conhecem o conceito da primazia da essência sobre a forma, ao passo que 18% não tem opinião formada sobre esse quesito.

A segunda pergunta aborda o reconhecimento de itens no ativo de uma empresa. Assim, foi questionado se uma empresa pode escriturar no seu ativo imobilizado um bem que ela tenha alugado de outra empresa, quando esse bem gerar benefícios econômicos. Com as respostas obtidas, foi elaborado o **Gráfico 14**.

Gráfico 14 – Grupo B: Pode-se escriturar bens em regime de arrendamento no ativo imobilizado?

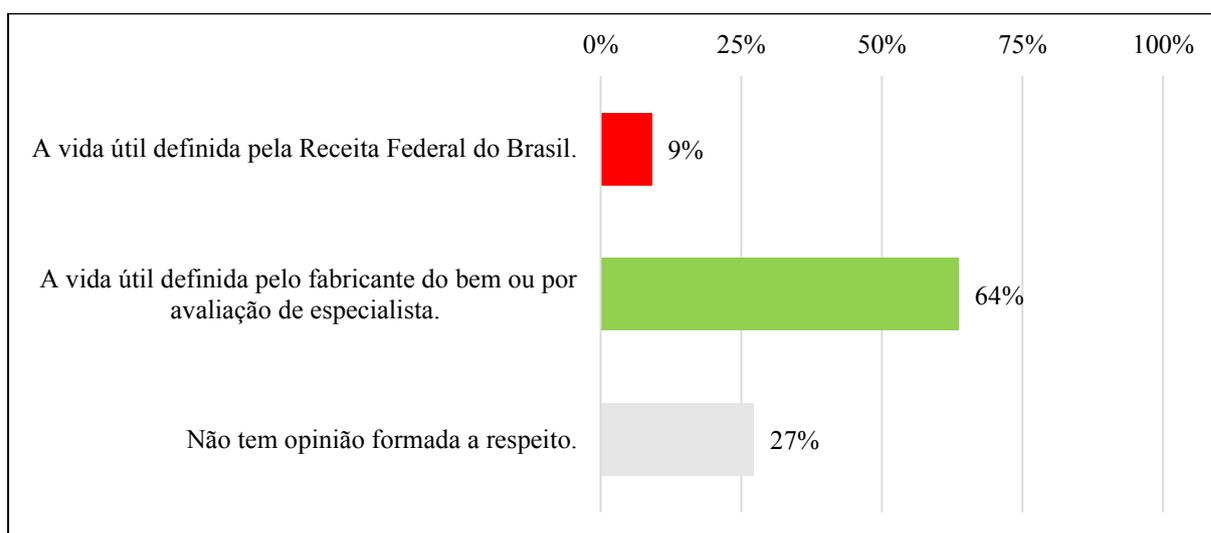
Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

⁷ Conforme exposto mais detalhadamente na página 57 desta pesquisa.

O Ativo⁸ “é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade”, ainda, é normatizado que o direito de propriedade não é essencial para determinação de um ativo, assim, bens arrendados devem ser escriturados no ativo imobilizado (CFC, 2016a, p. 9). Dessa forma, observando o **Gráfico 14**, verifica-se que 27% dos respondentes conhecem a forma correta de escriturar transações de arrendamento mercantil, ao passo que 27% desconhecem tal forma de contabilização da referida transação. Nesse quesito, 45% dos respondentes indicaram não ter opinião formada sobre o assunto.

A terceira pergunta aborda o critério para definição da vida útil de um ativo imobilizado. Assim, foi questionado se para depreciação de um bem do ativo imobilizado a/o profissional da contabilidade deve considerar a vida útil definida pela Receita Federal do Brasil ou a vida útil definida pelo fabricante do bem ou avaliação de especialista. Com as respostas obtidas, foi elaborado o **Gráfico 15**.

Gráfico 15 – Grupo B: Qual a vida útil para o ativo imobilizado utilizar?



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Para definir a vida útil de bens do ativo imobilizado⁹ deve-se, a partir de uma análise criteriosa, estimar a vida útil econômica e o valor residual do bem, levando em conta as características técnicas, condições gerais de uso e outros fatores que podem influenciar em sua vida útil, portanto, não se deve simplesmente aceitar e adotar as taxas de depreciação fixadas como máximas pela legislação fiscal (MARTINS *et al.*, 2013, p. 302). Assim, observando o

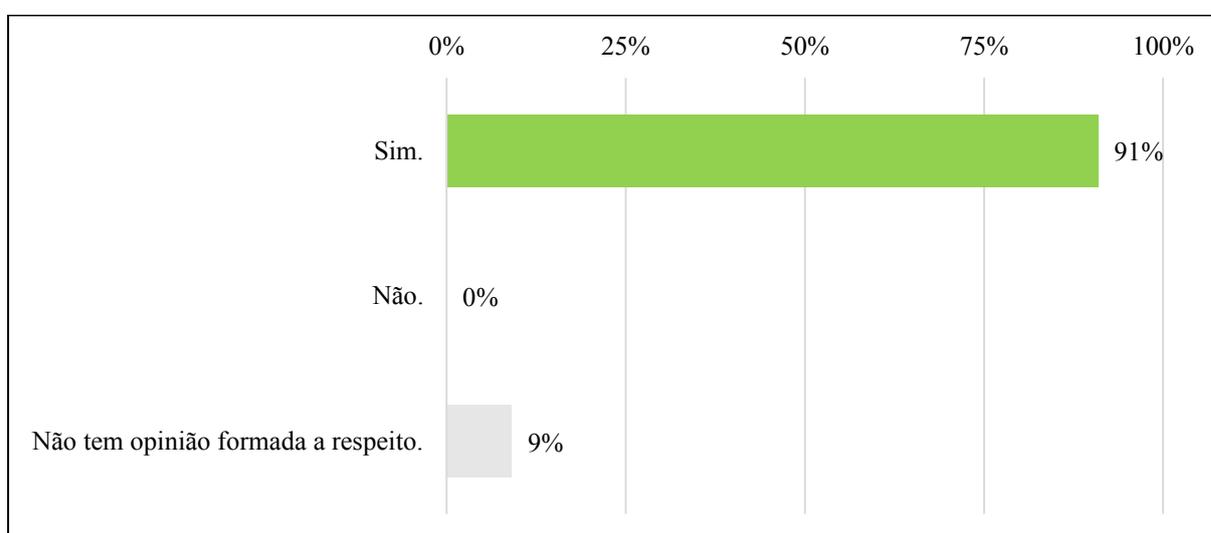
⁸ Conforme exposto mais detalhadamente na página 58 desta pesquisa.

⁹ Conforme exposto mais detalhadamente na página 59 desta pesquisa.

Gráfico 15, verifica-se que 64% dos respondentes apontam corretamente que a empresa autonomia na escolha da melhor forma de definir a vida útil para depreciar seu ativo imobilizado, enquanto 9% dos respondentes atribuem incorretamente tal prerrogativa à Receita Federal do Brasil e 27% dos respondentes não têm opinião formada a respeito do assunto.

A quarta pergunta aborda as demonstrações contábeis obrigatórias da NBC TG 1000 (R1). Assim, foi questionado se as PMEs que não têm obrigação pública de prestação de contas devem obrigatoriamente elaborar: Balanço Patrimonial, DRE, DFC; DMPL e DRA ou DLPA; e Notas Explicativas. Com as respostas obtidas, foi elaborado o **Gráfico 16**.

Gráfico 16 – Grupo B: Balanço Patrimonial, DRE, DFC; DMPL e DRA ou DLPA; e Notas Explicativas são demonstrações contábeis obrigatórias na NBC TG 1000 (R1)?



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

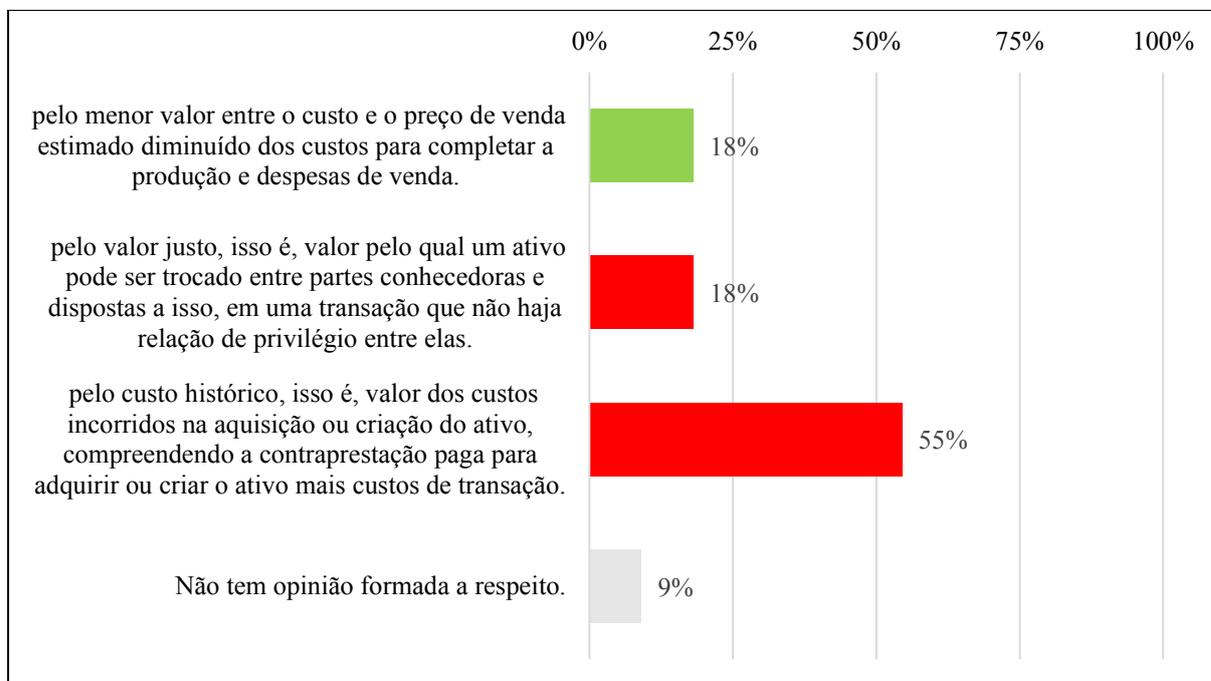
O conjunto completo de demonstrações contábeis¹⁰ que às PMEs que não têm obrigação pública de prestação de contas deve incluir são: Balanço Patrimonial, DRE, DFC; DMPL e DRA ou DLPA; e Notas Explicativas. Logo, verifica-se no **Gráfico 16** que 91% dos respondentes indicaram corretamente o conjunto completo de demonstrações contábeis das PMEs abrangidas pela NBC TG 1000 (R1), ao passo que 9% dos respondentes não têm opinião formada a respeito do assunto.

A quinta pergunta aborda a mensuração de estoques para venda. Assim, foi questionado como a/o profissional da contabilidade deve mensurar os estoques para venda de uma empresa comercial: menor valor entre o custo e o preço de venda estimado diminuído dos custos para

¹⁰ Conforme exposto mais detalhadamente na página 60 desta pesquisa.

completar a produção e despesas de venda, valor justo ou custo histórico. Com as respostas obtidas, foi elaborado o **Gráfico 17**.

Gráfico 17 – Grupo B: Como mensurar estoques para venda?



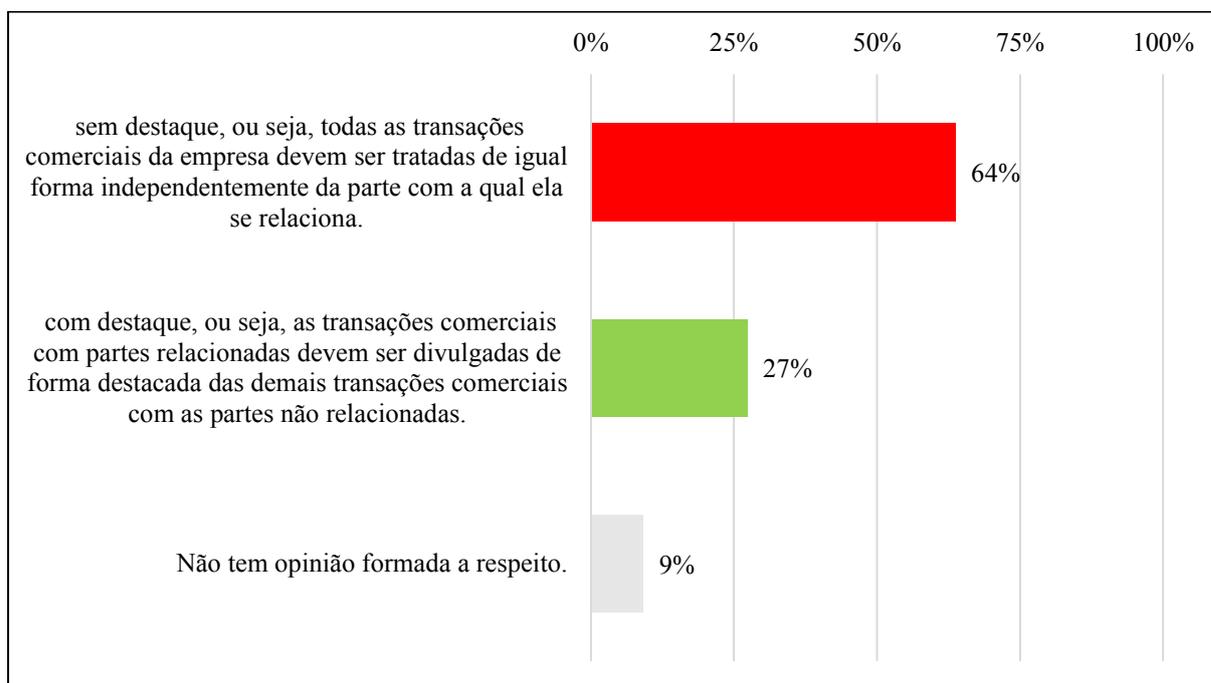
Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

A mensuração de estoques para venda¹¹ de uma empresa comercial, se dá pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado diminuído dos custos para completar a produção e despesas de venda, denominado valor realizável líquido (CFC, 2016a, p. 61). Assim, conforme **Gráfico 17**, 18% dos respondentes indicaram corretamente a forma de mensuração de estoques para venda de empresas comerciais, enquanto 73% dos respondentes indicaram uma forma incorreta e 9% dos respondentes não têm opinião formada a respeito do assunto.

A sexta pergunta aborda a divulgação sobre partes relacionadas. Assim, foi questionado como uma empresa que não tem obrigação de prestação pública de contas deve tratar as transações comerciais que ela realiza com partes relacionadas: com destaque nas demonstrações contábeis ou sem destaque, tratando-a como qualquer outra transação. Com as respostas obtidas, foi elaborado o **Gráfico 18**.

¹¹ Conforme exposto mais detalhadamente na página 61 desta pesquisa.

Gráfico 18 – Grupo B: Como divulgar transações com partes relacionadas: com ou sem destaque?

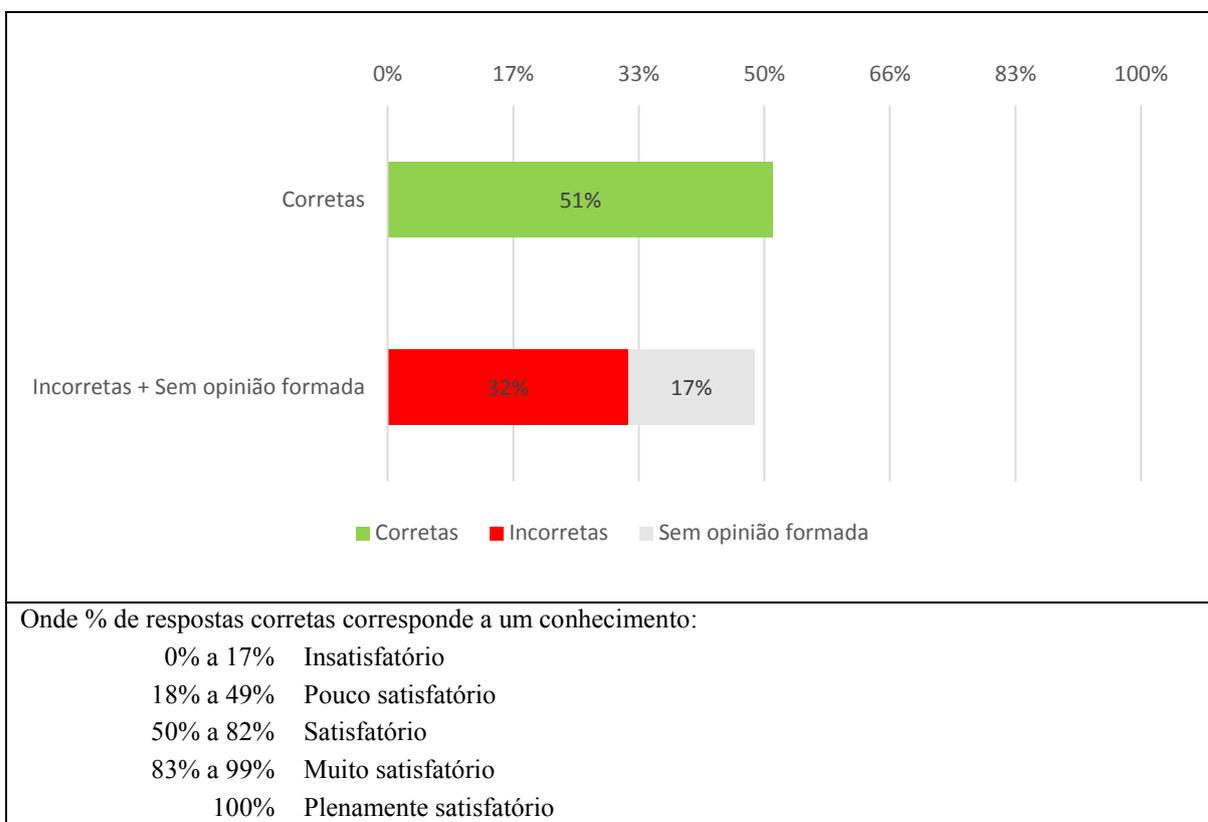


Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Quanto à divulgação sobre partes relacionadas¹², as empresas devem “divulgar a natureza do relacionamento com as partes relacionadas, assim como as informações sobre as transações, saldos existentes e compromissos que sejam necessários para a compreensão do efeito potencial desse relacionamento nas demonstrações contábeis” (CFC, 2016a, p. 165). Dessa maneira, conforme **Gráfico 18**, 27% dos respondentes apontaram corretamente a forma de divulgação sobre partes relacionadas, 64% dos respondentes apontaram incorretamente a forma de divulgação sobre partes e 9% dos respondentes não têm opinião formada sobre o assunto.

Após a análise individual das respostas às perguntas de controle sobre conhecimentos gerais da NBC TG 1000 (R1), fez-se a comparação percentual entre o número de respostas apontadas como corretas, incorretas e sem opinião formada, cujo resultado é apresentado no **Gráfico 19**.

¹² Conforme exposto mais detalhadamente na página 62 desta pesquisa.

Gráfico 19 – Grupo B: Comparação das respostas corretas, incorretas e sem opinião formada

Fonte: Elaboração própria (2021).

Seguindo a mesma metodologia de cálculo já utilizada anteriormente, no **Gráfico 19** foi construída uma escala, baseada na escala Likert, onde dividiu-se uma reta de 0% a 100% em 6 partes de aproximadamente 17% cada. Para determinar o índice de conhecimento sobre as seis perguntas a respeito de assuntos da NBC TG 1000 (R1) utilizou-se o percentual de respostas certas indicadas pelos respondentes. Assim, para um percentual de acerto entre 0% e 17%, atribuir-se-ia um índice insatisfatório de conhecimento; entre 18% e 49%, sendo 2/6 da reta, índice pouco satisfatório; entre 50% e 82%, sendo 2/6 da reta, índice satisfatório; entre 83% e 99%, índice muito satisfatório; 100%, índice plenamente satisfatório.

Após o cálculo percentual de todas as respostas dadas às perguntas de controle pelo Grupo B, o **Gráfico 19** demonstra que ocorreu 51% de respostas corretas; 32% de respostas incorretas e 17% sem opinião formada, de tal forma que conforme a escala construída, atribuiu-se um índice satisfatório de conhecimento acerca das perguntas de controle propostas no questionário. Tal resultado condiz com o nível de conhecimento apontado pelos respondentes, de maneira que se confirma o conhecimento parcial da norma.

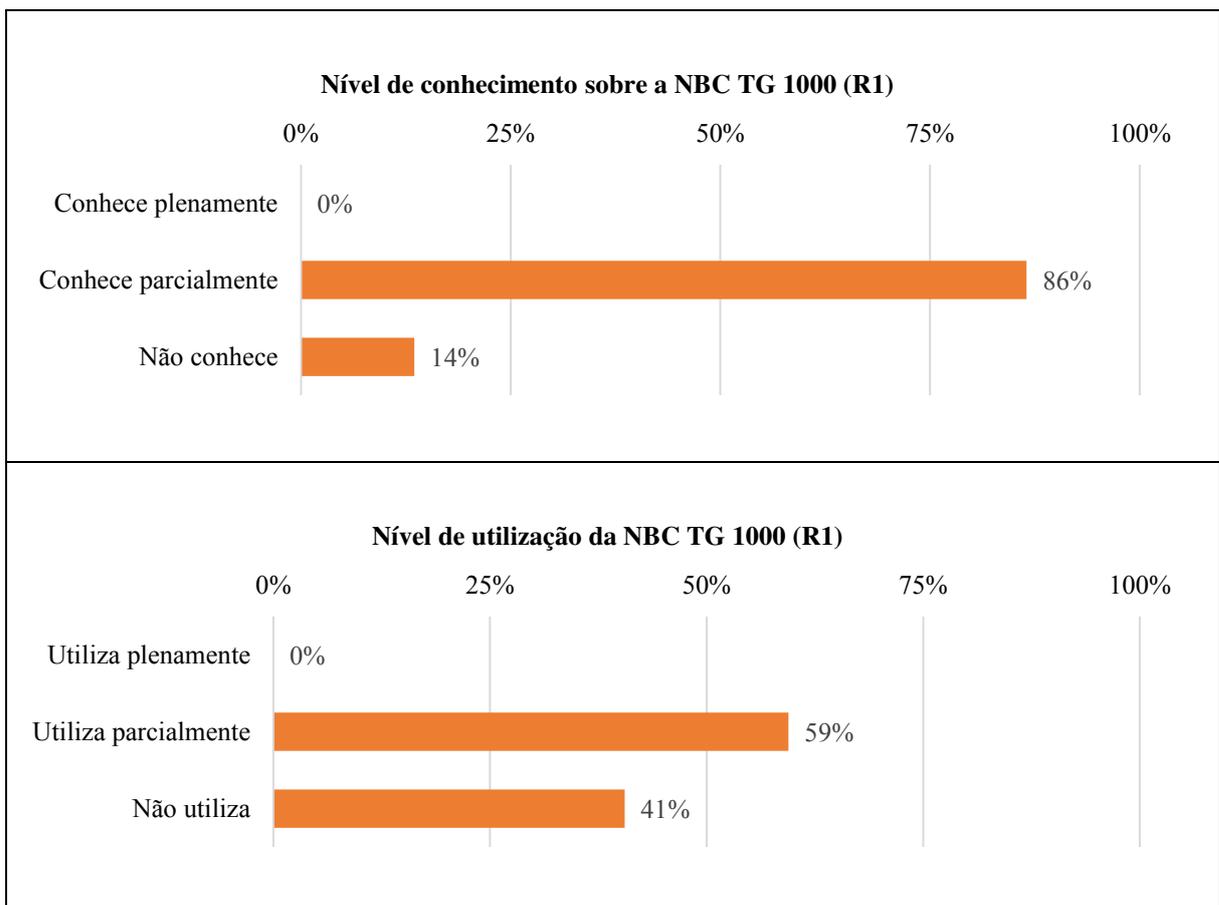
4.2.3. Apresentação e análise dos dados conjunta: Grupo A e Grupo B

Nos tópicos anteriores foram apresentados e analisados os dados dos Grupos A e B separadamente, visando ter uma clara identificação das informações prestadas pelos distintos grupos. Contudo, essa pesquisa busca ter uma visão geral do nível de conhecimento de egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB dos anos 2010 a 2020, independentemente de qual seja o setor empresarial em que laboram. Assim, o objetivo deste tópico é apresentar e analisar de forma conjunta os dados de todos os respondentes da pesquisa.

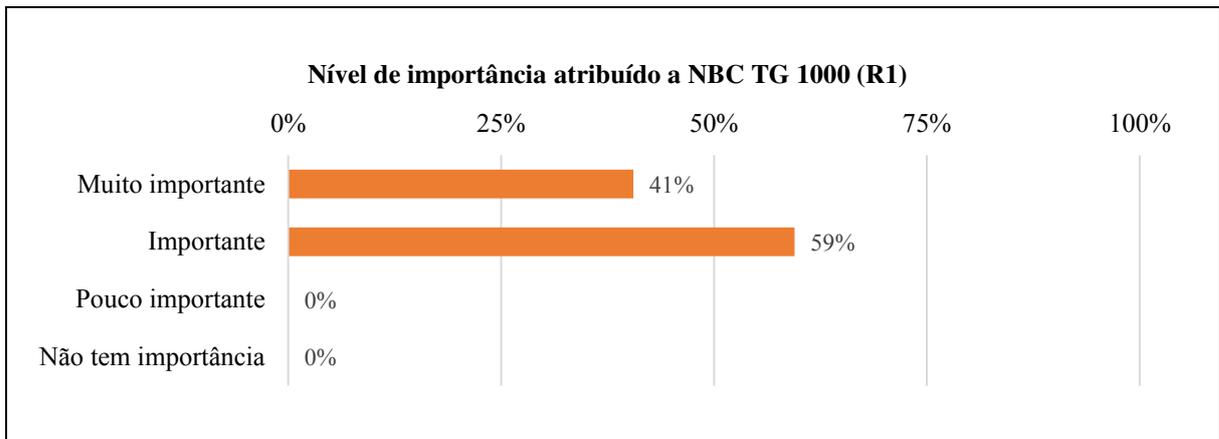
Seguindo a mesma lógica sequencial de apresentação e análise dos dados dos tópicos anteriores, inicialmente conheceremos o nível de conhecimento e de utilização da NBC TG 1000 (R1) e a importância atribuída a ela pelos respondentes do questionário aplicado, conforme **Gráfico 20**.

Gráfico 20 – Grupos A e B: Conhecimento, utilização e importância da NBC TG 1000 (R1)

(continua)



(conclusão)

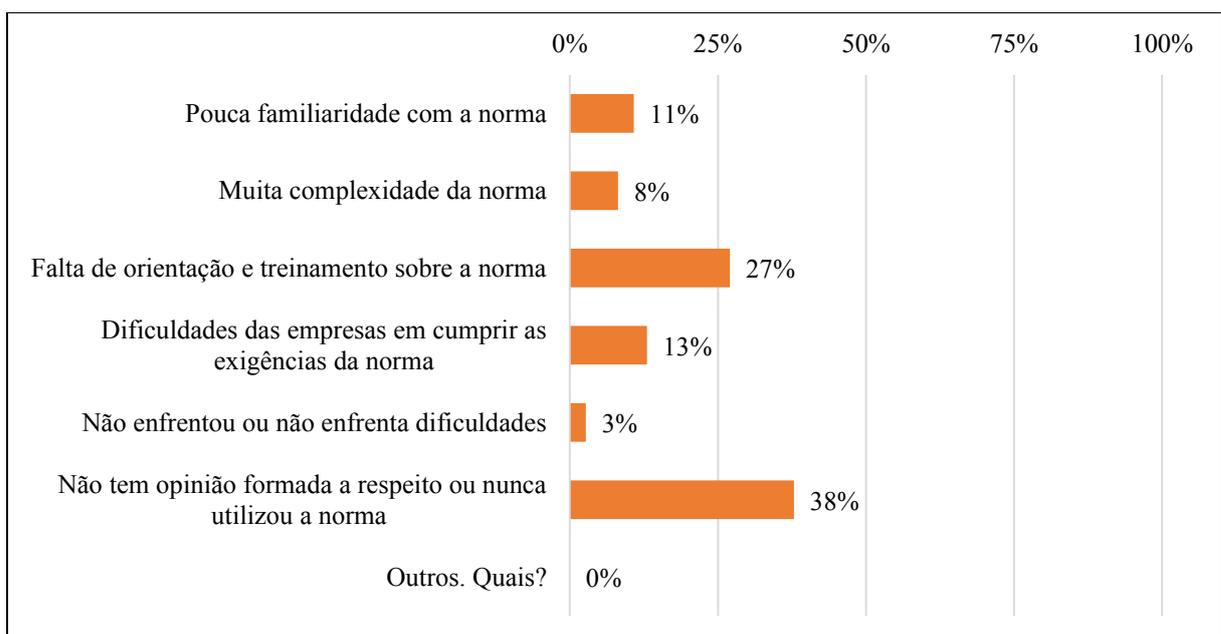


Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

De acordo com o **Gráfico 20**, têm-se que 86% dos respondentes afirmaram conhecer parcialmente a NBC TG 1000 (R1), enquanto 14% afirmaram não conhecer a referida norma. Quanto ao nível de utilização da NBC 1000 (R1), 59% dos respondentes afirmaram utilizá-la, enquanto 41% afirmaram não utilizar a norma. Sobre a importância da norma para a atuação profissional, 41% dos respondentes afirmaram que a NBC TG 1000 (R1) é muito importante e 59% dos respondentes afirmaram que a norma é importante.

Adiante, buscando identificar se houve dificuldades na aplicação da NBC TG 1000 (R1) pelos respondentes, foi elaborado o **Gráfico 21**.

Gráfico 21 – Grupos A e B: Dificuldades na aplicação da NBC TG 1000 (R1)

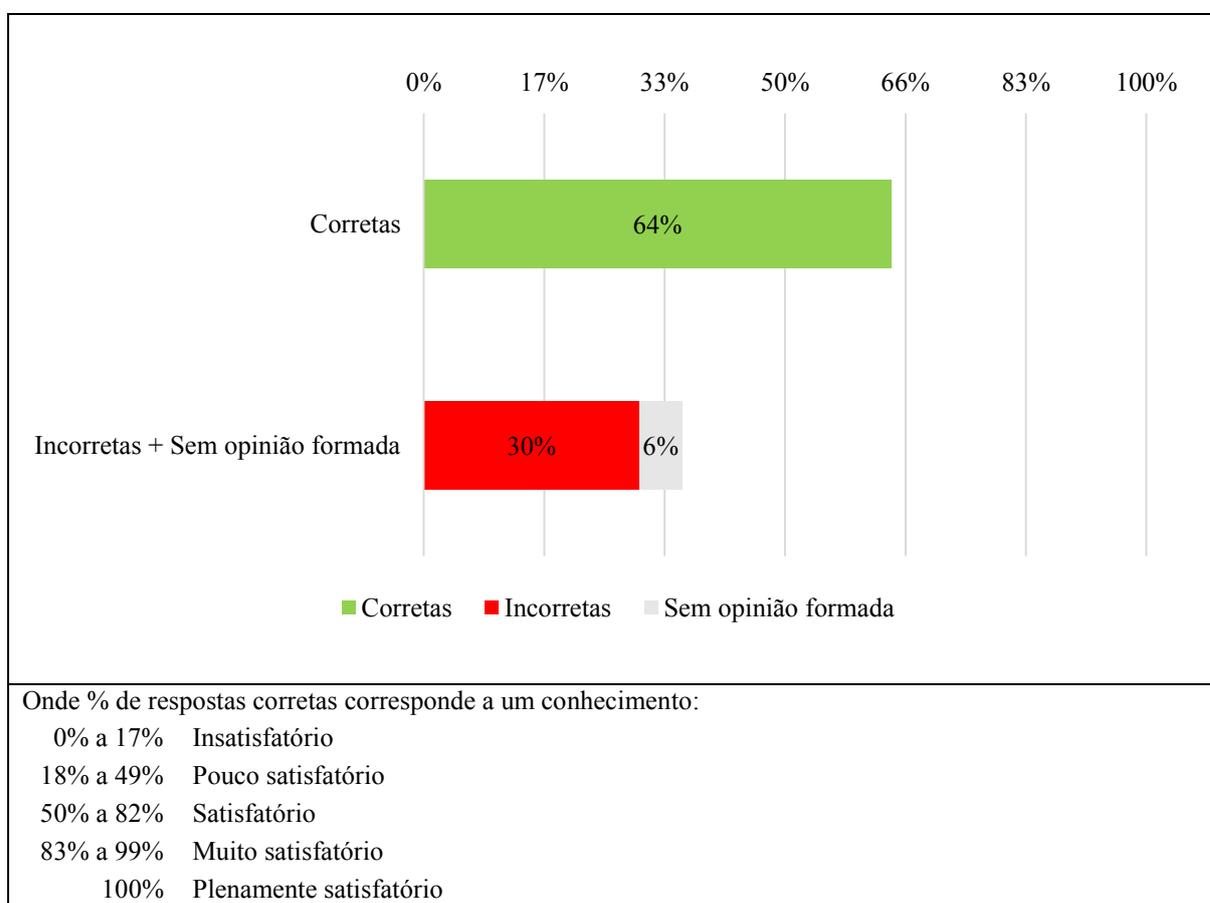


Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Conforme o **Gráfico 21**, em se tratando das dificuldades enfrentadas para aplicação da NBC TG 1000 (R1), verifica-se que 38% dos respondentes não têm opinião formada sobre o assunto ou nunca utilizaram a norma. A falta de orientação e treinamento sobre a norma foi apontado como dificuldade por 27% dos respondentes; Já dificuldades das empresas para quem prestam serviços ou trabalham em cumprir as exigências da norma foi apontado como dificuldade por 13% dos respondentes; Pouca familiaridade com a norma foi apontado como dificuldade por 11% dos respondentes e muita complexidade da norma foi apontado como dificuldade por 8% dos respondentes.

Em tópicos anteriores foram apresentados e analisados os dados de seis perguntas de controle feitas separadamente ao Grupo A e ao Grupo B. Aqui, o **Gráfico 22** conterà o resultado comparativo unificado das respostas corretas, incorretas e sem opinião formada das seis perguntas de controle sobre a NBC TG 1000 (R1) feitas aos respondentes dos Grupo A e B.

Gráfico 22 – Grupos A e B: Comparação das respostas corretas, incorretas e sem opinião formada



Fonte: Elaboração Própria (2021).

Como já explicado em tópicos anteriores, no **Gráfico 22** foi construída uma escala, baseada na escala Likert, onde dividiu-se uma reta de 0% a 100% em 6 partes de aproximadamente 17% cada. Para determinar o índice de conhecimento sobre as seis perguntas a respeito de assuntos da NBC TG 1000 (R1) utilizou-se o percentual de respostas certas indicadas pelos respondentes. Assim, para um percentual de acerto entre 0% e 17%, atribuir-se-ia um índice insatisfatório de conhecimento; entre 18% e 49%, sendo 2/6 da reta, índice pouco satisfatório; entre 50% e 82%, sendo 2/6 da reta, índice satisfatório; entre 83% e 99%, índice muito satisfatório; 100%, índice plenamente satisfatório.

Após o cálculo percentual de todas as respostas dadas às perguntas de controle, o **Gráfico 22** demonstra que ocorreu 64% de respostas corretas; 30% de respostas incorretas e 6% sem opinião formada, de tal forma que conforme a escala construída, atribui-se um índice satisfatório de conhecimento acerca das perguntas de controle propostas no questionário. Tal resultado vai ao encontro do nível de conhecimento apontado pelos respondentes, de maneira que se confirma o conhecimento parcial da norma.

5. CONCLUSÃO

A NBC 1000 (R1) é uma norma contábil simplificada direcionada às pequenas e médias empresas (PMEs), cuja adoção pelos profissionais da contabilidade é obrigatória desde o ano de 2010. Essa norma surgiu pela necessidade de harmonizar as práticas contábeis nacionais das PMEs às Normas Internacionais de Contabilidade, facilitando a comparabilidade e análise das demonstrações contábeis produzidas por essas entidades e reduzindo os custos de implementação da norma e de treinamento dos profissionais que a utilizam. A confiabilidade agregada à informação contábil pelo uso dessa norma contribui, entre outros, para a mitigação de problemas relativos ao acesso de financiamento externo, sendo isto uma das causas para a mortalidade de empresas no Brasil (RIVA e SALOTTI, 2015).

Assim, tendo em vista o expressivo número de PMEs no ambiente empresarial brasileiro e a importância e obrigatoriedade da correta aplicação da NBC TG 1000 (R1), esta pesquisa teve como objetivo geral avaliar o nível de conhecimento para aplicação da NBC TG 1000 (R1) de egressos do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) dos anos 2010 a 2020. Para que os objetivos específicos e o objetivo geral propostos nesta pesquisa fossem alcançados, a bibliografia utilizada no embasamento teórico e a metodologia adotada na execução foram importantes para a verificação dos resultados.

Como primeiro objetivo específico, esta pesquisa buscou verificar a importância atribuída a NBC TG 1000 (R1) por egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB dos anos 2010 a 2020 participantes da pesquisa. Em resposta a essa questão, verificou-se que 41% dos respondentes atribuem muita importância a norma e 59% apenas importância. Tais informações constatarem que os respondentes reconhecem a relevância da NBC TG 1000 (R1) para a atuação dos profissionais da contabilidade junto às PMEs.

O segundo objetivo específico desta pesquisa buscou conhecer o nível de utilização da NBC TG 1000 (R1) na elaboração das demonstrações contábeis por egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB dos anos 2010 a 2020 participantes da pesquisa. Em resposta a essa questão, observou-se que 59% dos respondentes utilizam a norma parcialmente, ao passo que 41% não a utilizam. Levando em consideração que a NBC TG 1000 (R1) é uma norma utilizada em Contabilidade do setor privado e que 30% dos respondentes disseram não trabalhar nessa área, pode-se considerar tal nível de utilização da norma como aceitável.

O terceiro objetivo específico desta pesquisa buscou identificar se houve dificuldades para aplicação da NBC TG 1000 (R1) por egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB dos anos 2010 a 2020 participantes da pesquisa. Em resposta a essa questão, identificou-se que

27% dos respondentes enfrentou ou enfrenta falta de orientação e treinamento sobre a norma; 13% apontam dificuldades das empresas onde laboram em cumprir as exigências da norma; 11% dos respondentes têm pouca familiaridade com a norma e 8% acham-na muito complexa. Nessa questão, apenas 3% dos respondentes disseram não ter enfrentado dificuldades na aplicação da norma e 38% disseram não ter opinião formada a respeito da questão ou nunca ter utilizado a norma

E, como já mencionado, o objetivo geral da pesquisa buscou avaliar o nível de conhecimento para aplicação da NBC TG 1000 (R1) de egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB dos anos 2010 a 2020. Em resposta a essa questão, observou-se que 86% dos respondentes disseram conhecer a norma parcialmente, ao passo que 14% dos respondentes disseram não a conhecer. Confrontando tal informação com as respostas de seis perguntas feitas aos respondentes acerca da norma, onde obteve-se 64% de resposta corretas, 30% de respostas incorretas e 6% sem opinião formada, avalia-se que os respondentes têm um conhecimento satisfatório acerca da NBC TG 1000 (R1).

Assim, a hipótese de pesquisa formulada partiu do pressuposto de que os egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB participantes da pesquisa que trabalham com Contabilidade do setor privado conhecem satisfatoriamente a NBC TG 1000 (R1) e aplicam-na plenamente. Já os egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB participantes da pesquisa que não trabalham com Contabilidade do setor privado também conhecem satisfatoriamente a NBC TG 1000 (R1), contudo, não a aplicam. Essa hipótese foi relativamente confirmada, pois, os egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB participantes da pesquisa que trabalham com Contabilidade do setor privado conhecem satisfatoriamente a NBC TG 1000 (R1), mas aplicam-na parcialmente. E os egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB participantes da pesquisa que não trabalham com Contabilidade do setor privado conhecem satisfatoriamente a NBC TG 1000 (R1) e não a aplicam.

Na execução desta pesquisa, teve-se como limitação a pouca adesão dos egressos em responder ao questionário – aproximadamente 15,35% de retorno de questionários respondidos do total enviados – apesar de todos os esforços empreendidos para obtenção dos dados.

Por fim, diante dos resultados deste trabalho, pode-se futuramente empreender outras pesquisas buscando avaliar se a adoção da NBC TG 1000 (R1) de fato trouxe benefícios para as PMEs na concessão de financiamentos junto a bancos e a grandes fornecedores. Pode-se também ampliar o campo amostral da pesquisa a nível municipal ou regional, o que contribuiria para um melhor conhecimento sobre a *expertise* dos profissionais da contabilidade no trato contábil das pequenas e médias empresas.

REFERÊNCIAS

- ABNT. ABNT - Definição. **Site da ABNT**, 2014. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/normalizacao/o-que-e/o-que-e>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- ALMEIDA, M. C. **Curso de contabilidade introdutória em IFRS e CPC**. São Paulo: Atlas, 2014.
- BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BNDES. Porte de empresa. **Site do BNDES**, 2021. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/porte-de-empresa>>. Acesso em: 16 mar. 2021.
- BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**, 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 14 jun. 2021.
- BRASIL. Lei nº 10.404, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- CARLIN, E. L. B.; HOOG, W. A. Z. **Normas nacionais e internacionais de contabilidade - NBC's comentadas de forma resumida e comparadas com as IFRS**. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2021.
- CFC. Resolução CFC nº 1055/2005, de 07 de outubro de 2005. **Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC), e dá outras providências**, 2005. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1055.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.
- _____. Resolução CFC nº 1.328/2011, de 18 de março de 2011. **Dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade**, 2011. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1328.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2021.
- _____. Resolução CFC nº 1418/2012, de 05 de dezembro de 2012. **Aprova a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**, 2012. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1418.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.
- _____. NBC – CTG 1000, de 30 de agosto de 2013. **Dispõe sobre a adoção plena da NBC TG 1000**, 2013. Disponível em: <<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/CTG1000.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2021.
- _____. Orientação Técnica Geral – OTG 1000, de 21 de outubro de 2015. **Aprova a OTG 1000 que dispõe sobre modelo contábil para microempresa e empresa de pequeno porte**,

2015. Disponível em: <<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/OTG1000.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2021.

_____. NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, de 21 de outubro de 2016. **Site do CFC**, 2016a. Disponível em: <[https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000(R1).pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos fluxos de caixa, de 19 de agosto de 2016. **Site do CFC**, 2016b. Disponível em: <[https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG03\(R3\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG03(R3).pdf)>. Acesso em: 15 maio 2021.

_____. NBC TG Estrutura Conceitual, de 21 de novembro de 2019. **Site do CFC**, 2019. Disponível em: <<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTGEC.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2021.

_____. Normas Brasileiras de Contabilidade. **Site do CFC**, 2021. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

COSENZA, J. P. As práticas contábeis na Pré-história e no Antigo Oriente. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (Impresso)**, Porto Alegre, n. 110, p. 6-15, nov. 2002. ISSN 18069924.

CRUZ, M. A. D. C. *et al.* **Contabilidade Geral II**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^a. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2001.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. D. *et al.* **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, E. *et al.* **Manual de contabilidade societária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade internacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

- NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- OLIVEIRA, A. B. S. **Métodos da pesquisa contábil**. São Paulo: Atlas, 2011.
- OLIVEIRA, S. L. D. **Tratado de Metodologia Científica: Projetos de Pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses**. 2. ed. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- RIBEIRO, V. R. D. *et al.* **Manual de normalização para relatórios de estágio supervisionado e trabalhos de conclusão de curso (TCC) para o curso de Ciências Contábeis**. Vitória da Conquista: [s.n.], 2013.
- RIVA, E. D.; SALOTTI, B. M. Adoção do Padrão Contábil Internacional nas Pequenas e Médias Empresas e seus Efeitos na Concessão de Crédito. **Revista de Contabilidade e Finanças - USP**, São Paulo, v. 26, n. 69, p. 304-316, set/out/nov/dez. 2015. ISSN 1808-057X.
- SÁ, A. L. D. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.
- SÁ, A. L. D. **Dicionário de Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.
- SANDE, S.; NEIVA, A. **Contabilidade Geral e Avançada**. 1. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021.
- SEBRAE. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**. 6. ed. Brasília: DIEESE, 2013.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, A. C. R. D.; MARTINS, W. T. S. **História do pensamento contábil**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.
- SILVA, E. L. D.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. UESB. **Projeto pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis**. Vitória da Conquista: [s.n.], 2007.
- UESB. UESB em números. **Site da UESB**, 2021. Disponível em: <<http://www.uesb.br/>>. Acesso em: 12 out. 2021.
- VASCONCELOS, T. D. O processo de convergência do CPC PME/ IFRS SME sob a ótica do interacionismo simbólico. **REMIPE- Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec**, Osasco, v. 3, n. 1, p. 140-156, jan/jun. 2017.

ZEFF, S. A. A evolução do IASC para o IASB e os desafios enfrentados. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 25, n. História da Contabilidade, p. 300-320, set.out.nov.dez. 2014. ISSN 1808-057X.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO
Pesquisa acadêmica sobre NBC TG 1000 (R1)

Prezado(a) colega,

Meu nome é Ricardo de Jesus Santos, discente do Curso de Ciências Contábeis da UESB, e estou escrevendo minha monografia da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso sob orientação do Prof. Jorge Fernandes. A temática de minha pesquisa é sobre o conhecimento da NBC TG 1000 (R1) de egressos do Curso de Ciências Contábeis da UESB.

Aqui, venho gentilmente pedir sua valiosa contribuição respondendo a este questionário, independentemente de qual seja sua área de atuação profissional. Ressalto que todas as respostas coletadas serão analisadas em conjunto e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos. O sigilo de quem participou da pesquisa e das respostas dadas individualmente serão absolutamente preservados.

Seção 1 – Conhecendo os respondentes

1. Você concluiu o Curso de Ciências Contábeis na UESB em que ano?
 Até 2009
 2010 a 2013
 2014 a 2017
 2018 a 2020

2. Qual seu sexo biológico?
 Feminino
 Masculino
 Prefiro não dizer

3. Qual sua idade?
 25 anos ou menos
 26 a 35 anos
 36 a 45 anos

- 46 anos ou mais
- Prefiro não dizer
4. Você possui registro ativo em Conselho Regional de Contabilidade?
- Sim
- Não
5. Você trabalha com Contabilidade do Setor Privado? Se sim, onde?
- Sim, em escritório de contabilidade ou autônomo.
- Sim, em empresa do setor privado.
- Não.

Seção 2 – Respondentes que trabalham em escritório de contabilidade ou autônomo

1. O escritório de contabilidade onde você trabalha ou você presta serviços contábeis a quantas empresas?
- 25 empresas ou menos
- 26 a 50 empresas
- 51 a 100 empresas
- 101 empresas ou mais
2. O escritório de contabilidade onde você trabalha ou você atende majoritariamente empresas de que segmento empresarial?
- Comércio.
- Indústria.
- Prestação de Serviços.
- Outro. Qual?
3. O escritório de contabilidade onde você trabalha ou você atende majoritariamente empresas de qual faixa de faturamento anual?
- até 360 mil reais.
- acima de 360 mil até 4,8 milhões de reais.
- acima de 4,8 milhões até 300 milhões de reais.
- acima de 300 milhões de reais.

4. As empresas clientes do escritório de contabilidade onde você trabalha ou suas empresas clientes utilizam demonstrações contábeis majoritariamente para que finalidades?
- Atender ao FISCO.
 - Atender aos fornecedores.
 - Atender aos clientes (Exemplo: licitações).
 - Atender aos bancos (Exemplo: abertura de contas e/ou empréstimos/financiamentos).
 - Atender ao proprietário e/ou aos sócios.
 - Outros: Quais?
5. Quais trabalhos você realiza majoritariamente na área contábil?
- Escrituração Contábil.
 - Elaboração de Demonstrações Contábeis.
 - Análise de Demonstrações Contábeis.
 - Auditoria Contábil.
 - Perícia Contábil.
 - Assessoria Contábil.
 - Outros. Quais?
6. Você conhece a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas?
- Sim, conheço plenamente.
 - Sim, conheço parcialmente.
 - Não conheço.
7. Você utiliza a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas no seu trabalho?
- Sim, utilizo plenamente.
 - Sim, utilizo parcialmente.
 - Não utilizo.
8. Você atribui que grau de importância a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas na atuação da(o) profissional contábil?
- Muito importante.

- Importante.
- Pouco importante.
- Não tem importância.
9. Você tem ou teve alguma dificuldade na aplicação da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas? Se sim, qual a mais significativa?
- Sim, pouca familiaridade com a norma.
- Sim, muita complexidade da norma.
- Sim, falta de orientação e treinamento sobre a norma.
- Sim, dificuldades das empresas clientes do escritório em cumprir as exigências da norma.
- Não enfrentei ou não enfrento dificuldades.
- Não tenho opinião formada a respeito ou nunca utilizei a norma.
- Outros. Quais?
10. Em sua opinião, na elaboração das demonstrações contábeis, a/o profissional da contabilidade DEVE:
- Respeitar a forma jurídica do bem, direito ou obrigação, independentemente da essência contábil deles.
- Respeitar a essência contábil do bem, direito ou obrigação, independentemente da forma jurídica deles.
- Não tenho opinião formada a respeito.
11. Em sua opinião, uma empresa pode escriturar no seu ativo imobilizado um bem que ela tenha alugado de outra empresa, quando esse bem gerar benefícios econômicos?
- Sim.
- Não.
- Não tenho opinião formada a respeito.
12. Em sua opinião, na depreciação de um bem do ativo imobilizado de uma empresa, a/o profissional da contabilidade DEVE considerar qual vida útil?
- A vida útil definida pela Receita Federal do Brasil.
- A vida útil definida pelo fabricante do bem ou por avaliação de especialista.
- Não tenho opinião formada a respeito.

13. Em sua opinião, as pequenas e médias empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas devem obrigatoriamente elaborar as demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial; DRE; DFC; DMPL e DRA ou DLPA; e Notas Explicativas?
- Sim.
- Não.
- Não tenho opinião formada a respeito.
14. Em sua opinião, em uma empresa, como se dá a mensuração de estoques para venda?
- pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado diminuído dos custos para completar a produção e despesas de venda.
- pelo valor justo, isso é, valor pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em uma transação que não haja relação de privilégio entre elas.
- pelo custo histórico, isso é, valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo mais custos de transação.
- Não tenho opinião formada a respeito.
15. Em sua opinião, como uma empresa que não tem obrigação de prestação pública de contas deve tratar as transações comerciais que ela realiza com partes relacionadas (proprietário ou sócios e familiares, pessoal-chave da administração, coligadas, controladoras, etc.)?
- sem destaque, ou seja, todas as transações comerciais da empresa devem ser tratadas de igual forma independentemente da parte com a qual ela se relaciona.
- com destaque, ou seja, as transações comerciais com partes relacionadas devem ser divulgadas de forma destacada das demais transações comerciais com as partes não relacionadas.
- Não tenho opinião formada a respeito.

Seção 3 – Respondentes que trabalham em empresa do setor privado

1. A empresa onde você trabalha atua em qual segmento empresarial?
- Comércio.

- Indústria.
- Prestação de Serviços.
- Outro. Qual?
2. A empresa onde você trabalha tem qual faixa de faturamento anual?
- até 360 mil reais.
- acima de 360 mil até 4,8 milhões de reais.
- acima de 4,8 milhões até 300 milhões de reais.
- acima de 300 milhões de reais.
3. A empresa onde você trabalha utiliza demonstrações contábeis majoritariamente para que finalidades?
- Atender ao FISCO.
- Atender aos fornecedores.
- Atender aos clientes (Exemplo: licitações).
- Atender aos bancos (Exemplo: abertura de contas e/ou empréstimos/financiamentos).
- Atender ao proprietário e/ou aos sócios.
- Outros: Quais?
4. Quais trabalhos você realiza majoritariamente na área contábil?
- Escrituração Contábil.
- Elaboração de Demonstrações Contábeis.
- Análise de Demonstrações Contábeis.
- Auditoria Contábil.
- Perícia Contábil.
- Assessoria Contábil.
- Outros. Quais?
5. Você conhece a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas?
- Sim, conheço plenamente.
- Sim, conheço parcialmente.
- Não conheço.

6. Você utiliza a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas no seu trabalho?
- Sim, utilizo plenamente.
- Sim, utilizo parcialmente.
- Não utilizo.
7. Você atribui que grau de importância a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas na atuação da(o) profissional contábil?
- Muito importante.
- Importante.
- Pouco importante.
- Não tem importância.
8. Você tem ou teve alguma dificuldade na aplicação da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas? Se sim, qual a mais significativa?
- Sim, pouca familiaridade com a norma.
- Sim, muita complexidade da norma.
- Sim, falta de orientação e treinamento sobre a norma.
- Sim, dificuldades da empresa onde trabalho em cumprir as exigências da norma.
- Não enfrentei ou não enfrento dificuldades.
- Não tenho opinião formada a respeito ou nunca utilizei a norma.
- Outros. Quais?
9. Em sua opinião, na elaboração das demonstrações contábeis, a/o profissional da contabilidade DEVE:
- Respeitar a forma jurídica do bem, direito ou obrigação, independentemente da essência contábil deles.
- Respeitar a essência contábil do bem, direito ou obrigação, independentemente da forma jurídica deles.
- Não tenho opinião formada a respeito.
10. Em sua opinião, uma empresa pode escriturar no seu ativo imobilizado um bem que ela tenha alugado de outra empresa, quando esse bem gerar benefícios econômicos?
- Sim.

- Não.
- Não tenho opinião formada a respeito.
11. Em sua opinião, na depreciação de um bem do ativo imobilizado de uma empresa, a/o profissional da contabilidade DEVE considerar qual vida útil?
- A vida útil definida pela Receita Federal do Brasil.
- A vida útil definida pelo fabricante do bem ou por avaliação de especialista.
- Não tenho opinião formada a respeito.
12. Em sua opinião, as pequenas e médias empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas devem obrigatoriamente elaborar as demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial; DRE; DFC; DMPL e DRA ou DLPA; e Notas Explicativas?
- Sim.
- Não.
- Não tenho opinião formada a respeito.
13. Em sua opinião, em uma empresa, como se dá a mensuração de estoques para venda?
- pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado diminuído dos custos para completar a produção e despesas de venda.
- pelo valor justo, isso é, valor pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em uma transação que não haja relação de privilégio entre elas.
- pelo custo histórico, isso é, valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo mais custos de transação.
- Não tenho opinião formada a respeito.
14. Em sua opinião, como uma empresa que não tem obrigação de prestação pública de contas deve tratar as transações comerciais que ela realiza com partes relacionadas (proprietário ou sócios e familiares, pessoal-chave da administração, coligadas, controladoras, etc.)?
- sem destaque, ou seja, todas as transações comerciais da empresa devem ser tratadas de igual forma independentemente da parte com a qual ela se relaciona.

com destaque, ou seja, as transações comerciais com partes relacionadas devem ser divulgadas de forma destacada das demais transações comerciais com as partes não relacionadas.

Não tenho opinião formada a respeito.

Seção 4 – Respondentes que não trabalham com Contabilidade do Setor Privado

1. Você conhece a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas?

Sim, conheço plenamente.

Sim, conheço parcialmente.

Não conheço.

2. Você utiliza a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas de alguma forma em seu trabalho?

Sim, utilizo plenamente.

Sim, utilizo parcialmente.

Não utilizo.

3. Você atribui que grau de importância a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas na atuação da(o) profissional contábil?

Muito importante.

Importante.

Pouco importante.

Não tem importância.

4. Você tem ou teve alguma dificuldade na aplicação da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas? Se sim, qual a mais significativa?

Sim, pouca familiaridade com a norma.

Sim, muita complexidade da norma.

Sim, falta de orientação e treinamento sobre a norma.

Sim, dificuldades da empresa onde trabalho em cumprir as exigências da norma.

Não enfrentei ou não enfrento dificuldades.

Não tenho opinião formada a respeito ou nunca utilizei a norma.

Outros. Quais?

5. Em sua opinião, na elaboração das demonstrações contábeis, a/o profissional da contabilidade DEVE:
- Respeitar a forma jurídica do bem, direito ou obrigação, independentemente da essência contábil deles.
 - Respeitar a essência contábil do bem, direito ou obrigação, independentemente da forma jurídica deles.
 - Não tenho opinião formada a respeito.
6. Em sua opinião, uma empresa pode escriturar no seu ativo imobilizado um bem que ela tenha alugado de outra empresa, quando esse bem gerar benefícios econômicos?
- Sim.
 - Não.
 - Não tenho opinião formada a respeito.
7. Em sua opinião, na depreciação de um bem do ativo imobilizado de uma empresa, a/o profissional da contabilidade DEVE considerar qual vida útil?
- A vida útil definida pela Receita Federal do Brasil.
 - A vida útil definida pelo fabricante do bem ou por avaliação de especialista.
 - Não tenho opinião formada a respeito.
8. Em sua opinião, as pequenas e médias empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas devem obrigatoriamente elaborar as demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial; DRE; DFC; DMPL e DRA ou DLPA; e Notas Explicativas?
- Sim.
 - Não.
 - Não tenho opinião formada a respeito.
9. Em sua opinião, em uma empresa, como se dá a mensuração de estoques para venda?
- pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado diminuído dos custos para completar a produção e despesas de venda.
 - pelo valor justo, isso é, valor pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em uma transação que não haja relação de privilégio entre elas.

pelo custo histórico, isso é, valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo mais custos de transação.

Não tenho opinião formada a respeito.

10. Em sua opinião, como uma empresa que não tem obrigação de prestação pública de contas deve tratar as transações comerciais que ela realiza com partes relacionadas (proprietário ou sócios e familiares, pessoal-chave da administração, coligadas, controladoras, etc.)?

sem destaque, ou seja, todas as transações comerciais da empresa devem ser tratadas de igual forma independentemente da parte com a qual ela se relaciona.

com destaque, ou seja, as transações comerciais com partes relacionadas devem ser divulgadas de forma destacada das demais transações comerciais com as partes não relacionadas.

Não tenho opinião formada a respeito.